

25/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Livres para aprender](#)

O GLOBO - RJ

[Começou a eleição na UFRJ](#)

[Um mergulho na alma docente](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[O preocupante rumo da educação](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Missão : ajudar ao próximo](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Crédito educacional beneficia o Brasil](#)

[A construção do futuro passa pela união](#)

O DIA - PI

[Piso nacional: hoje é só humilhação ao magistério público brasileiro](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SERTÃO

[Doutorado Profissional em Agroecologia será ofertado pela Uneb](#)

G1

[Mostra reúne registros do Projeto Roteiros Geo-turísticos de Belém](#)

PORTAL VEJA

[MEC divulga resultados do Fies nesta segunda-feira](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Luta por pesquisas científicas](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Todos pela educação](#)

O GLOBO - RJ

[Tecnologia no ensino médio é tema do Educação 360](#)

Imprensa Estadual

TRIBUNA DO NORTE - RN

[É preciso usar o conhecimento para gerar novos produtos e processos, diz Ivonildo](#)

[Rêgo](#)

A TARDE - BA

[Unimed lança EAD em atenção primária](#)

O POPULAR - GO

[Quantidade de alunos por professor extrapola limite previsto em legislação estadual em algumas cidades e rede de ensino chega a criar quarto turno de aulas para atender demanda](#)

Agências de notícias e sites

BIOMEDICINA EM AÇÃO

[Pós-Graduação em Psiquiatria \(UNIFESP\)](#)

FATO AMAZÔNICO

[Curso de mestrado que forma docentes-pesquisadores para a educação básica inicia nova turma](#)

MÍDIA NEWS

[Marxistas sempre na mira](#)

TERRA

[Sete anos depois, estação brasileira renasce no continente gelado](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ensino de robótica leva professora à final de prêmio internacional](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Deficit tecnológico nas salas de aula](#)

[Disciplina no século 21 e escolas militarizadas](#)

[Educação tem de ser discussão séria](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Governo de SP quer usar espaço vago em universidade para aluno de ensino médio](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Veterinário formado em curso online não terá registro](#)

Revistas

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Ações reprovadas](#)

Imprensa Estadual

O POPULAR - GO

[UEG de Caldas pede socorro](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SENADO

[Brasil precisa investir em pesquisa e educação, afirma Izalci Lucas](#)

BLOG DO CALLADO

[Educação caminha junto com ciência e tecnologia, aponta senador Izalci](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[2. Presidente da Capes participa do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior](#)

JORNAL DA USP - SP

[Aprendizado de máquina é diversão para matemático](#)

PORTAL FLORIANO

[Conheça 4 projetos inovadores para cursos a distância](#)

UEMS

[UEMS é parceira da 71ª SBPC que será em Campo Grande](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Veterinário formado em curso online não terá registro](#)

CORREIO WEB

[Reitora da UnB teme perder muitos professores se a URP for mesmo cortada](#)

G1

[Estudante é aprovado em universidade, mas não consegue se matricular pela cor da pele](#)

[MEC divulga repasses de quase R\\$ 4,6 milhões à UFU, UFTM e IFTM](#)

[UFRJ deve avaliar a partir de agosto projetos para reestruturar Canecão, afirma reitor](#)

TERRA

[Veterinário formado em curso online não terá registro](#)

Agências de notícias e sites

A GAZETA - AP

[Cruzeirense e aluno do Programa de Pós-Graduação do UNIFATEA recebe prêmio de melhor artigo em Bangkok na Tailândia](#)

AGÊNCIA SENADO

[Brasil precisa investir em pesquisa e educação, afirma Izalci Lucas](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

CLIPPING



[Presidente da Capes participa do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior](#)

JORNAL DA USP - SP

[Visões sobre cultura e arte no Brasil de hoje são tema de debate na USP](#)

PROJETO DRAFT

[Inovar e inspirar: conheça as pesquisas vencedoras do Prêmio Capes – Natura Campus](#)

R7

[Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume o CNPq](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[As bombas de Bebianno](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[5,41 mi DE REAIS DO MEC PARA O CEARÁ](#)

MEIO NORTE - PI

[AUMENTO SALARIAL](#)

O DIA - PI

[Bolsas auxiliam estudantes de outras cidades a permanecerem na universidade](#)

Agências de notícias e sites

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS

[Professores de Língua Inglesa podem se inscrever em curso de aperfeiçoamento nos](#)

[EUA](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Começa curso do Projeto Escolas Ribeirinhas no Amazonas](#)

[Anderson Correia participa do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume presidência do CNPq](#)

BRASIL DE FATO

[Sem verbas públicas pesquisas sobre agrotóxicos seriam interrompidas](#)

G1

[Procuradoria da União investiga desvio de mais de R\\$ 1,5 milhão destinado à educação em São Miguel do Guamá, no Pará](#)

MONEY TIMES

[Projetos legalizam a educação domiciliar](#)

PORTAL EXAME

[Lava Jato da Educação assusta e empresas podem ser penalizadas na Bolsa](#)

PORTAL ISTOÉ

[Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume presidência do CNPq](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Novo presidente quer tornar FNDE referência em gestão financeira da educação brasileira](#)

[Proteção ambiental e profissões do futuro estão em reportagens](#)

[MEC realiza cursos de formação para professores da zona rural](#)

[Termina nesta sexta-feira, 22 de fevereiro, o prazo para interposição de recursos das solicitações de dispensa do Enade 2018](#)

[Avaliadores do BASis especializados nos instrumentos anteriores a 2018 terão nova capacitação](#)

[Inep lança conteúdo multimídia semanal em suas redes sociais](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume presidência do CNPq](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Livres para aprender

Alunos uniformizados e enfileirados recebendo o conteúdo do currículo escolar por meio do ensinamento do professor e de provas para avaliar desempenho. O mais tradicional e difundido modelo de educação está ultrapassado. Os países que mais avançam no mundo apostam na tecnologia e no estímulo à criação dos estudantes. Liberdade é a palavra de ordem.

As novas propostas para o ambiente escolar, realidade em países como Portugal, EUA, Canadá e Finlândia, têm eficácia comprovada, diante do retorno positivo dos rendimentos escolares. Nesses novos modelos, o aluno tem mais protagonismo em sala e o professor é visto como um auxiliar na aprendizagem.

A Finlândia é um ótimo exemplo. Nos anos 1960, o então pobre país nórdico decidiu substituir os lucros da indústria de papel e celulose pelo financiamento das primeiras políticas de bem-estar social. Na década seguinte, uma reforma implantou o ensino gratuito universal e lançou as bases da formação de uma mão de obra qualificada, essencial para que, nos anos 1990, surgisse uma indústria de telecomunicações no país. A Finlândia trocou a economia extrativista pelo conhecimento e ficou mais rica e melhor para se viver.

Hoje, 99% dos jovens finlandeses concluem o ensino médio, o maior índice global. No Brasil, só 59% completam essa fase até os 19 anos. No Pisa, teste educacional aplicado pela OCDE — associação que reúne 34 economias ricas — para avaliar a competência de jovens de 15 anos em matemática, leitura e ciências em 70 países, os finlandeses sempre aparecem entre os melhores do mundo. A Finlândia é o país número 1 em capital humano, liderando o ranking de 130 países em três categorias, que variam de 0 a 54 anos, de um total de cinco categorias por idade, segundo o Fórum Econômico Mundial.

E não foi com rigidez militar que a Finlândia chegou a tal patamar. Nas escolas públicas da Finlândia, acima de tudo, se preza a individualidade e a capacidade de criação de cada um. Alunos não cumprem longas jornadas de aulas, têm pouca lição de casa e as provas não são o principal instrumento de avaliação. As aulas são cada vez mais interdisciplinares. O currículo nacional propõe, por exemplo, que disciplinas como ciência, matemática e música possam ter aulas integradas em um projeto. Além de línguas estrangeiras, a partir dos 9 anos, as crianças finlandesas têm aulas de artes, artesanato, esportes e economia doméstica. O método visa formar cidadãos capazes de cuidar de si mesmos e dos outros. O professor finlandês ganha, em média, 2.800 euros, o suficiente para uma vida confortável no padrão classe média do país.

A Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP), no Distrito Federal, adotou modelo parecido em maio de 2018. Sem paredes para delimitar salas de aula e com estantes de livros, computadores e materiais coletivos ao alcance de todos, o espaço atende crianças do 2º período da educação infantil ao 4º ano do ensino fundamental. Os alunos desenvolvem-se incentivados pelo senso de coletividade e são divididos com base na fase de aprendizagem em que estão, individualmente. Os professores deixam de ser o centro do processo educacional e instigam a autonomia das crianças. Em todos os encontros, elas têm espaço para sugerir o que gostariam de descobrir.

Pais, alunos e professores do CAP têm aprovado a ideia, ainda ignorada pela nova gestão da capital do país, que aposta todas as fichas em um modelo de militarização das escolas públicas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Começou a eleição na UFRJ

Bolsonaro, crítico ao que chama de “viés ideológico” nas universidades, escolherá, em 30 de abril, o próximo reitor da UFRJ, a primeira e maior universidade federal do país. O processo eleitoral já começou. Três chapas participarão da consulta preliminar, encabeçadas pelos professores Denise Pires Gonçalves, Oscar Rosa Motta e Roberto Bartholo. O atual reitor, Roberto Leher, desistiu de disputar a reeleição.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Um mergulho na alma docente

antonio.gois@jeduca.org.br

Quem é o professor fora dos muros da escola? Quais suas angústias, seus medos e suas paixões? Como ele se enxerga? Essas foram as questões que nortearam uma pesquisa inédita feita pelo Instituto Península com docentes brasileiros. Ao contrário de uma enquete tradicional de opinião pública —em que uma amostra de pessoas representativa de uma população responde a um questionário com perguntas pré-elaboradas—, o diferencial do estudo foi retratar de forma intensiva o cotidiano de docentes em todo o Brasil. Foram feitas 30 entrevistas em profundidade, e dez professores foram acompanhados em sua rotina por 48 horas. A pesquisa foi complementada com o monitoramento —sempre com autorização dos participantes— de canais em redes sociais mais populares entre educadores.

Uma das primeiras constatações da pesquisa infelizmente não surpreende: entre as principais queixas de rotina dos professores da rede pública está a infraestrutura das escolas onde trabalham, retratadas como espaços desorganizados, sem ventilação, com recursos materiais insuficientes e, por vezes, inseguros. Muitas das imagens que os próprios professores compartilharam com os pesquisadores retratavam prédios cheios de grades e cadeados, mais parecidos com uma prisão.

Mesmo que muitos desses professores tenham sido os primeiros da família a completar o ensino superior, a pesquisa identificou que persiste um choque de cultura entre eles e seus estudantes. Entre as palavras mais comuns para retratar a realidade das crianças e jovens estavam “pobreza”, “violência” e “famílias desestruturadas”. Ao identificar os principais problemas da educação no Brasil, os docentes acompanhados no estudo listaram como responsáveis principais o governo, as comunidades e os próprios alunos. A pesquisa constatou que os professores não se veem tanto como parte do problema ou da solução desse quadro, ou ao menos não verbalizaram espontaneamente isso com a mesma intensidade com que fazem com as outras causas. Não significa que estejam insensíveis à realidade de seus estudantes. “Esse professor tá preocupado com a aprendizagem dos seus alunos, mas se sente muitas vezes paralisado ao ter que lidar com diversos problemas que vêm da sociedade, sem que ele ou a escola estejam preparados para isso”, afirma Heloisa Morel, diretora do Instituto Península.

A sensação de falta de apoio aparece entre os docentes principalmente quando eles dizem se sentir sozinhos, impotentes e com pouco espaço para diálogo entre os colegas

para resolver esses conflitos.

Apesar de não ser uma pesquisa representativa do total dos professores brasileiros, o estudo, pelo nível de profundidade que teve no acompanhamento dos docentes, indica novos caminhos de pesquisa e reforça pontos de atenção de políticas públicas. Uma das conclusões do estudo é a necessidade de “incentivar e dar condições para a formação de uma comunidade docente que trabalha coletivamente, como apoio do sistema educacional e da sociedade”.

A pesquisa sugere ainda que não basta se preocupar em melhorar o conhecimento teórico ou de melhores práticas pedagógicas. É preciso também cuidar do lado humano, buscando um desenvolvimento integral. Em resumo, se queremos que os profissionais da educação tenham mais empatia com os alunos, é preciso também que as políticas públicas façam o mesmo com os professores.

Entre as principais queixas de rotina dos professores da rede pública está a infraestrutura das escolas

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

O preocupante rumo da educação

A péssima qualidade da educação brasileira é uma das causas da baixa produtividade do país. Sem tornar a economia mais produtiva, o país não conseguirá crescer a taxas mais elevadas de modo sustentado. Nesse cenário, os rumos da educação no atual governo terão peso importante para definir a capacidade de crescimento do país no médio e no longo prazo. Até o momento, os sinais emitidos pela gestão do ministro Ricardo Vélez Rodríguez são preocupantes e desanimadores. Há um risco elevado de o país desperdiçar tempo e energia com medidas que passam longe dos principais desafios da área, como os graves problemas de aprendizagem na educação básica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6135413/o-preocupante-rumo-da-educacao>

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - JC NEGÓCIOS

Missão : ajudar ao próximo

Ao longo dos últimos 35 anos, a Fundação Terra tem se dedicado à transformação da realidade social, lutando contra as desigualdades sociais. A organização não governamental atua, entre outras áreas, na saúde e na educação. Esse trabalho contínuo inspirou o f/8 Fotografia Documental e alunos do Curso Superior de Tecnologia em Fotografia da Unicap a retratarem a rotina da instituição social. Essas fotografias deram origem à exposição Na Terra Para Servir, que abre hoje, às 17h, no piso L4 do RioMar, com visitação gratuita. Fundada em 1984 pelo padre Airton Freire, a organização surgiu na área popularmente chamada de Rua do Lixo, em Arcoverde. Onde antes estava localizado o lixão do município, hoje há escola, creche, biblioteca, instituição de longa permanência para idosos e várias ações sociais. Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos são atendidos diariamente em diversos programas de acesso a direitos sociais; de reabilitações física, intelectual, auditiva e visual; e à educação básica e fundamental. Há mais de dez anos, as ações da instituição se expandiram e a exposição reúne registros dos vários pontos de atuação da ONG. As cerca de 50 imagens reunidas foram capturadas em dois mutirões realizados em Arcoverde; no projeto C Amor (Centro de Apoio aos Moradores de Rua), no Centro do Recife; e em Maracanaú, unidade da

instituição situada na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará. A exposição revela os olhares variados e cuidadosos dos fotógrafos, que registraram diferentes facetas dos programas de assistência social da Fundação Terra. A mostra Na Terra Para Servir fica em exibição de segunda a sábado, das 9h às 22h; e domingos, das 12h às 21h, até 1º de março. Informações: 3227-5731.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Crédito educacional beneficia o Brasil

A Fundacred, fundação sem fins lucrativos, responsável por administrar crédito educacional em mais de 190 instituições de ensino e polos de Ensino a Distância em todo o Brasil, apresenta novos números positivos. Em 2018, a Fundacred registrou 6.912 novas concessões de crédito via crédito a instituições de Ensino Superior (Credies), dando oportunidade para que novos estudantes tivessem acesso ao Ensino Superior, representando um crescimento de 48% em comparação ao período de janeiro a dezembro de 2017. Também gerou um aumento de 56% nas renovações de crédito educacional, totalizando 17.236 contratos celebrados.

O estado que mais contratou o Credies foi o Rio Grande do Sul, seguido por São Paulo e Minas Gerais. A expansão do Credies contemplou 58 novas instituições de ensino conveniadas, finalizando o ano com um total de 194 instituições de Ensino Superior (IES) ativas e deve-se ao menor custo privado para estudantes e universidades e por não depender de financiamento público. Por este motivo, tem o diferencial de ser altamente procurado após o encerramento do período de inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), finalizado em 27 de janeiro deste ano, como alternativa às vagas em instituições de Ensino Superior públicas e ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

De acordo com Nivio Delgado, diretor-superintendente da Fundacred, a fundação acredita que o ritmo deve se manter aquecido em 2019, com projeção de crescimento ainda maior no Nordeste. Somente nesta região, 4.754 jovens foram beneficiados com o crédito educacional no ano passado, apresentando crescimento médio de 85% em novas concessões, renovações e estudantes favorecidos. Com a recente parceria firmada com o Grupo SER Educacional e o Grupo Tiradentes, a Fundacred passa a atender 17 novas instituições de Ensino Superior públicas no Nordeste, podendo ampliar ainda mais a oferta do crédito educacional. Com os convênios realizados, a Fundacred, junto ao Grupo SER, oferece a solução aos estudantes no estado de Pernambuco e, por meio do Grupo Tiradentes, em Sergipe.

Os objetivos da fundação estão alinhados com o Plano Nacional de Educação, que projeta metas até 2024 de aumentar em 50% (atual: 34,6%) de matrículas na educação superior e em 33% o percentual de matrículas da população de 18 a 24 anos na educação superior (atual: 18,1%).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 23 milhões de pessoas, de 25 a 50 anos e com Ensino Médio completo, nunca acessaram o Ensino Superior. Nos últimos 46 anos, a Fundacred já administrou valores que ultrapassam R\$ 2 bilhões e acesso à educação a mais de 90 mil pessoas.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

A construção do futuro passa pela união

A educação superior brasileira passa por um momento de quedas de investimentos públicos nesta última década. Nos últimos cinco anos, 90% das universidades federais brasileiras tiveram perda real no orçamento, segundo o levantamento de 2017 do Ministério da Educação (MEC). A aprovação da PEC 241/55 em 2016, conhecida como PEC do Teto de Gastos e que delimitou um máximo para os investimentos públicos nas áreas de educação e saúde, também anuncia o declínio dos recursos financeiros na área da educação pública.

Na contramão dessa falta de apostas no Ensino Superior brasileiro, o Fundo Centenário, iniciativa que visa ser uma fonte de recursos perpétua para a Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), surgiu como uma possibilidade incomum no Brasil, mas que recebe muita atenção em lugares como Europa e Estados Unidos.

Inspirados nos modelos de "endowment funds" - fundos patrimoniais que visam ao crescimento contínuo - de universidades estadunidenses como Harvard e Yale, um grupo de alunos e ex-alunos da Escola de Engenharia da Ufrgs formalizaram a criação do Fundo Centenário. Em Harvard, o modelo rende cerca de US\$ 1,4 bilhão ao ano, mas, para um dos membros fundadores da iniciativa, Vítório Canozzi, é necessário entender como eles chegaram lá: "Harvard tem um fundo patrimonial de US\$ 37 bilhões, porque é uma prática mais natural lá. Aqui, as estruturas de fundo são pequenas ainda", analisa. Entretanto, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) também apresenta seu próprio fundo, o primeiro para uma escola pública brasileira, há oito anos.

Para atingir os níveis de outras experiências como essa, um grande desafio é modificar a cultura de filantropia do povo brasileiro - atualmente, na 75ª posição do ranking que mede o nível de solidariedade World Giving Index 2017, realizado pela CAF (Charities Aid Foundation).

Buscando aproximar a sociedade e a comunidade acadêmica, o fundo une as 13 graduações e homenageia o histórico prédio centenário da universidade. A relação entre o fundo e o prédio ultrapassa as estruturas de ferro e concreto que o sustentam, e busca evidenciar a ideia de longevidade e perpetuidade, tanto do Fundo Centenário e sua relação com a universidade quanto da própria sociedade com as instituições de ensino e pesquisa. "Não é um projeto com perfil de imediatismo", explica Maurício Campos, membro do fundo.

Iniciado em 2017, o processo de criação surgiu entre os cinco membros fundadores, alunos interessados em replicar o plano de "endowment" - também pela proximidade entre a Escola de Engenharia da Ufrgs e a Politécnica da USP -, professores da universidade e profissionais relacionados ao tema, caso dos ex-alunos que buscam "retornar" ao ambiente acadêmico. Pensado como uma iniciativa para fomentar o pensamento a longo prazo e a aproximação da universidade com a sociedade, o Fundo Centenário busca utilizar os recursos para fortalecer a extensão, a inovação, os projetos de ensino e a pesquisa produzida na escola.

Na prática, o Fundo Centenário funcionará através de quatro etapas: captação, investimento, projetos e perpetuidade. A etapa inicial consiste nas doações feitas ao fundo, tanto de pessoa física quanto jurídica, através de três modalidades: uma grande

contribuição (para quantias acima de R\$ 5 mil); contribuições mensais e uma doação pontual de qualquer valor.

Após a captação dessas doações - que não podem ser sacadas -, o fundo investe esse capital em aplicações financeiras de baixo risco, gerando rendimentos e aumentando o saldo do fundo que vai ser destinado a projetos da Escola de Engenharia da Ufrgs. A gestão dos investimentos acontecerá através do Comitê de Investimentos, formado por três membros independentes e voluntários com notório saber em administração patrimonial.

Após o momento de investimento, parte do rendimento é utilizada para financiar os projetos vinculados à escola, que serão selecionados através de editais lançados periodicamente, mas ainda sem um ciclo definido. Na prática, qualquer membro da comunidade acadêmica pode inscrever projetos nos editais. Nessa relação, o capital adquirido na etapa anterior pode acabar sendo realocado em infraestrutura (em novos equipamentos, laboratórios e reformas estruturais), pesquisa em áreas da engenharia, projetos de alunos e de docentes.

Uma vez aprovado o projeto, os responsáveis têm o compromisso de apresentar as evoluções e os resultados periodicamente ao fundo. Além disso, parte do capital do Fundo Centenário será realocada para Bolsas de Permanência, em uma captação de recursos para auxiliar os estudantes em situação de vulnerabilidade social, com uma ajuda de custo nos gastos dentro da universidade.

"A perpetuidade do fundo se concentra no ciclo de investimento." Segundo os membros do projeto, a fase final é a qual sustenta esse mecanismo. "A repetição do ciclo e do reinvestimento é o que torna possível esse pensamento em longo prazo", explica Canozzi. O marco inicial do projeto acontecerá no dia 25 de março, em um evento celebrativo no Salão de Atos da Ufrgs.

© Knewin 2011-2019 Todos os direitos reservados

topo 

O DIA - PI - OPINIÃO

Piso nacional: hoje é só humilhação ao magistério público brasileiro

Alborino Teixeira da Silva- Professor aposentado

Vejam bem, além da queda do piso de dois mil e onze para cá, pagamento parcelado, pedido de ilegalidade de greve, dissídio coletivo na justiça, não sabemos mais como vem sendo calculado o nosso reajuste do piso nacional ou seja, qual a base de calculo, custo aluno, inflação, INPC, em fim é um total descumprimento de lei nº 11.738/008 já bastante conhecida como lei do piso. Nosso 1º piso foi no ano de 2011, 22,22% pago parcelado em 7 vezes depois de uma grande greve no governo do Sr. Wilson Martins, e um embate com a assembleia legislativa que abalou Teresina e o Palácio de Karnak, daí para cá o segundo reajuste do piso foi de 21% e aí não parou mais de cair, resultado o ano passado nós tivemos um percentual de 6,81%, os professores foram obrigados a deflagrar uma grande greve que durou mais de 80 dias, e ainda fomos esbarrar na justiça, e recebemos o piso parcelado em duas vezes, e ainda perdemos parte do nosso retroativo, pois o governo pediu consideração na sua proposta e a justiça concedeu.

Este ano o MEC (Ministério da educação e cultura) apresentou um percentual ainda mais baixo de 4,17% o que ao meu vê caracteriza uma maior humilhação, falta de

valorização e respeito desde aprovação da lei do piso envolvendo todos os estados da federação brasileira; aqui no Piauí não é diferente dos outros estados em relação ao pagamento do reajuste do piso nacional, segundo o (SINTE-PI), o governo do estado até o momento não se manifestou a respeito do assunto, é portanto uma verdadeira humilhação ao magistério público, o (SINTE-PI), já tem manifestação marcada para o dia 18 de fevereiro, às 09 horas na frente do Palácio de Karnak para ouvir a categoria dos trabalhadores em educação.

Ora, a lei do piso é clara, o reajuste do piso nacional deve ser pago prioritariamente em 1º de janeiro de cada ano, entretanto o que vem acontecendo não é isso, este ano por exemplo já está se configurando o mesmo cenário do ano passado, o governo não se manifesta, o governador sempre viaja e esquece de chamar os trabalhadores em educação para conversar e decidir sobre o reajuste do piso.

Precisamos mais uma vez deixar bem claro para todo governo Wellington Dias PT, enquanto chefe do executivo estadual que nós, trabalhadores e trabalhadoras em educação não estamos pedindo favor nenhum ao estado, ao contrário estamos exigindo apenas o cumprimento da lei federal nº 11.738/008, e mais temos consciência de que temos um fundo próprio: (O FUNDEB), fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, portanto precisamos ter entendimento, magistério e governo. Vale lembrar o seguinte: o governo do estado quando chega o momento de pagar o reajuste do piso alega sempre 3 fatores: o limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal, o estado quebrado e a crise atual, mas nunca foi capaz de dar uma resposta clara a respeito do nosso FUNDEB, ou seja o que foi feito com o dinheiro? Entendemos que ainda é tempo de dar essas respostas; é bom que o (SINTE-PI) “ nossa força e nossa voz ” cobre isso do governo do estado também através da justiça e da mobilização de forma intransigente, pois ninguém aguenta mais tanta humilhação.

topo ↕

AGÊNCIA SERTÃO - TEMPO REAL

Doutorado Profissional em Agroecologia será ofertado pela Uneb

Programa acontece em ação articulada junto à Univasf e UFRPE

Nesta sexta-feira (22), o reitor José Bites de Carvalho, da Universidade do Estado da Bahia, e Tânia Maria Hetkowski, presidente da Câmara de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação, assinaram a resolução para aprovar o projeto pedagógico e autorizar o funcionamento do Curso de Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

O curso é uma ação articulada da Uneb, com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A sede do programa será na UNIVASF, no entanto, haverá turmas na Uneb e na UFRPE. Na Bahia, o Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial será ofertado pelo Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais/Campus III – Juazeiro.

A resolução aprovando e autorizando o Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial foi publicada neste sábado (23)

O curso foi autorizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** no último dia 6 de dezembro e os editais de seleção da primeira turma serão divulgados em breve. O Doutorado Profissional em Agroecologia e

Desenvolvimento Territorial será o primeiro do Brasil e foi aprovado no ano em que a **Capes** instituiu a modalidade de doutorado profissional.

Colabore

Se você gosta do conteúdo da Agência Sertão, colabore para o aprimoramento do nosso Jornalismo a partir de R\$ 10 por mês e ganhe recompensas exclusivas, saiba mais!

A coordenadora da proposta apresentada à **Capes**, professora Lucia Marisy, destaca que o novo doutorado será importante para consolidar diversos projetos já realizados pela Univasf. “Com esta proposta, estamos fortalecendo projetos muito importantes, entre eles o Programa de Desenvolvimento Territorial, que está presente em cinco territórios e envolve 56 municípios da região, e o Núcleo de Economia Solidária”, diz.

Segundo ela, o PPGADT também será importante para incentivar a agroecologia e dar apoio à agricultura familiar. “A partir do doutorado, poderemos estimular a consolidação de outras formas de fazer agricultura, como a agricultura familiar, praticada por pequenos produtores, que envolve uma população que é nosso foco e tem menos recursos. Por isso, merece atenção mais cuidadosa por parte das instituições de ensino públicas”, ressalta.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mostra reúne registros do Projeto Roteiros Geo-turísticos de Belém

Exposição segue em cartaz até quinta-feira, 28. Entrada franca.

Segue em cartaz até quinta-feira (28) a exposição que celebra os oito anos do Projeto Roteiros Geo-turísticos. A mostra está aberta ao público no Centro Cultural da Justiça Eleitoral, em Belém, com fotos das caminhadas realizadas pelo projeto durante os últimos anos de programação. O projeto é realizado pela Faculdade de Geografia e Cartografia e pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A exposição busca mostrar o crescimento do Projeto Roteiros Geo-Turísticos por meio das fotos, desde 2011, data da sua criação, até janeiro deste ano, além de mostrar o principal foco do projeto: preservar, valorizar e proteger o patrimônio cultural paraense.

Exposição – As fotos que compõem a exposição fotográfica são do turismólogo, ex-aluno da UFPA Marcos André Costa, que acompanha todas as edições dos roteiros desde janeiro de 2011. Marcos André Costa mostra, por meio de seus registros, toda a trajetória do projeto entre os anos de 2016 e 2018. A seleção foi feita por curadores do Centro Cultural da Justiça Eleitoral.

A exposição terá visitação aberta ao público, de segunda a sexta, das 8h às 15h, e as fotos estarão expostas até o dia 28 de fevereiro, no Centro Cultural.

Roteiros Geo-turísticos – O Projeto Roteiros Geo-Turísticos é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa de Geografia e Turismo (GGEOTUR), da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os Roteiros são caminhadas ao ar livre, orientadas por educadores e educandos, no intuito de fazer uma ação de turismo e educação patrimonial. Segundo a professora

Maria Goretti, o projeto evoluiu graças ao reconhecimento da sociedade e a necessidade que havia, em Belém, de um projeto com os objetivos de conhecer e valorizar o patrimônio, o turismo e a cultura locais. “Pôde-se pensar o turismo sob outra perspectiva, que valoriza a cultura e a diversidade local”, concluiu.

O projeto, criado em 2011, foi premiado, nacionalmente, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na 29ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria Projetos de Iniciativas de Excelência em Promoção e Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural, envolvendo todos os campos da preservação oriundos do setor público, do setor privado e das comunidades. Atualmente, está sendo organizado um livro sobre o projeto, com lançamento previsto para o primeiro semestre deste ano.

Serviço

Exposição “Roteiros Geo-turísticos: Percorrendo e revelando paisagens de Belém do Pará”, em cartaz até 28 de fevereiro, de 8h às 15h, no Centro Cultural da Justiça Eleitoral (Rua João Diogo, 254, Cidade Velha). Entrada franca.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC divulga resultados do Fies nesta segunda-feira

O programa oferta 100 mil vagas de financiamento, a juro zero, em instituições de ensino privadas, além de 450 mil na modalidade P-Fies

O Ministério da Educação (MEC) divulga, nesta segunda-feira 25, o resultado da pré-seleção do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa que oferece opções de financiamento em instituições de ensino privadas. Ao todo, serão ofertadas 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies. Os resultados poderão ser acessados pelo site oficial.

Os candidatos pré-selecionados na modalidade Fies deverão acessar o FiesSeleção e complementar a inscrição para contratação do financiamento no sistema, no período de 26 de fevereiro a 7 de março. A pré-seleção dos participantes da lista de espera será de 27 de fevereiro a 10 de abril.

As inscrições foram encerradas em 14 de fevereiro, entre alunos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2010, e obtiveram nota média nas provas igual ou superior a 450. No momento da inscrição, era possível escolher até três opções de curso entre aqueles com vagas disponíveis dentro do grupo de preferência, que também é escolhido pelo estudante de acordo com o perfil e interesse.

Modalidades

O Fies oferece duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

A segunda é a denominada P-Fies, destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes.

Os bolsista parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles

que têm bolsa de 50% da mensalidade, poderão participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

(Com Agência Brasil)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Luta por pesquisas científicas

Mesmo com hiato de três anos sem verbas destinadas ao Programa Antártico Brasileiro, cientistas buscam continuar a produção no continente que corresponde a 10% do planeta e afastar o risco de perder a posição no topo do ranking das nações pesquisadoras da América Latina

Membro consultivo no grupo seletivo de 29 países que definem o futuro da Antártica, o Brasil passou por dificuldades orçamentárias que quase fizeram pesquisadores brasileiros interromperem seus estudos científicos no local. Isso porque, nos últimos três anos, não foi aberto o edital que repassaria o dinheiro aos especialistas do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Mas, mesmo com esse hiato, cientistas buscam continuar a produção no continente que corresponde a 10% do planeta. Não é para menos: a Antártica agrega as maiores reservas de água-doce, de gás natural e de petróleo do mundo. E, se as pesquisas brasileiras pararem, o país perde o direito de decidir o destino desse patrimônio. Mais que isso: perde a chance de formular medicamentos, desenvolver novos pesticidas e fabricar produtos como protetores solares.

Após a destruição da Estação Antártica Comandante Ferraz — decisiva para a formação de centenas de cientistas brasileiros — num incêndio em 2012, a instalação está sendo reconstruída e deve ser inaugurada em março. A abertura desse centro de pesquisas — com área de 4,5 mil m², quase o dobro da anterior, com mais de 10 laboratórios e capacidade para, em média, 60 pessoas — é um dos fatores que têm dado novo impulso às pesquisas científicas. Custeada pelo Ministério da Defesa, a obra nunca foi problema: entre o ano do incêndio e 2017, cerca de R\$ 249 milhões foram aplicados e mais R\$ 100 milhões devem ser investidos nos próximos anos.

O que preocupa os pesquisadores é justamente o baixo e inconstante investimento direcionado à produção científica, que é papel do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Em 2013, o governo da então presidente Dilma Rousseff lançou um edital de R\$ 19 milhões para custear as pesquisas científicas no continente. O dinheiro, como é de praxe, dura três anos, isto é, acabaria em 2015 e implicaria nova chamada de edital prevista para 2016. O problema é que, diferentemente do que os cientistas esperavam, a liberação de verba não ocorreu. E o triênio 2016-2018 ficou sem recursos.

Na avaliação do pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB) Paulo Câmara, que costuma representar a universidade anualmente na Operação Antártica, esse desfalque prejudicou a produção científica, que, segundo ele, faz o país correr o risco de perder a posição no topo do ranking das nações pesquisadoras da América Latina. “Com a crise e a não abertura do edital, o Brasil está perdendo a posição especialmente para o Chile, que tem investido fortemente em pesquisa antártica. Manter esse status é importante para que os cientistas brasileiros sejam mais requisitados, ganhem intercâmbio de tecnologia, publiquem patentes conjuntas e explorem novas áreas”, avalia.

Investimento

Autor de estudo sobre o tema, o técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Israel de Oliveira Andrade afirma que os recursos precisam ser direcionados de forma contínua à ciência antártica para, dessa maneira, promover a inserção do país no cenário internacional e desenvolver pesquisas de alta qualidade. “Percebemos que houve um investimento grande para construção de estação e compra de navios, mas temos de manter a regularidade das pesquisas por meio de editais. Temos cientistas muitíssimo qualificados que estão desenvolvendo pesquisas de alta qualidade com rebatimento no mundo real, em áreas de medicina, agricultura, anticongelantes”, explica.

O levantamento produzido por Israel e pela equipe do Ipea, intitulado O Brasil na Antártica: a importância científica e geopolítica do Proantar no entorno estratégico brasileiro, mostra que o país investiu quase R\$ 500 milhões na Antártica em 10 anos, de 2008 a 2017, e indica que os recursos aplicados no programa foram possíveis devido a parcerias com várias instituições brasileiras, como é o caso da Marinha e da Força Aérea.

Em nota, o MCTIC afirmou que, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançou edital no valor de R\$ 18,028 milhões para pesquisas do Proantar no fim do ano passado. Do valor total do edital, R\$ 7,1 milhões foram do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R\$ 3,704 milhões, do orçamento do MCTIC. O CNPq destinou R\$ 1,5 milhão para o edital, enquanto a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aportou R\$ 5,724 milhões. O montante deve valer para a produção científica pelos próximos três anos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Todos pela educação

Quando se fala em emancipação cidadã e desenvolvimento socioeconômico, há duas palavras que são absolutamente relevantes e, indiscutivelmente, se complementam: oportunidade e educação. Abraham Lincoln deu o exato sentido político da palavra oportunidade, ao dizer que o objetivo essencial do governo é “elevar a condição dos homens (...) para permitir um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida”. E o poeta Mário Quintana, que vinculou a democracia à garantia de acesso igualitário às oportunidades, poetizou: “Democracia? É dar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, isso depende de cada um”.

O que garante “um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida”, além de “dar a todos o mesmo ponto de partida”, é precisamente a educação, que deve ser prioridade absoluta, especialmente a educação básica.

A educação é o melhor legado que qualquer família pode deixar a seus filhos. Aliás, é preciso salientar o papel decisivo da família, não importando o arranjo familiar em questão, no processo educacional de nossas crianças e nossos jovens. A ausência de sua função cria sobrecarga no sistema de ensino, sobretudo na figura do professor. É preciso ficar claro que a escola não tem capacidade para resolver tudo.

Deve-se investir na formação cidadã e na capacitação profissional da juventude, para que tenhamos como horizonte o reino da igualdade de oportunidade entre nós. Ou seja,

a educação é um dos principais investimentos para continuarmos na caminhada da superação do abismo da desigualdade socioeconômica que existe no nosso país.

Outro fator ligado à educação que merece ser ressaltado é o valor que ela tem num modo de produção baseado no saber. No capitalismo atual, todas as atividades dependem de informação, tecnologias e conhecimento para se tornarem competitivas e qualificadas.

Nos tempos de sociedade de informação, articulada planetariamente em rede, não se pode pensar em desenvolvimento sem investimento em educação e capacitação para geração de inovação. Se no passado a instrução era importante para vencer a ignorância, hoje a formação atualizada e acessível a todos é essencial. Além disso, combinada com investimentos em ciência e tecnologia, é fator decisivo para a competitividade econômica.

Entre os imensos desafios do Brasil, como bem indica estudo do Movimento Todos pela Educação, podemos listar déficits nas políticas educacionais de aprendizagem, nas estratégias de gestão, tanto institucional quanto escolar, e também na articulação entre os entes federados.

Precisamos de uma atuação política efetiva em prol de uma educação transformadora, garantindo acesso, permanência e aprendizagem a todas as crianças e a todos os jovens brasileiros, de modo que os estudantes tenham idade compatível com as séries correspondentes à sua faixa etária.

É preciso investir na formação humanística e integral da pessoa, contemplando conceitos como equidade e inclusão, abordando temas e demandas da contemporaneidade, valorizando o saber, as ciências e as opiniões divergentes.

É preciso valorizar os professores, agentes centrais da promoção de uma educação de qualidade.

Precisamos melhorar também a infraestrutura educacional, investir em escolas de tempo integral, apostar em sistemas de gestão, avaliação, monitoramento e de incentivo à qualificação das redes em todos os níveis da Federação. Falando nisso, é importante estruturar um Sistema Nacional de Educação – governança, financiamento e articulação de políticas ligadas à infância, adolescência e juventude.

Levanto aqui essas bandeiras porque nelas acredito e porque à frente do governo do Estado do Espírito Santo segui exatamente essa cartilha. E com resultados aprovados e reconhecidos.

A última avaliação do Ministério da Educação ratificou que o Espírito Santo passou a ter o melhor ensino médio do Brasil, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb. Considerando as escolas públicas e privadas, o Espírito Santo teve média 4,4 no ensino médio, a maior entre os Estados brasileiros.

Segundo o Ideb 2017, o crescimento da rede pública estadual do Espírito Santo é o maior registrado desde que o indicador foi criado, em 2005. Com expansão de 0,7 ponto (ou 21% com relação a 2013), o ensino médio da rede estadual atingiu 4,1 pontos em

2017, subindo da 11.^a posição, em 2013, para a 2.^a mais bem colocada no País.

De acordo com resultado, o Espírito Santo tem a melhor nota em termos de desempenho acadêmico dos estudantes. O crescimento do Estado foi de 10,5 pontos em Matemática e de 6,2 pontos em Língua Portuguesa. Pela primeira vez, o Estado lidera nas duas disciplinas, alcançando a melhor proficiência no ensino médio do Brasil, conforme o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Como é notório, há muito a avançar nesta que deve ser uma prioridade absoluta de qualquer nação. Mas essas conquistas aqui reveladas simbolizam a efetividade do conjunto de investimentos que fizemos para qualificar e ampliar toda a educação pública capixaba.

Para essa mudança de paradigma buscamos inspiração em experiências consagradas nacionalmente, como a educação integral em Pernambuco e o pacto pela aprendizagem em Sobral (CE). Também contamos com o apoio dos institutos Unibanco, Natura, ICE, Ayrton Senna, Sonho Grande e o Movimento Espírito Santo em Ação.

Que, com ações concretas, possamos garantir à nossa juventude a possibilidade de construir seu horizonte com a marca dos seus sonhos. Que sejamos capazes de capacitar nossos jovens para o protagonismo do seu futuro – do nosso futuro. O caminho é a educação.

ECONOMISTA, FOI GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2003-2010 E 2015-2018)

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Tecnologia no ensino médio é tema do Educação 360

Evento gratuito unirá estudantes e educadores para discutir como novas plataformas podem ser usadas em sala de aula; encontro acontece em 15 de março, no Museu do Amanhã, com inscrições abertas a partir desta segunda

com alta evasão e baixo desenvolvimento nos últimos anos, o ensino médio precisa se tornar mais atrativo e, principalmente, integrado às novas tecnologias, afirmam especialistas. Como fazer essa integração, no entanto, é uma discussão ainda aberta. Para debater alternativas e apresentar bons exemplos, o Educação 360 realiza no dia 15 de março, no Museu do Amanhã, mais uma edição do Jovem Tech, evento que une estudantes e especialistas para discutir os possíveis caminhos em pé de igualdade, trocando impressões e experiências sobre o tema.

Com quatro diferentes mesas, cada uma formada por dois especialistas e três alunos de ensino médio, o evento tratará desde o papel do professor na utilização de plataformas tecnológicas até o novo ensino médio e seus itinerários formativos. Mais do que encontrar respostas definitivas, o encontro tem como foco permitir que os alunos opinem e encontrem ressonância na experiência dos especialistas. —Os alunos da educação básica

estão conectados nas plataformas digitais, mas o ensino médio ainda é um ponto deficiente. Por que não unir os dois fatores e pensar em alternativas interligadas? — questiona Roberta Ferraz, coordenadora do Educação 360. A primeira mesa do dia, cujo tema é “Tecnologia no ensino médio”, discutirá uma forma mais acertada de tornar as

plataformas tecnológicas eficazes de fato dentro de sala. Diretora do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb), Lucia Dellagnelo — que integrará a mesa com Lee Magpili, especialista em robótica educacional — afirma que fornecer infraestrutura e acesso às ferramentas é importante, mas não suficiente. — Pesquisas feitas em outros países indicam que, em alguns, houve um desenvolvimento no aprendizado depois que se investiu em infraestrutura tecnológica nas escolas. Em outros, não. Isso comprova que a tecnologia deve vir com uma série de medidas complementares — assinala.

Ela pretende mostrar aos participantes formas possíveis e substantivas de usar novas ferramentas no ensino médio, que deve dar mais espaço para iniciativas tecnológicas. — Acredito que a flexibilização do currículo vai dar mais espaço para trabalhar as novas tecnologias. Mas devemos pensar em formas de o aluno utilizá-las para resolver problemas e não apenas como um acessório educacional — lembra Dellagnelo. Mesma opinião tem Antônio Gois, jornalista especializado em educação e colunista de O GLOBO, que mediará as quatro mesas do Educação 360 Jovem Tech. Ele afirma que não há solução definitiva para as falhas do ensino médio no Brasil, mas que a tecnologia é um dos caminhos. — Não adianta você dar notebooks e tablets para os alunos sem pensar em formas eficazes de usá-los.

Em muitos casos, faz rissô, em vez de ajudar, atrapalha. A tecnologia sozinha não adianta, deve vir acompanhada de uma estratégia maior — diz ele, que defende também foco das escolas e das políticas públicas na preparação de professores para essa nova realidade. O Educação 360 é uma realização dos jornais O GLOBO e Extra com patrocínio de Sesi e Colégio pH, apoio institucional de Instituto Inspirare e apoio de TV Globo, Canal Futura, TechTudo, Revista Galileu, Unesco e Unicef.

MESAS DE DISCUSSÃO

A eficácia da tecnologia

Como tornar as tecnologias disponíveis realmente efetivas para o desempenho do aprendizado? Com a participação de Lucia Dellagnelo, diretora do Centro de Inovação para Educação Brasileira (Cieb), e o filipino Lee Magpili, designer da Lego Education e especialista em robótica educacional, essas questões serão desenvolvidas, com foco no ensino médio, a partir de exemplos e a intervenção do público.

O itinerário profissionalizante

Na definição do novo ensino médio, que passa a ser composto por cinco itinerários formativos específicos, o ensino profissionalizante é uma das opções a que os alunos terão direito. Para discutir as plataformas tecnológicas dentro desse itinerário e das expectativas de ampliação do ensino técnico no novo ensino médio, o público poderá conversar com Rafael Lucchesi, diretor geral do Senai e Ana Inoue, assessora de educação do Itaú BBA.

Uma nova carga horária

No novo ensino médio, a carga horária será ocupada por conteúdos comuns e complementada pelo ensino vindo dos itinerários específicos. A nova configuração, além de sua implementação, é fonte de discussão entre educadores, principalmente na

forma como se relacionará com a tecnologia. Discutirão o assunto Ana Penido, diretora do Instituto Inspirare, e Priscila Cruz (na foto), diretora do movimento Todos Pela Educação.

Mais importante: o professor

Preparar professores para pensar as tecnologias em uma configuração eficaz aos alunos é considerado, para alguns educadores, assunto ainda mais importante que os investimentos em infraestrutura tecnológica nas escolas. Como preparar os professores, treiná-los nas plataformas e pensar a relação aluno-professor a partir disso é o tema da última mesa do evento, que terá Miguel Thompson, diretor executivo do Instituto Singularidades.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

É preciso usar o conhecimento para gerar novos produtos e processos, diz Ivonildo Rêgo

De onde partiu a iniciativa para criar a Residência em inovações jurídicas? Foi uma demanda que partiu da própria Justiça, que procurou vocês?

É uma sequência de coisas que levou até isso. Essa é uma área de grande relevância para o desenvolvimento do País, mas ainda temos poucas pessoas já qualificadas ou estudando esse assunto, que é o direito e a inovação. O Instituto é da área da Tecnologia da Informação, e aqui trabalhamos com profissionais das mais diferentes áreas. Temos programas na área de administração, educação... A primeira residência que fizemos na parte do Direito foi no Tribunal de Justiça do Estado, dois anos atrás. As residências são especializações, programas de pós-graduação, no mesmo modelo da residência médica, só que você troca o hospital pela empresa da área de atuação. Nós já tínhamos a experiência de residências na área de TI com empresas. Do Tribunal de Justiça, fomos ampliando as parcerias, e aí entraram também o Tribunal de Contas do Estado, a Justiça Federal, Tribunal Regional Eleitoral... só falta a Justiça do Trabalho, e estamos em processo de discussão.

O desenvolvimento de sistemas para esses tribunais já faz parte então da proposta do programa?

Essencialmente, os estudantes fazem as disciplinas da especialização e, ao mesmo tempo, desenvolvem projetos e sistemas do interesse do Judiciário, para aperfeiçoar o trabalho desses profissionais. Esses alunos trabalham por seis horas nesses projetos, orientados por profissionais tanto da área do direito como da área de tecnologia da informação. Isso tem tido um sucesso muito grande, inclusive com repercussão nacional.

De que maneiras?

Pegamos como exemplo a Justiça Federal. Hoje, a Justiça Federal aqui do Rio Grande do Norte é tida como referência no país como uma das mais inovadoras na aplicação de tecnologias. Todo esse processo está levando à isso. Nós já renovamos o convênio com o TJ para a segunda turma, e temos planos de renovar também as turmas do Tribunal de Contas e da Justiça Federal. Recentemente, fomos procurados pelo Tribunal Eleitoral da Bahia, interessado em nosso modelo. A recomendação para que eles nos procurassem

partiu, inclusive, do Tribunal de Contas da União. Foi a partir dessa aproximação e do sucesso que temos visto com o programa de residência que começamos, com nossos professores do departamento de tecnologia da informação, a elaborar a proposta para a implementação do mestrado na área.

A lógica de colocar os alunos em contato direto com o mercado também faz parte dos planos de vocês para o mestrado?

Nenhum país no mundo está conseguindo se desenvolver sem fazer o casamento entre Academia e o setor produtivo. É a chamada economia do conhecimento: é preciso usar o conhecimento para gerar novos produtos e processos, gerando também riqueza. O Brasil está um pouco atrasado nisso, mas tem uma legislação importante, que é o Marco Legal da Ciência e da Tecnologia, atualizado em 2016. Essa foi uma das poucas legislações do Brasil que foi um consenso, construída por frentes de todos os partidos. Nosso desafio é fazer isso chegar às pessoas, e ter pessoas capacitadas para trabalhar com ela. O próprio instituto tem carência de profissionais nessa área, o que mostra o quanto o programa é necessário. A incubadora de empresas do Instituto já apoiou mais de 100 empresas, que geram mais de 600 empregos diretos. Essas são empresas de alta tecnologia, que têm muitas questões de ordens legais e éticas envolvidas. Ainda é um gargalo muito grande para o País, e esse foi um dos grandes motores para esse mestrado, onde teremos tanto gente da área do direito como da computação.

Quais foram as demandas mais urgentes com as quais os estudantes se depararam ao entrar em contato com o dia a dia dos tribunais?

As questões foram colocadas pelos Tribunais e muda muito de um para outro. Há uma demanda muito alta por tecnologia hoje em dia, por causa do sistema processual eletrônico. Toda a tramitação dos processos acontece pelo meio virtual, e há necessidade de tratar essa informação, saber armazenar os dados, otimizar o tempo de busca e o trabalho das pessoas que estão envolvidas nesse processo. Há um mundo inteiro a ser explorado, e estamos apenas começando a inovar na área jurídica no Brasil, no que diz respeito à tecnologia da informação.

Quando vocês esperam concluir todos os trâmites para colocar o programa do mestrado em atividade?

Já preparamos a proposta no ano passado, vamos submetê-la este ano, seguindo o calendário da CAPES, que é quem aprova os programas. Isso tem uma sequência, e esperamos que no ano que vem já possamos dar início às atividades. Cerca de 80 pessoas já passaram pelo programa de Residência, e isso promoveu uma aproximação importante do Instituto com o Judiciário, que inclusive será uma das nossas bases.

[topo](#)

A TARDE - BA - SALVADOR

Unimed lança EAD em atenção primária

IMERSÕES ACONTECEM EM SETE ESTADOS

As imersões do curso acontecem em seis estados da região Nordeste (Ceará, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte) e também no Rio de Janeiro. A Unimed do Brasil, em parceria com a Faculdade Unimed e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), pretende capacitar mil profissionais em

atenção primária à saúde (APS) até 2021. Para isso, lança um curso voltado para médicos cooperados (especialistas em medicina da família e comunidade, clínica médica, pediatria, geriatria, ginecologia e obstetrícia, medicina preventiva e social), enfermeiros e gestores de APS ligados às cooperativas do sistema Unimed. O curso acontece na modalidade de ensino a distância (EAD) e conta com 10 módulos teóricos e um módulo prático.

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Quantidade de alunos por professor extrapola limite previsto em legislação estadual em algumas cidades e rede de ensino chega a criar quarto turno de aulas para atender demanda

O espaço apertado entre as prateleiras da biblioteca foi todo ocupado por cadeiras e um quadro improvisado usa os livros didáticos como apoio para ficar na altura adequada. No pátio, mais mesas e cadeiras preenchem o local que deveria ser utilizado para recreação. E um quarto turno, além dos três habituais (matutino, vespertino e noturno), foi criado entre 11 horas e 15 horas para conseguir atender a demanda. Ele é chamado de “turno da fome”, por causa do horário. Estes são apenas alguns dos elementos enfrentados pela educação básica em Águas Lindas de Goiás, um dos municípios do Estado onde o governo goiano não consegue atingir uma quantidade de alunos por professor dentro dos limites estipulados em lei. O reflexo da grande quantidade de crianças e adolescentes que precisam estudar na cidade, diante de uma estrutura cuja quantidade de escolas (17) ainda não aumentou desde o início deste século, é a improvisação e adoção de medidas paliativas para fazer com que todos frequentem a escola, mesmo que numa condição precária e questionável. Essa realidade, dentre outros motivos, é a expressão, na prática, do que vem sendo demonstrado, nos últimos anos, pelos dados do Censo Escolar, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é o descumprimento de uma lei estadual por parte do próprio Estado. A reportagem do POPULAR fez o cruzamento dos números referentes ao total de matrículas na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio) de todos os municípios goianos e em todas as redes (estadual, privada, federal e municipal) como número de professores nas respectivas condições e verificou uma concentração expressiva principalmente na rede estadual de cidades que ficam no Entorno do Distrito Federal. A Lei Complementar Estadual nº 26 de 1998 estipula quantidades máximas de alunos por professor da pré-escola ao terceiro ano colegial, e o maior limite permitido, que é de 40 alunos por professor, foi excedido no ano passado nas escolas estaduais de Luziânia, Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto. Em anos anteriores do Censo Escolar, a situação já era possível de ser notada por meio do mesmo cruzamento de dados (veja quadro na página 14). Para além da questão estrutural e da falta de novas escolas, os números revelam ainda variações da quantidade de professores e alunos, nos últimos oito anos, numa proporção em que uma não acompanhou a outra, nesses locais. Em Águas Lindas, entre 2010 e 2018, a quantidade de matriculados na educação básica aumentou 18,9%, enquanto o aumento de profissionais da educação ocorreu numa escala menor (11,6%). Em Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, foi registrada diminuição nos dois casos, mas a redução foi mais de duas vezes maior no que se refere à quantidade de professores, nas duas cidades.

EFEITOS

A soma de fatores numa região de histórico vulnerável e acentuado pela atração crescente de novos moradores, por estar do lado de Brasília, gera efeitos na educação de

crianças e adolescentes que os coloca, por exemplo, em situação inferior ao restante do Estado. A implantação de um quarto turno de aulas em algumas escolas estaduais de Águas Lindas, algo inédito em Goiás, só foi possível como encurtamento do tempo das aulas nos demais períodos. O também chamado turno intermediário foi encaixado entre o matutino e o vespertino, acarretando redução do tempo de permanência do estudante na escola, comparado às demais unidades e cidades, onde se aplica a carga horária normal. Às 10h45, os alunos do matutino que entram às 7 horas são dispensados às pressas, às vezes até antes disso, para dar tempo de reorganizar as salas e deixar tudo preparado para a entrada da multidão de alunos já formada do lado de fora para iniciar os estudos às 11 horas. Este grupo começa a ser liberado, depois, às 14h45 e, novamente, iniciase um processo de reorganização e limpeza de salas, muitas vezes apertadas e sem ventilação adequada, para receber o grupo não menos numeroso de alunos do vespertino, que entra às 15 horas. É tanto estudante frente a uma falta nítida de espaço e opções de escolaridade que só no Colégio Estadual Maria do Carmo Lima existem, por turno, três turmas a mais, além do total de salas de aula.

“ Temos problema no Ensino Médio em 242 turmas. Isso equivale a 2,5% do total de turmas. Temos salas com até 47 alunos ”

Fátima Gavioli, secretária estadual de Educação

topo ↕

BIOMEDICINA EM AÇÃO - TEMPO REAL **Pós-Graduação em Psiquiatria (UNIFESP)**

O Laboratório Interdisciplinar de Neurociência (LINC) e a Unidade de Pesquisa em Metabolômica (UPeM) da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP está selecionando candidatos interessados a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria, para trabalhar com pesquisa clínica em transtornos psiquiátricos, na área de biomarcadores em transtornos psiquiátricos: depressão maior e resposta ao tratamento com cetamina.

Podem se candidatar alunos do último semestre ou recém-formados nos cursos de biomedicina, biologia, farmácia e enfermagem. Os candidatos passarão por entrevista, análise de currículo, estágio probatório (mínimo de 2 meses ou mais conforme perfil e empenho do candidato), elaboração de projeto durante o período probatório e apresentação oral do projeto em reunião científica.

PERFIL DO CANDIDATO: é necessário inglês avançado, aptidão ao estudo, disciplina, conhecimento em técnicas laboratoriais, proatividade, facilidade bioinformática, disponibilidade de tempo, interesse na área acadêmica e pelas áreas de bioquímica, psicofarmacologia e biologia molecular.

BOLSAS: o candidato terá direito a bolsa, a ser paga pela **CAPES**, CNPQ ou FAPESP.

topo ↕

FATO AMAZÔNICO - TEMPO REAL

Curso de mestrado que forma docentes-pesquisadores para a educação básica inicia nova turma

O Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), realizou nesta semana a abertura de mais uma turma do curso, que trabalha com a diversidade de alunos e forma, em nível de mestrado, docentes-pesquisadores atuantes em projetos e ações que promovem a qualidade do ensino e aprendizagem na educação básica, na formação inicial e continuada de professores.

Criado em 2006, o curso tem a finalidade de formar docentes pesquisadores, em nível de mestrado, tanto em termos teóricos quanto didáticos-metodológicos de pesquisa, para atuação no ensino e na produção de conhecimentos, dando ênfase às questões da Amazônia.

O curso conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), que oferece bolsas de estudos para os mestrandos. O fomento e a capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Amazonas é uma das linhas de ação da Fundação.

A edição 2019 do curso tem turma com 23 alunos. Desse número, 21 são do Estado do Amazonas, um da Colômbia e outro de Moçambique, os dois últimos ingressaram no curso por meio de acordo de cooperação internacional.

Inclusão social – Desde o ano passado, o curso recebe estudantes com deficiência e contará, pela primeira vez, com a participação de um aluno surdo, que será acompanhado por uma tradutora e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), durante as aulas. Trata-se de um professor da universidade.

Com bolsa da Fapeam, a mestranda em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da UEA, Carla Andrea Mendonça, ingressou em 2018. Graduada em História, Carla é professora da rede municipal de ensino e tem distonia, uma doença que causa contrações musculares involuntárias, movimentos repetitivos ou de torção.

“É um curso excelente que está indo além das minhas expectativas. Tem sido algo muito importante para minha formação, enquanto docente e como cidadã. O apoio da Fapeam, por meio da bolsa, é algo muito bom, porque o aluno precisa se deslocar, comprar material didático e até mesmo participar de eventos científicos. As bolsas são importantes, principalmente, para auxiliar as pessoas que vêm do interior do Estado para se dedicar, exclusivamente, ao estudo na capital” comentou.

Segundo o vice-coordenador, Mauro Gomes da Costa, a diversidade de alunos é importante por mostrar que as limitações, por exemplo, motora ou de audição não são barreiras para se progredir na escolaridade.

Linhas de pesquisa – Costa explica que o curso é organizado em torno de duas linhas de pesquisa que envolvem o ensino de Ciências. A primeira abrange o currículo, cognição e formação de professores. Já a segunda envolve epistemologias, divulgação científica e espaços não-formais.

“A importância de formar pessoas nessa área é devido o Estado do Amazonas ter um déficit grande em relação ao quadro de professores com nível de mestrado. Nós que trabalhamos com cursos que funcionam no interior, precisamos nos deslocar de Manaus, muitas vezes, por conta da carência de profissionais com essa qualificação, especialmente, nos núcleos da UEA”, disse.

Atualmente, o curso está com nota 5 pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“O curso vem crescendo, estamos com a nota 5 da **Capes**. A nota máxima é 7. Estamos trabalhando, em primeiro lugar, para manter a nota, porque isso permite o fornecimento de bolsas, além de outros incentivos relacionados ao programa. Com o ingresso de alunos surdos, distônicos e alunos vindos de outros países, estamos dando um novo passo para aumentar a nossa nota para nível 6”, disse, lembrando que um dos requisitos para passar de nível na **Capes** é a cooperação internacional.

Revista – O curso tem ainda uma revista científica intitulada Areté, cuja vertente é voltada para ensino e aprendizagem, e conta com uma média de 12 artigos publicados, com tiragem semestral. É considerada pela **Capes** como Revista Qualis A2 (Área de Ensino). Além disso, anualmente é realizado o Simpósio de Ensino de Ciências na Amazônia (Secam), um evento que conta com a participação de alunos do curso e público externo.

A abertura do curso foi realizada na Escola Normal Superior da UEA, no bairro Chapada, zona Centro-Sul de Manaus. Na ocasião, foi apresentado o corpo docente, administrativo e explanação do regimento do programa para os estudantes.

topo ↕

MÍDIA NEWS - TEMPO REAL

Marxistas sempre na mira

Se houver crimes, que os responsáveis sejam legalmente identificados

No artigo “Tragédias acima de todos” (publicado em 14/02), destaquei um dos infortúnios deste nosso momento: o constante ataque que as universidades federais passariam a receber do governo.

Pois bem. O bombardeio começou.

Há poucos dias, Ricardo Vérez Rodríguez, ministro da Educação, e Sérgio Moro, da Justiça, assinaram documento pelo qual se estabelece algo próximo de uma “Lava Jato da Educação”.

Conforme Rodríguez, “o objetivo é apurar indícios de corrupção, bem como atos lesivos à administração pública no âmbito (sic) do MEC e de suas autarquias nas gestões anteriores”.

Até aí, nada contra. Se houver crimes, que os responsáveis sejam legalmente identificados. Todavia, a partir desse documento, Rodríguez – não sem um quê de vingança – sai do campo do discurso e passa a entrar de forma concreta nas federais, que são verdadeiras joias (materiais e imateriais) da sociedade brasileira.

Detalhe: sua entrada será feita com base no mesmo discurso utilizado pelos golpistas de 64: o anticomunismo e/ou o antimarxismo; aliás, termos sempre confundidos pelos que não admitem as críticas irrefutáveis feitas por Marx ao sistema capitalista, devorador por excelência.

O ministro da Educação parece estar inserido no conjunto dos que desconhecem a teoria marxista, mas, mesmo assim, dela, têm ojeriza

O ministro da Educação parece estar inserido no conjunto dos que desconhecem a teoria marxista, mas, mesmo assim, dela, têm ojeriza. Por isso, em recente entrevista à Veja,

ele contou ter se tornado ministro por indicação de Olavo Carvalho a Bolsonaro, que teria lhe perguntado se ele tinha "a faca nos dentes para enfrentar o problema do marxismo (sic) no MEC".

Resposta ao presidente: “É o que faço há trinta anos. Como professor de universidade pública, fui marginalizado na concessão de bolsas... Nunca consegui uma bolsa por causa do aparelhamento do MEC pelos petistas”.

De minha parte, em artigos anteriores, tratei desse real aparelhamento mencionado por Rodríguez; todavia, paradoxalmente, era um aparelhamento – pasmem – também antimarxista. As provas são inúmeras. Destaco um episódio que se tornou notícia n’O Globo no dia 06/06/2014, em pleno governo de petistas neoliberais, absurdamente confundidos como marxistas, comunista/socialistas.

Pelo título da matéria – “Governo nega projeto por ser marxista e revolta pesquisadores da UnB, Uerj e UFRN” –, tomamos conhecimento da patrulha ideológica que já havia contra a teorização marxista; isso bem antes da chegada de Bolsonaro ao poder.

No corpo da matéria, é dito que “O projeto intitulado “Crise do Capital e Fundo Público: Implicações para o Trabalho, os Direitos e as Políticas Sociais” foi apresentado para um edital da **Capes** (órgão fomentador de pesquisa) por 19 professores, 9 doutorandos, 15 mestrandos e 27 graduados da Universidade de Brasília, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os projetos avaliados pela **Capes** recebem um parecer de um acadêmico que não é identificado. Com o parecer negativo, não se disponibiliza verba para a pesquisa. O parecerista negou o projeto por considerar que a metodologia marxista não viabiliza que a pesquisa atinja seus objetivos”.

Disse mais: que “a contribuição marxista à ciência brasileira parece duvidosa”.

Portanto, o ministro antimarxista poderia abraçar os colegas marxistas – via de regra, tolhidos pelos incautos pós-modernos que tomaram de assalto a academia – pelo mesmo motivo: patrulha ideológica.

Enfim, este é o cenário de degradação crítica – produzido há anos – das federais, que, internamente, assim como a sociedade, encontra-se cada vez mais dividida.

ROBERTO BOAVENTURA DA SILVA SÁ é doutor em Jornalismo pela USP e professor da UFMT

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Sete anos depois, estação brasileira renasce no continente gelado

Substituta de base que pegou fogo, nova unidade deve ser concluída em março

É uma construção de respeito. Capaz de superar ventos de até 200 km/h, abalos sísmicos frequentes, solos sempre congelados. Só em estruturas de aço de alta resistência são 700 toneladas e as fundações atingem até 28 metros de profundidade. No total, 54 pilares sustentam 226 contêineres de 3,5 toneladas.

A nova estação brasileira na Antártida impressiona pelos desafios logísticos e de engenharia e pelos traços futuristas. Projetada pelo escritório de arquitetura curitibano Estúdio 41, escolhido num concurso, e executada pela China National Electronics Imports and Exports Corporation (Ceiec), a obra custou US\$ 99,6 milhões (cerca de R\$ 373 milhões) e deve ser concluída no dia 12. Mas só deve ser inaugurada oficialmente no próximo verão.

O Estado passou esta semana na Estação Antártica Comandante Ferraz acompanhando os últimos trabalhos da construção, que começou em novembro de 2015, ainda sob impacto do incêndio que há exatos sete anos destruiu 70% das instalações e matou dois militares. Mais de 200 chineses se revezam quase 24 horas por dia na obra. Muitos vieram de Harbin, região perto da fronteira com a Rússia famosa pelo festival de esculturas de gelo e frio intenso.

A Ceiec desbancou finlandeses, chilenos e brasileiros na concorrência feita pela Marinha. Entre as atribuições do contrato, está levar de volta à China todos os contêineres, guindastes, veículos e materiais de construção que não servirem. "Mais de 80% da obra já está pronta e a partir de março o canteiro começará a ser desmontado. Em 5 de abril, a maioria dos chineses vai sair daqui no navio Magnólia rumo ao aeródromo da base chilena", diz o capitão de mar e guerra da reserva Geraldo Juaçaba, responsável pela reconstrução. Ficarão 25 chineses, que passarão o inverno com 16 militares brasileiros e têm a missão de manter a estação aquecida e testar equipamentos.

MM_AG_PT_ASSET_970900

A base é composta por três blocos com capacidade para até 64 pessoas. O Leste, destinado às pesquisas, serviços e convívio, tem 14 laboratórios, refeitórios, cozinha e setor de saúde. O Oeste, 32 camarotes, biblioteca, ginásio e auditório, além de paióis de mantimento e tanques no nível inferior.

Formação do continente

No Técnico, geradores, garagem, caldeiras, um incinerador apelidado de dragão e estação de tratamento de água e esgoto, entre outras coisas. Há ainda oito aerogeradores de energia, painéis solares e módulos isolados, de telecomunicações, meteorologia e ozônio, lavagem de sedimentos, mergulho e resíduos perigosos. Todas as fundações do prédio principal foram pré-montadas em Shangai e trazidas de navio em 2016. No ano seguinte, foram fabricados e pré-montados pilares, estruturas e contêineres.

A construção foi vista pela Marinha como uma forma de transferência de tecnologia. Tanto que engenheiros brasileiros passaram quase um ano na China supervisionando os preparativos.

O engenheiro eletricitista e capitão-de-corveta Daniel Pontes foi um deles. Com quase tudo pronto, diz sentir grande orgulho. "Se essa estação não é a mais moderna da Antártida, certamente é uma das mais." A seu lado, o engenheiro mecânico e capitão-tenente Christovam Leal Chaves conta que mais de três mil itens foram analisados pela fiscalização.

Depois do trauma do incêndio de 2012, a segurança virou quase obsessão e acabou ampliando a área da base. "Nosso projeto original tinha 3,3 mil m², mas a estação acabou ficando com 4,5 mil m², em boa parte para aumentar a segurança", explica Juaçaba. É quase o dobro da antiga, que tinha 2,6 mil m². Tudo também foi pensado para reduzir custos. "Não há lugar mais caro para construir e manter que a Antártida. É fundamental pensar na logística para fazer, ocupar, manter e desmontar se necessário", diz a arquiteta Cristina Engel, que ajudou a montar os requisitos para construção. "O Brasil é um país tropical que teve de aprender a construir na Antártida."

Enquanto a obra da estação não termina, militares e alguns civis brasileiros ocupam o Módulo Antártico Emergencial (MAE). Feito por uma empresa canadense, é uma junção de cerca de 60 contêineres, que formam área de aproximadamente 950 m² e permitem uma rotina confortável, com três alas de alojamentos, refeitório, enfermaria, banheiros e academia de ginástica.

CIÊNCIA

Requisito para o Brasil continuar membro consultivo do Tratado da Antártida, as pesquisas científicas no continente continuaram após o incêndio, no MAE e em estações parceiras. Mas a maior parte dos estudos é feita fora da Comandante Ferraz, no Navio Polar Almirante Maximiano, no Módulo Criosfera 1, a 2,4 mil km ao sul da base brasileira, e em acampamentos. Cientistas costumam, porém, amargar fases de incerteza em relação à verba para pesquisas. O edital de 2013, que era para ter sido pago até 2016, teve a última parcela paga em 2017. Em novembro, o governo federal liberou edital de R\$ 18 milhões.

"A situação agora está melhor e os pesquisadores estão na expectativa da inauguração da nova estação e da aquisição de equipamentos para os laboratórios pelo Ministério da Ciência e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)", conta Jefferson Cardia Simões, vice-presidente do Comitê Científico Internacional de Pesquisa Antártica. As pesquisas, diz ele, abrangem desde ciências básicas da atmosfera até estudo de como a massa de gelo responde às mudanças climáticas e impacta a elevação do nível dos mares. "Ao reinaugurarmos a estação, não estamos falando só de ciência. Será a casa do Brasil na Antártida e demonstra nosso interesse em dizer: Olha, também queremos decidir o futuro dessa região do planeta."

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ensino de robótica leva professora à final de prêmio internacional

Com um projeto de ensino de robótica com sucata para estudantes de escola pública, Débora Garofalo foi selecionada entre mais de 10 mil candidatos de várias nacionalidades e está entre os dez melhores professores do mundo. A professora de Língua Portuguesa, que ensina tecnologia na periferia da capital paulista, é finalista no Global Teacher Prize 2019, prêmio internacional que reconhece métodos inovadores e criativos para lecionar e oferece prêmio de US\$ 1 milhão.

Desde o início do projeto, em 2015, mais de uma tonelada de materiais recicláveis foram retirados das ruas da cidade e transformados em protótipos - produtos de um trabalho da fase de teste - na Escola Municipal Ensino Fundamental Almirante Ary Parreira, na Vila Babilônia, zona sul.

"O projeto de robótica com sucata nasceu da vontade de transformar a vida das crianças

da periferia aqui da cidade de São Paulo. Eu sempre acreditei, como professora, que a educação só faz sentido se ela puder ser significativa e se ela puder ter esse caráter transformador", disse Débora.

"Eu queria trazer essa visão para as crianças de que a tecnologia é uma propulsora da aprendizagem e que, na educação básica, a gente podia então trabalhar esses conceitos. Só que eu não tinha nenhum material para começar e eu também não queria que esse ensino fosse limitado a um grupo de alunos". Até hoje já passaram pelas aulas de robótica cerca de 2 mil estudantes.

A realidade local também foi decisiva para o projeto, já que a comunidade sofria com enchentes e lixo nas ruas. "A primeira coisa que as crianças me relatavam é que, em dias de chuva - e a gente começa dar aula sempre no mês de fevereiro que é um mês muito chuvoso -, eles não iam para a escola porque as casas deles alagavam, o acesso para ir para a escola alagava e eles perdiam tudo".

O sucesso do projeto trouxe grandes lições, de acordo com a professora. Uma delas é pensar em uma escola que não só produza mais conhecimento, mas que comece a contribuir com soluções locais.

Mão na massa

Jovens de 6 a 14 anos aprendem sobre montagem de motor, circuitos e programação para, então, terem autonomia e pensarem no que vão construir. "Em um primeiro momento, a gente olha bem para esses materiais que a gente recolheu porque são materiais diversos e aí [os alunos] vão começar a pensar e estruturar o que eles gostariam de construir", contou.

Já foram construídos brinquedos, um pequeno semáforo, uma máquina de refrigerante, robôs, barata e aranha robóticas, além de soluções para questões práticas da vida. "Um aluno criou uma casa sustentável. Uma réplica da casa dele, mas totalmente sustentável, com energia solar, usando o arduino [placas programáveis] para ligar e desligar [a luz] em horários para fazer economia de energia. A gente vê que nasce um pouco de tudo, inclusive soluções para o dia a dia", disse a professora.

"O foco do nosso trabalho realmente é um trabalho sustentável, não é só ensinar robótica, é mostrar que a gente pode intervir nessa sociedade transformando esse material, reciclando, reutilizando", acrescentou. "Quando a gente pensa no ensino de robótica, todo mundo fala precisa ter altos recursos para trabalhar robótica e a gente quis também desmitificar isso, porque a robótica nada mais é do que você encontrar soluções, então trabalhar de forma sustentável foi uma das nossas soluções".

Débora comemorou a abertura e disposição da escola em apoiar o projeto. "Eu lembro a primeira vez que eu fiz uma aula no pátio, justamente porque a minha sala não tinha tanto espaço e a gente foi produzir alguns protótipos no pátio, utilizando as mesas. A coordenadora chegou e falou eu nunca imaginei uma aula de tecnologia fora do laboratório, então houve uma mudança cultural das pessoas", disse.

Ela considera que a "mão na massa" - a aprendizagem criativa - essencial para os estudantes. "Começou a se criar uma febre na escola porque uma criança foi seguindo o modelo da outra se ele conseguiu fazer, eu também posso fazer, então vou tentar

também. Isso foi mudando a cara da escola, então aos poucos os professores foram aderindo e o trabalho foi se tornando interdisciplinar, já que a gente trabalha com uma questão do lixo que dá pra abordar diversos aspectos".

A professora promove formação em todo país para outros professores sobre o ensino de robótica com sucata. "Nós só chegamos a essa etapa do prêmio justamente por ter esses dados comprobatórios que o trabalho é replicável, porque é uma das exigências do prêmio". Ela destaca ainda a importância de que essa experiência possa se disseminar. "Nós não somos preparados para trabalhar com tecnologia, então é muito importante que o professor também vivencie, que seja prazeroso para o professor, porque só assim ele vai ter condições de replicar", disse.

Empoderamento

Débora é a primeira mulher brasileira a chegar à final do Global Teacher Prize 2019, que anunciará o vencedor no dia 24 de março em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. "A lição de casa é começar a valorizar os professores, é começar a envolver esses professores nas políticas públicas, mas [o prêmio é] também a quebra de muitos paradigmas, principalmente pra mim que sou mulher, sou a primeira mulher a estar nessa final pelo Brasil. E se a gente pensar que a proporção de professoras é muito maior do que a de professores é uma grande quebra de tabu", disse.

Ela contou que chegou a ser duramente criticada no começo do projeto e que muitas pessoas falavam que seu trabalho era artesanato. "Eu era uma mulher mexendo com tecnologia, que não é uma coisa comum, principalmente por ser uma mulher formada na área de humanas, que é mais incomum ainda. Então foram vários tabus quebrados".

Foi com muito diálogo que a professora obteve uma mudança, para depois haver o empoderamento das alunas também. "No começo, [as meninas] ficavam muito no cantinho apesar de todo o incentivo que eu fizesse para que elas participassem. Mas depois elas também começaram a trazer os seus protótipos para dentro da sala de aula e mostrar o quanto elas eram produtivas e o quanto elas eram caprichosas. E elas começaram a se tornar referência", comemorou.

"E os meninos começaram a apoiá-las e dizer que legal que você construiu e como você fez isso. Aquela reação de preconceito começou a virar uma relação de empatia, de perceber que eles também podiam aprender com as mulheres e aí foi uma coisa muito bacana", relatou a professora.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Deficit tecnológico nas salas de aula

Levantamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal identifica computadores obsoletos nas escolas públicas. No total, 41,7% das máquinas da rede de ensino estão em manutenção e 79,1% apresentam mais de 10 anos de uso

"Infelizmente, devido à falta de estrutura, não podemos avançar nos projetos. Temos um professor responsável pelas atividades no laboratório e um educador social voluntário que faz atividades, ensinando os alunos a fazerem blogs e páginas. Mas nada além disso" Rodrigo Filgueira, Centro Educacional 6 de Taguatinga

A tecnologia é uma aliada importante no processo de aprendizagem. Os professores que se restringem à tradicional fórmula de livros e quadro-negro têm cada vez mais dificuldades em manter a atenção dos alunos. Mas, na rede pública de ensino da capital

federal, não há estrutura de informática para que escolas adotem métodos modernos de educação. Os computadores são obsoletos e não recebem manutenção. A maioria dos centros educacionais tem internet com velocidade baixa e, em muitos casos, paga pelos próprios pais e professores. O déficit tecnológico compromete o ensino e também a gestão. Os sistemas de tecnologia da informação usados pelas diretorias são falhos e não garantem a segurança dos dados.

As constatações fazem parte de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) nas escolas públicas, concluída no fim de 2018. Em decisão unânime neste mês, os conselheiros da Corte deram 30 dias para a Secretaria de Educação se manifestar sobre as falhas apontadas e apresentar propostas de correção e melhorias do sistema de tecnologia da informação na rede pública. No levantamento, os auditores verificaram se os contratos da área foram executados em conformidade, se o uso dos recursos tecnológicos para fins educacionais foram suficientemente disponibilizados aos colégios e se as informações geradas pelos sistemas de gestão escolar e de apoio são confidenciais, íntegras e disponíveis.

Durante os trabalhos, os técnicos do TCDF identificaram a defasagem tecnológica. “O parque de computadores dos laboratórios de informática é obsoleto. A falta de renovação dos equipamentos instalados nos laboratórios de informática das escolas públicas do DF compromete a sua utilização e o uso de novas tecnologias pelo aluno no processo de aprendizagem”, conclui um trecho da auditoria.

Barreiras

Problemas na internet são uma das principais barreiras tecnológicas do sistema de educação. O GDF firmou em 2013 um contrato de “fornecimento e implantação de solução global de comunicação de dados”, com valor anual de R\$ 5,7 milhões. Por causa de problemas de pagamento, a empresa contratada suspendeu os serviços gradativamente a partir de maio de 2017, culminando com a paralisação completa da oferta de internet dois meses depois. Em março de 2018, o contrato foi extinto.

A interrupção gerou impacto nos serviços administrativos das escolas, pois os sistemas de gestão das escolas são acessados pela internet. Diante do impasse, a Secretaria de Educação autorizou as unidades a contratarem serviço de comunicação de dados com recursos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf). Mas os diretores enfrentaram dificuldades burocráticas para contratar o acesso on-line por causa de barreiras para obter certidões negativas, pela falta de interesse de empresas proverem o serviço, por empecilhos técnicos em algumas regiões e pelo atraso no repasse da verba do Pdaf. Para driblar o apagão tecnológico, na maioria dos colégios da rede, a internet é paga por associações de pais e mestres e pelos próprios professores.

Vaquinha

No Centro Educacional 6 de Taguatinga, a internet é paga por professores e pelos pais. A direção também realiza parcerias com a comunidade para suprir necessidades do colégio. O laboratório de informática recebeu pintura e piso novo no ano passado, graças a essa ajuda, mas tem máquinas obsoletas que praticamente inviabilizam qualquer atividade pedagógica. A realidade segue o padrão identificado pela auditoria do TCDF.

Segundo o levantamento, 41,7% dos computadores da rede estão em manutenção e 79,1% apresentam mais de 10 anos de uso. “Infelizmente, devido à falta de estrutura, não podemos avançar nos projetos. Temos um professor responsável pelas atividades no laboratório e um educador social voluntário que faz atividades, ensinando os alunos a fazerem blogs e páginas. Mas nada além disso”, conta o diretor da escola, Rodrigo Filgueira. A internet contratada pela comunidade é de 2 Megas mas, na prática, não chega a 1 Mega. Dos 20 computadores comprados em 2012, só cinco funcionam perfeitamente.

O professor Humberto Valério dá aulas de informática em uma escola técnica do Areal e é supervisor do Centro de Ensino Fundamental 1 do Riacho Fundo 2. A partir de doações, ele ajudou a montar o laboratório. “Mas, hoje, nenhum dos computadores funciona direito. As máquinas levam meia hora só para ligar. Alguns professores trabalham com os celulares dos alunos para fazer pesquisas durante as aulas, por exemplo”, conta Humberto. Para os alunos do EJA, os prejuízos são grandes. “Os mais novos entendem de tecnologia naturalmente, mas temos estudantes adultos pedreiros, vigilantes e domésticas que não sabem nem segurar o mouse. Para essas pessoas, as aulas de informática são uma alegria, uma descoberta”, diz Humberto.

O que diz a lei

Software livre

O Plano Nacional de Educação estabeleceu, como meta, “incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem”. O texto assegura a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, “com preferência para softwares livres e recursos educacionais

Problemas apontados pela auditoria do TCDF

- » A falta de renovação do parque computacional instalado nos laboratórios de informática das escolas públicas do DF compromete a utilização do espaço e o uso de novas tecnologias pelo aluno no processo de aprendizagem
- » Como o contrato de internet da rede foi suspenso por falta de pagamento em 2017, as escolas só têm internet se professores, pais e alunos se cotizarem para pagar pelo serviço
- » Mesmo com o serviço pago pela comunidade escolar, a velocidade média de acesso à internet (1 Mega) nos laboratórios de informática não permite o uso dos computadores pelos alunos de forma eficiente
- » A falta de gestão de segurança da informação compromete a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações
- » Capacidade insuficiente da Secretaria de Educação para atender as demandas do sistema i-Educar, que reúne dados de alunos e professores na gestão do sistema

Promessa de melhora

A Secretaria de Educação recebeu o relatório de auditoria do TCDF, e os integrantes da nova gestão não se surpreenderam com os problemas apontados. “Tudo isso constava dos relatórios diagnósticos feitos na transição. O nosso desafio agora é sanar essas falhas”, comenta o subsecretário de Modernização e Tecnologia, Guilherme Matoso Macedo. Para garantir o uso de tecnologias no ensino e na gestão, segundo ele, é preciso melhorar a infraestrutura de TI. “Sem internet de velocidade razoável e sem equipamentos, não dá para fazer quase nada”, lembra.

Na área de infraestrutura, o governo vai finalizar a compra de 2,5 mil computadores, com R\$ 5 milhões em recursos da União, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A licitação foi lançada na gestão passada e a expectativa é distribuí-los nas escolas em um prazo de até 45 dias. A partir de agora, entretanto, a Secretaria deve mudar o modelo de compras de equipamentos. Em vez de investir na montagem de laboratórios de informática, a ideia é propiciar o uso dos equipamentos nas salas de aulas. “A meta é colocar um projetor, um computador e caixas de som em cada sala da rede. Enquanto isso não é possível, vamos investir para comprar carrinhos com notebooks e projetores, para que esses equipamentos circulem entre as salas e sejam usados no dia a dia. O modelo de laboratório é obsoleto”, comenta Guilherme.

Para melhorar a internet, o plano é inserir gradativamente as escolas na rede de fibra ótica de alta velocidade do governo, chamada GDF Net. A meta é incluir todas as escolas de Ceilândia, a primeira regional contemplada, em até dois meses. “As outras serão ligadas até o fim do ano. Será uma medida importante, pois com conteúdo digital nas salas de aula, a demanda por banda aumenta muito”, explica o subsecretário de Modernização e Tecnologia. Outra promessa da Secretaria de Educação é oferecer wi-fi em todas as unidades, para acesso de toda a comunidade escolar. “Isso vai contribuir para os estudantes se apropriarem do espaço das escolas”, prevê.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Disciplina no século 21 e escolas militarizadas

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (Ceipe-FGV)

Há uma percepção bastante disseminada e, no essencial, correta, de que há falta de disciplina nas escolas do país. Alunos não respeitam professores, há cenas de violência entre jovens, e o trato cotidiano na comunidade escolar não reflete normas mínimas de civilidade.

O problema não existe apenas dentro dos muros da escola. Resolver conflitos com base em violência, depredar prédios públicos ou desrespeitar autoridades têm sido comum entre adultos e isso, naturalmente, acaba entrando nas salas de aula.

Mas, como sempre ocorre em políticas públicas, busca-se uma solução mágica, uma bala de prata que resolva de uma vez por todas o problema. Por vezes, o retorno a um passado percebido como glorioso é oferecido como panaceia para todos os males que nos afligem. Bastaria retomar práticas da década de 1960 que a disciplina voltaria automaticamente.

Na verdade, temos uma visão distorcida do que ocorreu nos anos de nossa mocidade. Hans Rosling, no livro *Factfulness*, mostra como a memória tende a apagar experiências negativas e enfeitar nossas recordações de infância, inclusive a experiência escolar.

O problema da disciplina de fato se agravou, mas não porque o passado fosse melhor. É importante lembrar que, na década de 1960, havia só 40% das crianças na escola, sobretudo filhos de letrados. Ao universalizar o acesso ao ensino fundamental e ampliar as matrículas no ensino médio, a escola não se preparou para ensinar a todos.

A promessa de igualdade de oportunidades, própria da sociedade resultante das cinzas do pós-guerra e do movimento de direitos civis da década de 1960, foi entendida, no Brasil, como igualdade de acesso e não de aprendizagem, com baixas expectativas para os mais pobres e não resultou em melhor formação e apoio oferecidos ao professor frente aos novos desafios.

Nesse contexto, jovens de meios vulneráveis recebem uma mensagem clara de que esse espaço é destinado a tirá-los das ruas e não para lhes assegurar a possibilidade de aprender e almejar posições melhores na vida. A escola perde significado e pode se tornar fonte de sofrimento, o que os leva a responder com abandono escolar ou com agressividade contra uma instituição que não os reconhece como partícipes legítimos.

Como lidar com esse problema de forma efetiva? Fugindo de soluções mágicas, como a volta a um passado em que imperava a exclusão e agindo nas raízes do fenômeno, com abordagens adequadas à juventude do século 21.

A Base Nacional Comum Curricular aponta alguns caminhos: o aluno responde melhor a regras de convivência social se internaliza seu sentido e se o processo de ensino o considera como protagonista da própria aprendizagem e lhe dá a oportunidade de entender como a escolaridade lhe permite construir o futuro sonhado.

Além disso, o desenvolvimento de competências socioemocionais, como persistência, autocontrole e empatia, desde a educação infantil, ajuda a criar nos alunos as condições para ter sucesso na escola, contribuir para um clima escolar saudável e aproveitar as oportunidades que a vida lhes oferece no século 21.

Há algum tempo, dado o sucesso das escolas militares mantidas pelo Ministério da Defesa para a aprendizagem dos alunos, em boa parte filhos de soldados e oficiais, alguns governos vêm criando parcerias com a Polícia Militar para gestão de escolas públicas. A ideia é de que, com policiais militares dentro das unidades escolares, a disciplina será garantida.

É importante notar, no entanto, que o bom resultado dessas 13 escolas resulta de três fatores: os alunos que vêm de famílias militares tendem a contar com maior disciplina em casa, os outros alunos passam por processos que selecionam os melhores e, finalmente, o investimento é maior do que o de escolas públicas regulares. E isso não vai ocorrer nas escolas militarizadas.

Mesmo assim, vale a pena fazer um experimento com esse modelo, como o que se iniciou no Distrito Federal, pois um impacto positivo no Ideb foi constatado em experiência similar em Goiás e uma mudança mais profunda e contemporânea vai levar

tempo para ser construída.

Mas, é preciso ser cauteloso nestes tempos de 4ª Revolução Industrial, em que a automação e a robotização vêm substituindo o trabalho humano em velocidade sem precedentes. Precisamos lembrar que criatividade, imaginação e autonomia são atributos que nos dão vantagens na competição com a inteligência artificial. Somos melhores exatamente no que nos torna mais humanos.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Educação tem de ser discussão séria

Deputado federal prega o fim das cortinas de fumaça, como chama os debates sobre ideologia de gênero e Escola sem Partido, em nome do avanço nas pautas do século 21, como a preparação de estudantes para o mundo de alta tecnologia

entrevista PROFESSOR ISRAEL

Especial para o Correio

Os moinhos de vento que, no século 17, chegaram a ser confundidos com dragões pelo protagonista de Miguel de Cervantes, Dom Quixote, nos dias atuais é utilizado pelo deputado federal Professor Israel (PV-DF) para enfatizar a loucura brasileira que insiste nos erros do passado.

Ao Correio, o parlamentar lamentou a insistência de parte do Congresso em manter uma polarização que impede a real discussão de assuntos importantes relacionados à educação. O desejo dele é esclarecer à sociedade que o Brasil precisa avançar nas pautas do século 21. Temas como robótica, biotecnologia e inteligência artificial estão sendo substituídos, segundo o deputado, por debates que se tornaram “moinhos de vento”, como a Escola sem Partido e ideologia de gênero. Confira:

Como deputado federal eleito com o discurso de mudar a educação, o senhor pretende defender os investimentos na escola pública ou a liberação de instituições privadas? A educação privada é complementar à educação pública. Hoje, se a gente não tivesse escolas privadas, seria muito caro para o Estado manter ensino para todo mundo, então a educação privada também é importante, embora o foco seja criar uma política para a educação pública. Resumindo, eu acredito que a educação pública seja a principal, e a privada, complementar e que tem de ser respeitada, porque senão, o Estado sofreria um grave impacto. A escola pública merece uma defesa total nossa e precisa ser bem gerenciada. Precisa ser o foco de um país que se pretende moderno.

Se houvesse uma proposta de privatização do ensino superior, seria a favor?

Não. Eu sou contra, porque é necessário um conjunto de universidades públicas de ponta, cuja principal missão não seja o lucro, para que a gente tenha pesquisa. Mais de 80% da pesquisa científica brasileira é feita nas universidades públicas, por isso, elas custam mais caro. Uma coisa é a universidade privada preparando para o mercado de trabalho, outra coisa são os centros de excelências que são, em sua maioria, as universidades federais, preparando para a vida acadêmica. A universidade pública é essencial, porque nem sempre a pesquisa dá lucro, mas é necessária para um país que queira ter alguma seriedade na produção científica.

O senhor já tem alguma proposta a apresentar?

Tenho feito alguns encaminhamentos. O primeiro é a lei de proteção ao professor.

Brasília já tem essa lei, mas agora nós vamos cobrar em âmbito nacional. Segundo a OCDE, que é a mesma instituição internacional que faz a pesquisa Pisa — cujos dados são importantes para a avaliação de qualquer cenário educacional no mundo —, o Brasil ocupa posições vergonhosas. É primeiro no ranking mundial de violência escolar; de agressão ao professor; de indisciplina escolar; e de tempo gasto para a obtenção do silêncio da turma em sala de aula. Em média, 25% do tempo de uma aula é gasto para que o professor consiga a atenção dos alunos. Isso é a demonstração cabal do pior dos rankings: o Brasil é o primeiro no mundo em desprestígio social do professor, ele não merece nem o silêncio da turma nem ser ouvido. Outro projeto que nós estamos lançando é o plano nacional de educação para inteligência artificial. Países considerados civilizados já estão revendo seus currículos para que o aluno saiba fazer uma programação, para que o estudante entenda o mundo onde está vivendo, da evolução biotecnológica e da inteligência artificial. Infelizmente, o Brasil ainda está discutindo a ideologia de gênero, um assunto absurdamente moralista que, para mim, é uma cortina de fumaça. Eu quero saber se o meu estudante será capaz de enfrentar o desafio do mundo do trabalho em 20 anos. Se eles vão compreender como se vive no mundo do Big Data. Nós precisamos reformar o currículo e gastar energia com assuntos que realmente importam, como o fato de que 41% dos nossos estudantes não concluem o ensino médio na idade correta. Ou o entendimento de que 24% das crianças não concluem o fundamental. E o que também tinha de ser discutido é que 92,7% dos estudantes não conseguem fazer um cálculo de porcentagem ao terminar o terceiro ano do ensino médio.

Como defender essas medidas com a bancada da educação cada vez menor no Congresso?

Nesta legislatura, a bancada da educação caiu de mais de 90 para apenas 47 deputados. No entanto, são 47 muito bem organizados. Estão lançando a bancada da educação, que nunca houve, uma bancada que será respeitada, coesa e que tem prioridades para evitar que a nossa energia seja consumida com assuntos de segunda ordem. Também estarão focados em melhorar a qualidade do gasto público na educação. Outra questão que deve se debruçar é a ideia de tentar igualar os gastos do ensino superior com o do fundamental.

Quando o senhor estava na Câmara Legislativa, ficou isolado. Como sair do isolamento em uma Casa muito maior, com 513 parlamentares?

Fazendo bons aliados. Se observarmos, aqui na Casa já tem um grupo de deputados que estão buscando montar uma frente forte. São parlamentares de partidos diferentes, mas que têm como pensamento comum, central, a necessidade da gente fazer uma discussão séria sobre educação que não descambe para um debate moral, porque as pessoas têm percepções diferentes do que é certo ou errado. Mas todo mundo entende que, no mundo em que os robôs estão chegando e que a tecnologia está cada vez mais avançada, a gente tem de melhorar a qualidade da informação passada para as nossas crianças.

Recentemente, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que a universidade não é para todos. Como o senhor entende essa frase?

A universidade brasileira realmente não é para todos. Ela não é para todos porque o nosso ensino médio público não prepara para enfrentar um vestibular. Ela não é para todos porque ela não é para o pobre. O pobre não entra na universidade. Para termos uma ideia, hoje, a quantidade de pessoas humildes que têm renda média, per capita (familiar), de R\$ 250, apenas 7% deles entram na universidade. Então, o ministro falou

que a universidade não é para todos, e eu concordo, não é para todos. Porém, deveria ser, pelo menos, para quem quer.

“No mundo em que os robôs estão chegando e que a tecnologia está cada vez mais avançada, a gente tem de melhorar a qualidade da informação passada para as nossas crianças”

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo de SP quer usar espaço vago em universidade para aluno de ensino médio
Iniciativa da gestão João Doria (PSDB) foi comparada a Corujão da Saúde
São Paulo

O governo de São Paulo anunciou nesta sexta-feira (22) o programa Educa São Paulo, que destina laboratórios e salas de aulas em universidades para atender estudantes do ensino médio da rede estadual.

O plano da gestão João Doria (PSDB) é que até 30 mil alunos sejam atendidos neste ano no contraturno escolar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/governo-de-sp-quer-usar-espaco-vago-em-universidade-para-aluno-de-ensino-medio.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Veterinário formado em curso online não terá registro

Fábio Brito

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) aprovou antontem resolução que proíbe registro a alunos egressos de graduações com mais de 20% das aulas a distância. No País, 13 universidades têm aval para oferecer curso online, mas só três já têm turmas iniciadas, segundo informações do Ministério da Educação (MEC).

Sem registro do conselho, o formado fica impedido de exercer a profissão. A resolução deve ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias. Por ano, são entregues cerca de 8,5 mil registros a novos profissionais.

Presidente do CFMV, Francisco Cavalcanti de Almeida diz que o curso demanda várias atividades práticas e de campo, como cirurgia e análise laboratorial, entre outras operacionais e de manejo técnico, cuja aprendizagem se dá presencialmente. Além disso, afirma, o aluno recebe treinamento para identificar queixas de pacientes que não se comunicam verbalmente.

Ainda de acordo com a nova regra, veterinários que lecionarem e contribuirão para a oferta de cursos a distância estarão sujeitos à responsabilização ético-disciplinar.

A Universidade Brasil é uma das que oferecem o curso semipresencial em Capanema e Tucuruí, no Pará, com dois encontros presenciais por semana. O curso da instituição custa R\$ 1.398 mensais, com duração de cinco anos.

Em nota, a Universidade Brasil informou que a resolução é arbitrária. “Estamos caminhando para uma educação semipresencial no mundo e qualquer curso é

perfeitamente possível trabalhar nesse modelo. Isso é comprovado pedagogicamente e academicamente”.

Procurado, o MEC não se manifestou até as 20 horas de ontem. A decisão do Conselho de Veterinária tem sido a saída de outras entidades de classe, principalmente da área da saúde, contra o aumento de cursos a distância. Em janeiro, o Conselho Federal de Odontologia vetou a inscrição e o registro de egressos de cursos 100% a distância. Este mês, o Conselho Federal de Farmácia proibiu registros para os cursos online.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - INVESTIDORES

Ações reprovadas

Ministério da Educação anuncia “Lava Jato” do setor e cotação dos papéis das empresas afundam

A Operação Lava Jato, da Polícia Federal, começou em março de 2014 e ainda não acabou. Da primeira fase à atual, de número 60, ela já mostrou a origem e o destino de milhões de reais provenientes de atos de corrupção e lavagem de dinheiro. Além de prender ex-presidentes e alguns dos maiores empresários nacionais, a Lava Jato devastou os números da Petrobras e de vários gigantes corporativos que eram seus fornecedores. Essa imagem tenebrosa veio à mente dos investidores em educação quando, no dia 14 de fevereiro, o Ministério da Educação (MEC) anunciou algo parecido.

A pasta comandada pelo colombiano Ricardo Vélez investiga favorecimentos indevidos em vários programas. Os principais são o Universidade para Todos (ProUni), em que instituições de ensino privadas financiam estudantes de baixa renda em troca de abatimento de impostos, e o Pronatec, programa voltado aos cursos técnicos.

A incerteza em relação aos desdobramentos dessa averiguação fez os investidores reprovar as ações do setor. Na sexta-feira 15, um dia depois do anúncio, o Índice Bovespa caiu 0,50%. Já os papéis da Kroton recuaram 6,2% e os da Ser Educacional perderam 7,2%. As investigações podem levar a um rigor maior do MEC nas regulamentações e também favorecer mudanças nas regras, como modificações na carga horária acadêmica e maior rigidez na oferta e fiscalização dos programas. “Todas as instituições podem ser prejudicadas”, diz Francisco Borges, consultor de educação da Fundação FAT. “Há um problema a ser tratado e não importa quem vai ser apontado como responsável. O segmento pode ficar congelado e as instituições boas pagarem pelas ruínas.”

Os analistas são menos pessimistas. Luiz Mauricio Garcia, da Ágora Investimentos, avalia que é cedo para tirar conclusões sobre o impacto da investigação. Ele destaca o comportamento positivo dos papéis antes do anúncio. “Deste o início do ano, o setor tem apresentado bom desempenho e os preços das ações avançaram 20%, ante 11% do Ibovespa”, avalia em relatório. Garcia afirma que os investidores devam adotar uma postura mais conservadora em relação aos papéis, e não descarta novas quedas pontuais nos preços.

Mas a sua visão no longo prazo ainda é positiva. Ele recomenda a compra da ação da Estácio, que está sendo negociada a R\$ 27,76, com desconto em relação à média do setor. Ele calcula um preço-alvo de R\$ 40 em 12 meses, com uma valorização potencial de 30%. A empresa, que contabilizava 531 mil alunos até setembro do ano passado, tem

a segunda maior participação no ensino superior privado do País, de cerca de 7,3%, atrás somente dos 14% da líder Kroton.

RISCO Segundo os analistas, as investigações podem afetar o desempenho no curto prazo. No entanto, o maior risco para as empresas é a concorrência do Ensino a Distância (EAD), que vem avançando rapidamente. A mensalidade média nesse segmento é de R\$ 260, ao passo que os cursos presenciais custam R\$ 780. O desafio para as empresas é implantar a EAD promovendo um corte de custos compatível com a queda potencial do faturamento. Para os analistas, a geração de caixa das empresas não deverá ser afetada no curto prazo.

Outra tendência que deve se acentuar nos próximos anos são os cursos híbridos – parte presenciais, parte em EAD. No dia 10 de fevereiro entrou em vigor a autorização governamental para as instituições de ensino elevarem de 20% para 40% a oferta de disciplinas que podem ser ministradas à distância. Essa medida permitirá reduzir o gasto com espaços e demitir professores, mas as instituições têm de se comprometer a manter a qualidade dos cursos oferecidos.

Há mais dois desafios para a rentabilidade do setor. Um deles é a lenta recuperação da economia. O desemprego incentiva a evasão escolar, principalmente entre os alunos de renda mais baixa. Outro é a mudança no perfil do faturamento. Neste ano e no próximo, boa parte dos estudantes que se matriculou graças às políticas inclusivas do Fies devem receber seus diplomas, o que vai reduzir a participação dessas categorias no corpo discente.

Em setembro do ano passado a Kroton tinha 88 mil estudantes matriculados com contratos de Fies, queda de 40,6% em relação ao mesmo período de 2017. Na avaliação de Jairo Rytenband, analista de educação do fundo Versa, as empresas passam por um período de renovação neste ano com a formatura dos alunos do Fies e a diminuição dessa categoria nas respectivas bases. “Isso vai contribuir para uma recuperação do número de alunos na modalidade presencial. Mas essa melhora deve ser observada somente em 2020”, diz.

topo ↕

O POPULAR - GO - OPINIÃO

UEG de Caldas pede socorro

Magda Mofatto

Deputada federal pelo Partido da República e empresária

O principal fator de desenvolvimento de uma cidade e de uma região é a presença de educação superior de qualidade. Quando a universidade conversa com a comunidade, há meios de fortalecer a economia com cursos voltados às vocações regionais.

Em Caldas Novas, o maior complexo hidrotermal do mundo, e o destino turístico mais visitado do Centro-Oeste brasileiro, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) tem essa missão: formar administradores, chefes gastronômicos, bacharéis e professores que atuam aperfeiçoando a prestação de serviços em áreas como indústria, comércio, restaurantes, lojas e hotelaria.

A despeito de sua enorme participação no presente e no futuro de Caldas Novas, a UEG de nossa cidade passa por uma situação deplorável no que se refere à infraestrutura. Fui

in loco analisar as dependências do campus e é claro que precisam de reformas.

O alambrado está caído, sem proteção. Na parte interna, também há falhas graves. Nas salas sobra calor, falta ar-condicionado e qualquer tipo de climatização. As calçadas encontram-se em petição de miséria e os laboratórios de gastronomia carecem dos utensílios mais básicos para as aulas práticas.

Percebi que, apesar do prédio físico oferecer poucas condições aos professores e aos alunos, é de dar gosto o entusiasmo do corpo docente e dos estudantes. O que falta em material didático, eles correspondem com estudo adicional. O que há de dificuldade logística, os professores se desdobram com criatividade para tentar superar.

A UEG de Caldas Novas é um patrimônio da cidade e de toda a região. Hoje atende quase 850 alunos nas áreas de graduação, pós-graduação e curso de Línguas. Ela oferece formações em Administração, Hotelaria, Gastronomia e EAD (ensino a distância) em Pedagogia.

A seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio de seu presidente, advogado Andrei Barbosa, fez uma nota pública condenando terminantemente o que poderia ocasionar até ao fechamento do campus ou sua subordinação a outros câmpus, até de cidades menores.

Na condição de deputada federal e representante democrática eleita também por Caldas Novas, faço coro à OAB, à direção da UEG e clamo em nome de todos os estudantes e beneficiários do câmpus: a nossa universidade não pode acabar. O governador Ronaldo Caiado é sensível e não vai permitir que uma instituição tão importante se perca. Fica meu clamor na defesa da universidade pública e de qualidade.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Brasil precisa investir em pesquisa e educação, afirma Izalci Lucas

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) lamentou nesta sexta-feira (22), durante pronunciamento, que o Plano Nacional de Educação não esteja sendo executado e que os 10% do produto interno bruto (PIB) e os 50% dos royalties do petróleo, previstos para a educação, estejam sendo remanejados para outras áreas. Segundo o parlamentar, a realidade dos profissionais do setor está muito aquém do ideal e isso tem influência direta no desenvolvimento do país.

De acordo com Izalci, o último reajuste das bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pelo governo, por meio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aconteceu em 2013. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) aumentou 37%. O resultado desse descaso, afirmou, é a diminuição do número de brasileiros interessados em atuar na área da educação.

Cerca de 90% da produção científica é feita por esses bolsistas, ressaltou Izalci, relatando que participou de reunião no Ministério da Educação nesta semana para discutir o assunto.

O senador afirmou ainda que educação, ciência e tecnologia “não se fazem com discurso, mas com recursos e com ações” e defendeu que o dinheiro que poderá ser

economizado com a reforma da Previdência deve ser usado na educação e na pesquisa.

— Não adianta fazer a reforma da Previdência, economizando R\$ 1 trilhão nos próximos 10 anos, se não estiver claro para onde vai esse R\$ 1 trilhão. Esse dinheiro deve ser destinado obrigatoriamente para ajustar a máquina, investir mais em educação, em ciência e tecnologia. Não tem lógica um mestrando receber uma bolsa de R\$ 1,5 mil e um doutorando, R\$ 2,2 mil. Como este país pode ir para a frente se não valoriza a educação, os pesquisadores? — questionou.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado

topo ↕

BLOG DO CALLADO - NOTÍCIAS

Educação caminha junto com ciência e tecnologia, aponta senador Izalci

Senador brasileiro defende mais recursos para a educação

Permanente defensor da educação, o senador Izalci Lucas (PSDB/DF) foi à tribuna, nesta sexta-feira (22), para defender a destinação de mais recursos para o setor e para a ciência e tecnologia. Assim, ele destacou a situação dos bolsistas de pós-graduação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que não recebem reajuste há seis anos.

Izalci informou que esteve com o secretário executivo do ministério da Educação, Luiz Antônio Tozi, nesta quinta-feira (21). Portanto, na ocasião tratou do assunto, junto com a Presidente da Associação nacional de Pós-graduandos, Flavia Calé, e o presidente da **Capes, Anderson Correia**.

Segundo informou o senador, a bolsa para os pesquisadores no mestrado é de R\$1,5 mil e para os de doutorado de R\$2,2 mil.

“Esse é um valor ínfimo! E olhem que esses bolsistas não podem trabalhar. Essa é a fonte de renda deles, porque eles têm de ter dedicação exclusiva. Então, como este País pode ir para frente se não valoriza a educação, os pesquisadores? ”, questionou.

Izalci afirmou que o Brasil ocupa a 13ª posição na produção de artigos científicos, mas ressaltou que esse trabalho não é aplicado em ações de geração de emprego e renda.

“Quando se paga uma bolsa de 1.500 reais que não gera contribuição previdenciária, nem outro benefício para os pesquisadores, não há como incentivar os jovens a irem para a pesquisa e o ensino”, lamentou o senador.

O senador afirmou ainda que pretende conversar sobre o assunto com o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, na próxima terça-feira.

“Vamos discutir isso aqui na Comissão de Educação. Temos algumas sugestões de fontes possíveis que podem ser debatidas. Temos que priorizar isso”, disse.

Visita do Ministro de Ciência e Tecnologia Marcos Pontes ao plenário do Senado Federal.

Valorização da educação

Além disso, Izalci falou sobre a necessidade de valorização do magistério, lembrando que, na década de 70, o salário de um professor era próximo ao que era pago a um juiz do trabalho.

Ele reafirmou a importância da execução do Plano Nacional de Educação para corrigir os prejuízos sofridos pela classe.

Do lado dos estudantes, Izalci mencionou ações para incentivar o estudo. Por exemplo, o programa Bolsa Universitária, criada por ele enquanto Secretário de Ciência e tecnologia do DF . O projeto ajudou cerca de 10 mil alunos a concluírem o curso superior nas instituições particulares.

“A educação não pode esperar. Educação, ciência e tecnologia não são feitas com discurso, mas com recursos, com ações, e é prioridade absoluta”, concluiu o senador.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

2. Presidente da Capes participa do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior

Na abertura da reunião, nessa quinta-feira, 21, **Anderson Correia** destacou a importância do CTC – ES, que é responsável pelas diretrizes científicas e acadêmicas da Educação Superior

O Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC – ES) faz nesta semana sua 183ª reunião. O encontro acontece entre os dias 20 e 22 e é o primeiro de 2019.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, participou da abertura da reunião, nesta quinta-feira, 21, e destacou a importância do CTC – ES, que é responsável pelas diretrizes científicas e acadêmicas da Educação Superior.

Em sua fala, Correia abordou os doutorados profissionais, ensino a distância e os recursos à presidência. “Pensamos em como a gente consegue cada vez mais melhorar a qualidade e alinhar o fomento que nós temos, a avaliação, e fazer um bom uso disso. Que seja aprovado o que temos capacidade de atender e que também não deixemos de atender a sociedade”.

Nesta reunião, o CTC – ES aborda questões da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), pedidos de reconsideração, além da elaboração de documentos. O conselho reúne os representantes da comunidade acadêmica dos três colégios: Colégio de Ciências da Vida, Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e Colégio de Humanidades.

Entre os papéis desempenhados pelo CTC – ES estão a deliberação, no âmbito da **Capes**, sobre propostas de novos cursos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação, a colaboração na elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação, e a proposta de realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da **CAPES**, entre outros.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Aprendizado de máquina é diversão para matemático

Professor da Universidade de Ottawa, Canadá, o matemático Vladimir Pestov é o convidado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP para a conferência “Aprendizado de máquina: uma área de diversão para o matemático puro”. Atualmente, Pestov está no Brasil como visitante sênior da **CAPES** na Universidade Federal de Santa Catarina.

Especialista dessa área da computação, Pestov introduz de forma sucinta a aprendizagem automática estatística e tenta convencer a audiência “que cada conceito imaginável da matemática pura, não importa quão abstrato seja, pode dar origem a um novo algoritmo para análise de dados”.

O evento é gratuito e não exige inscrição. Basta comparecer, dia 26 de fevereiro, terça-feira, às 14 horas, no Anfiteatro do Departamento de Computação e Matemática (ao lado da Cantina do Valter) da FFCLRP, Avenida Bandeirantes, 3900, Campus da USP em Ribeirão Preto.

topo ↕

PORTAL FLORIANO - TEMPO REAL

Conheça 4 projetos inovadores para cursos a distância

Quatro projetos de universidades voltados para cursos de EAD (ensino a distância) mostram que a tecnologia pode facilitar o contato dos alunos com a prática de suas áreas de estudo e até ajudar gestores a evitar a evasão.

Os trabalhos foram contemplados em um edital de financiamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, por meio do sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), que selecionou, em 2015, 19 projetos para receberem investimentos. Três deles foram premiados e os outros apresentados no 1o Workshop de Inovação da Diretoria de Educação a Distância em dezembro.

O primeiro lugar foi para um jogo de gestão pública da UFPR (Universidade Federal do Paraná). O SIMgesp simula a gestão de uma cidade de porte médio. Nele, os estudantes assumem as cadeiras de prefeito e de secretários e têm que tomar decisões estratégicas de acordo com planejamento financeiro, orçamento público, contabilidade, contingências e relacionamento entre esferas federal, estadual e municipal.

“Às vezes, a gente não entende a dificuldade do executor. O simulador retrata isso de forma lúdica, como um alagamento, a instalação de um pedágio na cidade. Fica mais visível para o aluno”, diz o professor de administração Gustavo Abib, coordenador do projeto. O game inclui uma competição entre cidades, que concorrem por recursos e por melhor gestão, com indicadores como satisfação da população, infraestrutura e saúde. O município com melhor desempenho cresce porque atrai mais investimentos, pessoas e indústrias.

A equipe que desenvolveu o simulador incluiu cinco professores das áreas de pedagogia, engenharia, economia e administração. A programação foi feita por uma empresa terceirizada. O produto final ficou pronto em dezembro e foi liberado para uso das instituições da UAB. “Estamos em negociação para qualquer universidade poder utilizar”, diz Gustavo.

Testado em turmas da UFPR, o simulador começa a ser aplicado por professores cadastrados neste semestre. O coordenador pretende ainda fazer pilotos com gestores públicos para o treinamento de equipes de administrações municipais.

Combate à evasão Uma plataforma de mineração de dados para predição de evasão em ambientes EAD da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) ganhou o segundo lugar no workshop. Chamada Websensors-EAD, a plataforma analisa

informações históricas sobre o comportamento virtual de estudantes com o objetivo de evitar o abandono dos cursos.

“É uma análise complexa, depende de diversos fatores extraídos de sistemas de ensino a distância de uma universidade, por exemplo, a frequência de acesso dos estudantes em seus cursos, acesso aos questionários, interação em fóruns, notas em atividades, se assistiu ou não videoaulas, entre outros”, explica o professor Ricardo Marcacini, da área de Sistemas de Informação do CPTL (Campus de Três Lagoas) da universidade, que coordenou o trabalho junto com o professor Bruno Nogueira, da FACOM (Faculdade de Computação) da UFMS.

A análise é personalizada de acordo com as características de cada curso e usa a inteligência artificial para buscar automaticamente padrões de comportamento. Os alunos são separados por grupos de risco de evasão, que pode ser baixo, médio, alto e crítico. “Essa organização pode ser utilizada para políticas preventivas de combate à evasão, antes mesmo do estudante desistir do curso”, explica o professor. A plataforma notifica periodicamente, por e-mail ou pelo sistema, os gestores sobre a atuação dos estudantes.

O projeto foi desenvolvido em cooperação pelo LivES (Laboratório de Computação Científica) e pelo LIA (Laboratório de Inteligência Artificial) da universidade. Teve ainda a colaboração do LABIC (Laboratório de Inteligência Computacional), do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC-USP).

Finalizada no segundo semestre de 2018 e testada com dados históricos da UFMS, o primeiro uso real acontece neste semestre na universidade e em instituições que entraram em contato com a equipe do projeto durante o workshop da **Capes**.

Cadastrada no portal eduCAPES, a plataforma está disponível para uso de todas as universidades da rede UAB.

Física virtualO terceiro lugar no workshop foi para um laboratório virtual que usa recursos de realidade aumentada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem e Trabalho Acadêmico Remoto (AVATAR), da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

O usuário baixa um aplicativo, o AVATAR UFRGS, disponível para Android e iOS. Com ele, tem acesso a uma plataforma que simula experimentos sobre fenômenos. Desenvolvido com o sistema de código aberto OpenSimulator, o ambiente inclui assistentes virtuais, com quem o usuário pode interagir e fazer perguntas.

Desenvolvido no Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação (CINTED) da UFRGS, o projeto teve a participação de doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação (PPGIE) da universidade, sob coordenação da professora Liane Tarouco.

Medições com o celularOutro projeto da área de física contemplado pelo edital da **Capes** foi o aplicativo M-LABS, para criação de experimentos e medição de dados da UFRB (Universidade Federal Rural do Recôncavo da Bahia), desenvolvido em

parceria com o IFBA (Instituto Federal da Bahia).

Voltado para o ensino da disciplina nos cursos EAD, o aplicativo, disponível na versão Beta para Android, usa sensores de celulares e tablets para medir aceleração, velocidade, campo magnético, intensidade sonora, intensidade luminosa, posição, óptica, entre outros fenômenos.

“O objetivo é dar suporte no ensino a distância como ferramenta de tecnologia nos polos, permitir a maior apropriação das grandezas físicas, independente de ter que ir ao laboratório para fazer medidas. Aliada a isso, tem a possibilidade dos alunos usarem os sensores livremente. Podem medir o que quiserem, onde quiserem”, explica o professor do IFBA Leandro Sodré, pesquisador do instituto e da UFRB. O projeto foi coordenado pelo professor Ariston Cardoso.

O aplicativo foi testado com estudantes de ensino médio técnico do instituto e com alunos de engenharia da UFRB. “Despertou a curiosidade. Eles receberam bem a proposta”, diz Leandro, que desenvolveu o trabalho com um grupo de cinco professores e seis estudantes de graduação das áreas de física e engenharia.

Há ainda um módulo externo, apelidado de “Black Box”, com sensores adicionais. A caixa pode ser conectada ao aplicativo via bluetooth para tirar medidas que o celular não conseguir fazer. Depois, manda os dados para o aplicativo para gerar informações e gráficos.

“Constatamos que nem todos os celulares possuem os mesmos sensores. Alguns fazem algumas medidas e outros fazem outras. Por exemplo, celulares mais novos não medem campo magnético. Resolvemos este problema com o módulo externo”, explica Leandro. Por enquanto, existe apenas um protótipo da caixa. Interessados podem solicitar aos professores os arquivos, códigos dos programas e circuitos eletrônicos para montar o módulo.

topo 

UEMS - NOTÍCIAS

UEMS é parceira da 71ª SBPC que será em Campo Grande

A 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) será em Campo Grande entre os dias 21 e 27 de julho de 2019. O maior evento de divulgação científica da América Latina espera receber cerca de 16 mil pessoas na edição deste ano. O SBPC será na Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e contará com apoio da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

O tema da reunião foi oficializado num evento de lançamento que reuniu todas as instituições parceiras e contou com a presença do atual presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira. Para 2019, o foco será: “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento Social”, questões que irão envolver diversas áreas do conhecimento, distribuídas em exposições, minicursos, palestras, mesas redondas, conferências, entre outras.

A Reunião Anual da SBPC será uma oportunidade para apresentar os números, indicadores e características próprias de Mato Grosso do Sul. Em 70 anos de existência, é a primeira vez que Mato Grosso do Sul será palco desta grande festa da ciência. Sediada

um evento desta magnitude proporcionará um envolvimento com todos os setores da cidade e do estado.

Nos seis dias de reunião, estudantes, pesquisadores e visitantes terão a chance de conhecer o universo da ciência brasileira, numa Programação Científica composta por conferências, mesas-redondas, encontros, sessões especiais, minicursos e Sessões de Pôsteres (que inclui a Jornada Nacional de Iniciação Científica e o Integra UFMS). Também serão realizadas outras atividades, como a SBPC Jovem (exposição voltada para estudantes do ensino básico e público em geral), a ExpoT&C (mostra de ciência e tecnologia), a SBPC Cultural (apresentação de atividades artísticas regionais e discussões sobre temas relacionados às artes e à cultura), a SBPC Afro e Indígena (conferências e mesas-redondas que abordam essas temáticas). O evento será encerrado com mais uma edição do Dia da Família na Ciência, em um sábado dedicado à integração entre cultura, ciência e recreação para crianças, jovens e seus familiares.

A inscrição no evento é gratuita e dá direito ao certificado de participação geral. Para quem quiser submeter trabalho para apresentação na forma de pôster, frequentar minicurso ou ainda obter o material do evento, serão cobradas taxas cuja informação está disponível nas Normas de Inscrição.

Monitores 71ª SBPC

Os acadêmicos interessados em atuar como monitores voluntários na maior feira científica da América Latina, podem preencher o Formulário de Inscrição disponível no site da Proece, até o dia 27 de fevereiro. As vagas são destinadas a alunos da UFMS e dos parceiros UCDB, IFMS, UEMS, UFGD, Uniderp, Unigran, Embrapa e Fiocruz-MS.

Ao todo, serão selecionados quatrocentos estudantes que contribuirão em diversas funções relacionadas à organização e realização da Reunião. O envolvimento dos voluntários neste evento garantirá a eles conhecimentos que contribuirão com sua formação profissional e pessoal.

O período de inscrição é de 20 a 27 de fevereiro. É necessário que o acadêmico realize sua inscrição gratuita na 71ª Reunião Anual da SBPC, pois sem o comprovante, não será possível finalizar o cadastro. A seleção dos monitores ocorrerá no dia 1º de março e a divulgação dos candidatos e da lista de espera será no dia 7 do mesmo mês. Acesse a Ficha de Inscrição [AQUI](#).

(Com informações dos Sites UFMS e SBPC)

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Veterinário formado em curso online não terá registro

Resolução proíbe registro a alunos egressos de graduações com mais de 20% das aulas a distância. No País, 13 universidades têm aval para curso online

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) aprovou nesta quinta-feira, 21, resolução que proíbe registro a alunos egressos de graduações com mais de 20% das aulas a distância. No País, 13 universidades têm aval para oferecer curso online, mas só três já têm turmas iniciadas, segundo informações do Ministério da Educação (MEC).

Sem registro do conselho, o formado fica impedido de exercer a profissão. A resolução deve ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias. Por ano, são

entregues cerca de 8,5 mil registros a novos profissionais.

Presidente do CFMV, Francisco Cavalcanti de Almeida diz que o curso demanda várias atividades práticas e de campo, como cirurgia e análise laboratorial, entre outras operacionais e de manejo técnico, cuja aprendizagem se dá presencialmente. Além disso, afirma, o aluno recebe treinamento para identificar queixas de pacientes que não se comunicam verbalmente.

Ainda de acordo com a nova regra, veterinários que lecionarem e contribuirão para a oferta de cursos a distância estarão sujeitos à responsabilização ético-disciplinar.

A Universidade Brasil é uma das que oferecem o curso semipresencial em Capanema e Tucuruí, no Pará, com dois encontros presenciais por semana. O curso da instituição custa R\$ 1.398 mensais, com duração de cinco anos.

Em nota, a Universidade Brasil informou que a resolução é arbitrária. “Estamos caminhando para uma educação semipresencial no mundo e qualquer curso é perfeitamente possível trabalhar nesse modelo. Isso é comprovado pedagogicamente e academicamente”.

"A autorização de graduações é uma atribuição do Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Medicina Veterinária não tem competência para barrar a adoção da metodologia a distância nos cursos, mas de vedar o registro de profissionais formados nesse modelo."

Procurado, o MEC não se manifestou até as 20 horas desta sexta-feira, 22. A decisão do Conselho de Veterinária tem sido a saída de outras entidades de classe, principalmente da área da saúde, contra o aumento de cursos a distância. Em janeiro, o Conselho Federal de Odontologia vetou a inscrição e o registro de egressos de cursos 100% a distância. Este mês, o Conselho Federal de Farmácia proibiu registros para os cursos online.

“É um curso caro, o aluno tem a expectativa de uma sólida formação, mas acaba sendo vítima de um sistema de educação meramente mercantilista, que não garante formação de qualidade”, alerta Cavalcanti.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Hospitais Veterinários (ABHV), João Abel Buck, o Brasil já vive um momento de baixa qualidade na formação de profissionais em razão de uma diminuição do número de horas e disciplinas a serem cumpridas pelos graduandos. “Isso tem causado uma banalização e um aumento no número de problemas jurídicos e de conduta pela formação de baixa qualidade.”

Para Buck, dificilmente hospitais e clínicas vão contratar profissionais que cursaram Medicina Veterinária na modalidade EaD. “Achamos que existem modelos saudáveis de ensino no mundo, como o americano. Além cumprir carga horária maior, com mais disciplinas, o profissional passa por prova para avaliar a sua graduação. Mais: os formados, a cada dois anos, precisam revalidar carteiras profissionais, por meio de pontuação (obtida através de cursos). Quem não atinge a meta, tem de refazer as provas”, afirma.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Reitora da UnB teme perder muitos professores se a URP for mesmo cortada Márcia Abrahão aguarda resposta da AGU para tomar providências já que há decisões conflitantes do STF e do TRF-1 sobre a questão

A determinação de interromper o pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços), benefício que equivale a 26,05% do vencimento dos docentes, é uma preocupação para a reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão. “Nosso salário já não é essas coisas, nunca foi alto e você perder 26% do salário... É dramática a situação”, aponta. “Eu posso perder uma quantidade enorme de professores”, diz. “Isso está incorporado ao salário há mais de 20 anos. Aí, de repente, cai. Cada reitor que entra reza: que não seja na minha vez”, admite.

Atualmente, a instituição tem cerca de 2.800 professores. O investimento total da UnB com pagamento de pessoal é de R\$ 1,4 bilhão por mês, o que corresponde a 85% do orçamento. “Esse total inclui todo mundo, inclusive aposentados e pessoas que também não recebem a URP”, esclarece. Em reunião com 256 docentes, a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) convocou assembleia geral para discutir o assunto na próxima quarta-feira (27). Apesar de não haver resolução oficial, há professores que não escondem que a possibilidade de greve é real.

Entenda o caso

A decisão de interromper o pagamento da URP é fruto de acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), de 22 de maio de 2018, que, no entanto, só foi comunicada à chefia da universidade na última segunda (18), por meio de notificação da PF/UnB (Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade de Brasília), órgão da Advocacia Geral da União (AGU) no âmbito da instituição. “Essa é uma briga judicial muito antiga. E ainda tem a URP dos servidores, que não é afetada por essa decisão... E tem muitas ações correndo. Mas esse resultado de agora é de uma ação antiga do sindicato contra a UnB e a União para garantir a manutenção do benefício. E, em maio do ano passado, teve esse desenrolar na Justiça comum, mandando tirar”, conta a reitora.

“Só que a universidade só recebe a ação via procuradoria federal, que só mandou para a gente agora, em fevereiro, um parecer de força executória, que quer dizer: cumpra a decisão”, explica. “Só que essa questão é tão complexa que até os advogados brigam, porque nós temos duas liminares do Supremo (Tribunal Federal), uma de 2006 e outra de 2009, dizendo que é para continuar pagando. Aí chega uma decisão de tribunal de segunda instância mandando parar de pagar...”, observa. “Tem sindicato brigando, perguntando se eu vou cumprir, tem decisões judiciais conflitantes e tem eu no meio desse caminho”, diz.

“Então, eu fui à AGU e perguntei: eu tenho que atender a quem? E estou esperando resposta.” A consulta à Advocacia Geral da União foi feita há dois dias e, até o momento, Márcia não recebeu retorno. Ela garante que só tomará providências depois que a AGU se posicionar. A folha de pagamento de fevereiro, ela explica, foi fechada ainda com o benefício. “Eu não mandei cortar”, esclarece. “Por enquanto, nada muda. Fechamos a folha com a URP e estamos aguardando a homologação do Ministério da Economia, mas não acho que vai haver problema...”

Histórico

Quando foi criada, em 1987, a URP tinha o objetivo de balancear os impactos da alta inflação vigente. Por isso, existe o argumento de que, hoje, ela não é mais necessária. A reitora Márcia Abrahão rebate: “Mas nós tínhamos ganhado na Justiça esse direito. Vir agora e tirar é muito ruim. E aí tem duas pessoas: eu como professora e eu como reitora, porque eu não posso legislar em causa própria. Então, eu cumpro determinação judicial”, defende. Com o corte da URP, qualquer economia não permaneceria nos cofres da universidade.

“A gente faz questão de deixar claro que o dinheiro que seria poupado com isso não fica com a UnB, fica no tesouro. Esse dinheiro jamais se reverteria para nós”, aponta Márcia, que não soube informar quanto o governo federal economizaria com isso. “Mas é 26% da folha de professores. Então, é muita coisa”, pondera. Atualmente, a Universidade de Brasília é a única instituição de ensino superior federal que conta com a URP para todo o quadro funcional. “Tem algumas universidades que têm apenas para grupos isolados. É uma diferença nossa com relação às outras, então não é uma causa de todas as federais.”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudante é aprovado em universidade, mas não consegue se matricular pela cor da pele

Aluno se autodeclarou pardo, mas foi invalidado por banca de cotas. UFPR disse que candidato já vem designado pelo Sisu como cotista e não pode muda-lo de categoria.

O estudante goiano Yehudi Henrique de Moraes, de 18 anos, foi aprovado pela nota que teve para o curso de Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mas não pode fazer a matrícula porque foi invalidado pela banca de autodeclaração, já que ele se autodeclarou pardo. A família, que mora em Inhumas, no centro de Goiás, contou que entrou na Justiça para tentar reverter a situação.

A UFPR disse, por meio de nota, que os candidatos entram pela nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já vem classificados pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) nas respectivas categorias, como cotistas ou não.

A instituição declara que “não tem autonomia para fazê-lo migrar automaticamente para outra modalidade” e que “ao ter a autodeclaração invalidada pela banca estarão automaticamente eliminados”.

O Ministério da Educação (MEC) disse, por meio de nota, que é de responsabilidade das universidades “verificação se os candidatos às vagas do Sisu, na modalidade cotas, atende ou não aos critérios estipulados na Lei de Cotas”.

O aluno contou que preencheu a declaração conforme acreditou ser o correto, mas não estava pedindo para ser considerado cotista pela autodeclaração. Ainda segundo ele, pela nota que conseguiu, não seria necessário passar pelo sistema de cotas

“E não pedi para entrar pelo sistema de cotas pelo Sisu, eu apenas não menti. Achei que se colocasse branco eu estaria mentindo”, afirmou.

Mãe do jovem, a funcionária pública Aletheia Martins Jorge, disse que acredita ser uma injustiça não poder matricular o filho na universidade por causa da declaração.

“Ele preencheu conforme o Sisu pedia. Ele não se enxerga nem como branco, nem como negro. A única coisa que ele fez foi não mentir”, comentou.

Discussão

Casos como o de Yehudi são tema de uma ação do Ministério Público Federal em Goiás (MPF) que pede que os candidatos que se inscrevem como cotistas no Sisu também possam participar da ampla concorrência.

O argumento do órgão é justamente que, se o aluno é invalidado pela banca de autodeclaração, ele perde a chance de entrar na faculdade. O MPF também quer que os próximos processos seletivos já prevejam essa inscrição concomitante nos sistemas de cotas e universal.

Veja outras notícias da região no G1 Goiás.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC divulga repasses de quase R\$ 4,6 milhões à UFU, UFTM e IFTM

Recursos serão aplicados na manutenção, custeio e pagamento de assistência estudantil, entre outros.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) divulgou na quinta-feira (21) que R\$ 21,59 milhões foram liberados nesta semana para as instituições de ensino em Minas Gerais.

Desse montante, R\$ 3.371.600 foram repassados à Universidade Federal de Uberlândia (UFU); R\$ 660.941 para a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e outros R\$ 563.519 ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

Segundo o MEC, os recursos serão aplicados na manutenção, custeio e pagamento de assistência estudantil, entre outros.

UFTM

Seguem retorno da Pró-Reitoria de Administração da UFTM ao G1, o valor recebido é relativo a despesas já efetuadas pela universidade, cujos serviços já foram prestados (ou bens já foram entregues), e cujos fornecedores estavam aguardando pagamento.

Ainda de acordo com a UFTM, R\$ 657.892,57 foram usados para pagar aluguel, diárias para servidores e colaboradores eventuais, fornecedores, energia, água e esgoto e a monitoria complementar de dezembro/2018.

A UFTM também disse que R\$ 552,67 foi utilizado para pagar fornecedor e R\$ 2.495,97 para o pagamento complementar de taxa, e pagamento de dois fornecedores.

A instituição também informou que este tipo de repasse financeiro é rotineiro e ressaltou que ainda sim o valor é menor que um terço do necessário para pagamento das despesas já realizadas e liquidadas pela universidade até o dia 15/02/19, cujos fornecedores aguardam pagamento.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRJ deve avaliar a partir de agosto projetos para reestruturar Canecão, afirma reitor

Segundo Roberto Leher, novo espaço cultural na área do antigo Canecão será de porte significativo. Reitor da UFRJ prega local para shows e para apresentar novas expressões artísticas.

Se depender da universidade, o antigo Canecão, localizado no espaço da UFRJ na Urca, Zona Sul do Rio, será um lugar que receberá shows de artistas musicais consagrados, mas também incentivará a nova produção cultural e outras formas de arte. Segundo o reitor, Roberto Leher, até agosto, os conselhos da universidade poderão avaliar os projetos para a área.

"Nós acreditamos que até agosto nós vamos ter a condição de analisar as contrapartidas e as bases de licitação dessas áreas pelos colegiados superiores (conselho de curadores e conselho universitário). A partir do momento que for aprovado o projeto, começa o processo de licitação da seção", afirmou Leher em entrevista ao G1 sobre o financiamento do banco para a reestruturação da UFRJ.

Um estudo técnico feito a pedido da UFRJ e do BNDES sobre a reestruturação de espaços da universidade analisa uma área de 429, 832 mil metros quadrados, que envolve terrenos na Cidade Universitária, no Fundão; na Praia Vermelha, na Urca, e na Praça da República, no Centro do Rio.

Nesta primeira etapa, está sendo avaliada apenas a área da Urca, que inclui o antigo Canecão. Os usos do imóvel da Praça da República e da Cidade Universitária ainda serão definidos no decorrer dos estudos.

Abandonado desde 2010 por causa de uma briga jurídica, o espaço, segundo Leher, tem um lugar simbólico na história da cidade, e precisa retomar a função que já exerceu, com shows de grandes nomes da música brasileira e internacional, além de espaço de novidades artísticas:

"Esse espaço será voltado para diversas expressões artísticas, em que nós vamos misturar o melhor da história da música brasileira e outros estilos, e também uma produção cultural nova que está pulsando no Rio de Janeiro e não tem um espaço capaz de ser colocado em circulação de maneira mais ampla", disse ele, acrescentando que shows pagos no espaço interno do prédio não estão descartados .

"Claro que a gente quer ver um show do Chico Buarque, Zeca Pagodinho, Elymar Santos, [Maria] Bethânia, Adriana Calcanhoto, Sepultura. Diversas expressões culturais devem estar ali", avalia. Segundo ele, apesar de a universidade atualmente possuir apenas esboços, o novo espaço cultural na área do antigo Canecão será de "porte significativo".

Outros espaços

Além da reestruturação da antiga casa de shows, o investimento do BNDES prevê, como contrapartida à UFRJ, outros empreendimentos na mesma região. O modelo para a licitação de quem está interessado em explorar o espaço não está indefinido, mas já há planos de contrapartidas para a universidade.

"As contrapartidas envolvem a edificação de novas instalações para a comunidade da Praia Vermelha (Laboratórios, salas de aula), um espaço para atendimento na área da

saúde, com ênfase na 3ª idade, e também as moradias estudantis", disse Leher.

Segundo o reitor, a UFRJ passa por um momento em que as infraestruturas de emergência são mais importantes do que o dinheiro. Quem vencer a licitação, prevista para acontecer logo após a aprovação dos estudos e projetos pelos conselhos de curadores e Universitário da UFRJ, terá que arcar também com outros custos.

"A contrapartida não se dá por meio pecuniário, de depósito na conta da UFRJ, mas sim por infraestrutura que a universidade necessita de forma emergencial. Quem vencer as licitações fará não apenas a construção, mas também a manutenção durante o período da sessão", finalizou.

Início de estudos

Uma reunião realizada na terça-feira (19) decidiu que o consórcio Fator/Galípolo/Pedrotaddei/VG&P ficará responsável pelo estudo técnico para utilização dos imóveis da universidade nos campi da Cidade Universitária (Ilha do Fundão) e da Praia Vermelha.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Veterinário formado em curso online não terá registro

Resolução proíbe registro a alunos egressos de graduações com mais de 20% das aulas a distância. No País, 13 universidades têm aval para curso online

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) aprovou nesta quinta-feira, 21, resolução que proíbe registro a alunos egressos de graduações com mais de 20% das aulas a distância. No País, 13 universidades têm aval para oferecer curso online, mas só três já têm turmas iniciadas, segundo informações do Ministério da Educação (MEC).

Sem registro do conselho, o formado fica impedido de exercer a profissão. A resolução deve ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias. Por ano, são entregues cerca de 8,5 mil registros a novos profissionais.

Presidente do CFMV, Francisco Cavalcanti de Almeida diz que o curso demanda várias atividades práticas e de campo, como cirurgia e análise laboratorial, entre outras operacionais e de manejo técnico, cuja aprendizagem se dá presencialmente. Além disso, afirma, o aluno recebe treinamento para identificar queixas de pacientes que não se comunicam verbalmente.

Ainda de acordo com a nova regra, veterinários que lecionarem e contribuirão para a oferta de cursos a distância estarão sujeitos à responsabilização ético-disciplinar.

A Universidade Brasil é uma das que oferecem o curso semipresencial em Capanema e Tucuruí, no Pará, com dois encontros presenciais por semana. O curso da instituição custa R\$ 1.398 mensais, com duração de cinco anos.

Em nota, a Universidade Brasil informou que a resolução é arbitrária. "Estamos caminhando para uma educação semipresencial no mundo e qualquer curso é perfeitamente possível trabalhar nesse modelo. Isso é comprovado pedagogicamente e academicamente".

"A autorização de graduações é uma atribuição do Ministério da Educação (MEC) e o

Conselho Federal de Medicina Veterinária não tem competência para barrar a adoção da metodologia a distância nos cursos, mas de vedar o registro de profissionais formados nesse modelo."

Procurado, o MEC não se manifestou até as 20 horas desta sexta-feira, 22. A decisão do Conselho de Veterinária tem sido a saída de outras entidades de classe, principalmente da área da saúde, contra o aumento de cursos a distância. Em janeiro, o Conselho Federal de Odontologia vetou a inscrição e o registro de egressos de cursos 100% a distância. Este mês, o Conselho Federal de Farmácia proibiu registros para os cursos online.

"É um curso caro, o aluno tem a expectativa de uma sólida formação, mas acaba sendo vítima de um sistema de educação meramente mercantilista, que não garante formação de qualidade", alerta Cavalcanti.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Hospitais Veterinários (ABHV), João Abel Buck, o Brasil já vive um momento de baixa qualidade na formação de profissionais em razão de uma diminuição do número de horas e disciplinas a serem cumpridas pelos graduandos. "Isso tem causado uma banalização e um aumento no número de problemas jurídicos e de conduta pela formação de baixa qualidade."

Para Buck, dificilmente hospitais e clínicas vão contratar profissionais que cursaram Medicina Veterinária na modalidade EaD. "Achamos que existem modelos saudáveis de ensino no mundo, como o americano. Além cumprir carga horária maior, com mais disciplinas, o profissional passa por prova para avaliar a sua graduação. Mais: os formados, a cada dois anos, precisam revalidar carteiras profissionais, por meio de pontuação (obtida através de cursos). Quem não atinge a meta, tem de refazer as provas", afirma.

A GAZETA - AP - TECNOLOGIA

Cruzeirense e aluno do Programa de Pós-Graduação do UNIFATEA recebe prêmio de melhor artigo em Bangkok na Tailândia

A qualidade das inscrições tornou difícil para os jurados selecionarem o melhor artigo de pesquisa para a 9ª Conferência Internacional Anual de Engenharia Industrial e Gestão de Operações (IEOM), em Bangkok na Tailândia.

Após considerar todas as inscrições, a IEOM Society International, teve o prazer de anunciar o melhor trabalho da Conferência para o ex-aluno do Programa de Pós-Graduação do UNIFATEA, Marcílio Antunes Leite Filho.

A linha de pesquisa que o ex-aluno exerceu durante a pós-graduação foi a de Projeto de Produto, orientado pelo Prof. Dr. Rosinei Batista Ribeiro, ele desenvolveu o artigo sobre um dispositivo para armazenamento de ferramentas aplicado à indústria automotiva com o título "Device design for SAE 1020 steel tool storage applied to automotive industry". Mais autores participaram deste artigo, Prof. Dr. Wellington de Oliveira, Prof. Me. Adriano José Sorbille de Souza e o Prof. Dr. José Wilson de Jesus Silva.

Os alunos do Programa de Pós-Graduação em Design, Tecnologia e Inovação no UNIFATEA são incentivados a publicarem os resultados das suas pesquisas em eventos relevantes para a área e em revistas qualificadas pela **CAPES** durante as disciplinas e

atividades do Mestrado Profissional, como forma de socializar e difundir na sociedade pesquisas tecnológicas.

Os prêmios serão entregues no evento de premiação durante o IEOM 2019 em Bangkok no Ballroom do JW Marriott Hotel na quarta-feira, 6 de março de 2019.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Brasil precisa investir em pesquisa e educação, afirma Izalci Lucas

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) lamentou nesta sexta-feira (22), durante pronunciamento, que o Plano Nacional de Educação não esteja sendo executado e que os 10% do produto interno bruto (PIB) e os 50% dos royalties do petróleo, previstos para a educação, estejam sendo remanejados para outras áreas. Segundo o parlamentar, a realidade dos profissionais do setor está muito aquém do ideal e isso tem influência direta no desenvolvimento do país.

De acordo com Izalci, o último reajuste das bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pelo governo, por meio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aconteceu em 2013. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) aumentou 37%. O resultado desse descaso, afirmou, é a diminuição do número de brasileiros interessados em atuar na área da educação.

Cerca de 90% da produção científica é feita por esses bolsistas, ressaltou Izalci, relatando que participou de reunião no Ministério da Educação nesta semana para discutir o assunto.

O senador afirmou ainda que educação, ciência e tecnologia “não se fazem com discurso, mas com recursos e com ações” e defendeu que o dinheiro que poderá ser economizado com a reforma da Previdência deve ser usado na educação e na pesquisa.

— Não adianta fazer a reforma da Previdência, economizando R\$ 1 trilhão nos próximos 10 anos, se não estiver claro para onde vai esse R\$ 1 trilhão. Esse dinheiro deve ser destinado obrigatoriamente para ajustar a máquina, investir mais em educação, em ciência e tecnologia. Não tem lógica um mestrando receber uma bolsa de R\$ 1,5 mil e um doutorando, R\$ 2,2 mil. Como este país pode ir para a frente se não valoriza a educação, os pesquisadores? — questionou.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Presidente da Capes participa do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior

Na abertura da reunião, nessa quinta-feira, 21, Anderson Correia destacou a importância do CTC – ES, que é responsável pelas diretrizes científicas e acadêmicas da Educação Superior

O Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC – ES) faz nesta semana sua 183ª reunião. O encontro acontece entre os dias 20 e 22 e é o primeiro de 2019.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, participou da abertura da reunião, nesta quinta-feira, 21, e destacou a importância do CTC – ES, que é responsável pelas diretrizes científicas e acadêmicas da Educação Superior.

Em sua fala, Correia abordou os doutorados profissionais, ensino a distância e os recursos à presidência. “Pensamos em como a gente consegue cada vez mais melhorar a qualidade e alinhar o fomento que nós temos, a avaliação, e fazer um bom uso disso. Que seja aprovado o que temos capacidade de atender e que também não deixemos de atender a sociedade”.

Nesta reunião, o CTC – ES aborda questões da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), pedidos de reconsideração, além da elaboração de documentos. O conselho reúne os representantes da comunidade acadêmica dos três colégios: Colégio de Ciências da Vida, Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e Colégio de Humanidades.

Entre os papéis desempenhados pelo CTC – ES estão a deliberação, no âmbito da **Capes**, sobre propostas de novos cursos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação, a colaboração na elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação, e a proposta de realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da **CAPES**, entre outros.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Visões sobre cultura e arte no Brasil de hoje são tema de debate na USP

No dia 26 de fevereiro, às 19h, o Espaço das Artes da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP apresenta o debate *Modernidade e emancipação no Brasil: despedida de um projeto estético?*, com as participações de Ronaldo Brito, Vera Beatriz Siqueira e Marcos Nobre, colunista da Revista Piauí e professor da Universidade de Campinas. O encontro será mediado por Sônia Salzstein. A mesa parte do pressuposto de que o novo ciclo político e cultural que emergiu no país desde 2016 trouxe mudanças profundas no horizonte estético de experimentação que animou, em vertentes diversas, a produção artística mais vital no país ao longo do século 20. Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da USP, o debate propõe ao público uma reflexão sobre a arte e a cultura em geral no Brasil de hoje. O evento conta com o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** e do Departamento de Artes Plásticas da ECA. A entrada é franca e não exige inscrições.

topo ↕

PROJETO DRAFT - TEMPO REAL

Inovar e inspirar: conheça as pesquisas vencedoras do Prêmio Capes – Natura Campus

Priscilla Melo e Felipe Hernandes Coutinho, vencedores da edição de 2018, foram premiados nas categorias biodiversidade e conservação

Com suas atividades bioativas, antioxidantes e anti-inflamatórias, os compostos fenólicos da semente de açaí podem ser a chave para que frutos durem mais antes de mofar e para a criação de cosméticos com origem natural. Catalogar diferentes vírus de origem marinha ajuda a entender uma parte ainda cheia de mistérios nos ecossistemas do planeta e como ela está mudando.

Essas pesquisas e análises são resultado de dois estudos científicos premiados pela Natura e pela **CAPES**. Essas descobertas só existem por causa da curiosidade e empenho de dois pesquisadores brasileiros. Ambos acreditam que a natureza é uma fonte inesgotável de aprendizado e que uma visão generosa para tudo que ela pode oferecer gera, além de inovação, um claro senso de dever e cuidado. Esse olhar foi fator determinante para que Priscilla Melo e Felipe Hernandes Coutinho fossem escolhidos

como vencedores da segunda edição do Prêmio **CapesNatura Campus**, realizado em novembro de 2018 na sede da Natura em Cajamar. Com sua ótica diferenciada e única, as pesquisas vencedoras reiteram a necessidade de tornar o conhecimento sobre recursos naturais uma pauta prioritária não apenas na Natura, mas em todas as empresas brasileiras.

Priscilla Melo foi a vencedora na categoria biodiversidade. A pesquisadora da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) da USP, em Piracicaba, teve apoio financeiro da Fapesp para conduzir seu estudo e escrever o artigo *Antioxidative and prooxidative effects in good lipids and synergism with A-Tocopherol of açai seed extracts and grape rachis extracts*, publicado na revista científica *Food Chemistry*. Ele tem como proposta avaliar resíduos agroindustriais como fontes de antioxidantes naturais, visando a substituição dos antioxidantes sintéticos usados pela indústria atualmente. “O Brasil, com sua economia fortemente baseada no agronegócio, produz grande quantidade de resíduos sólidos como resultado das suas atividades agroindustriais”, aponta Priscilla, que deu os primeiros passos de sua pesquisa em 2008. “A maior parte desse material não possui utilidade sendo descartada ao meio ambiente. Por isso, havia o desejo de buscar alternativas para o reaproveitamento desses materiais e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição do descarte deles no meio ambiente e para a sustentabilidade da cadeia agroindustrial.”

Para realizar seu trabalho, a pesquisadora fez coletas no Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Estudou resíduos de tomate, goiaba, café, laranja, cupuaçu, cajá, uva e açai. Por meio de um screening, descobriu que os dois últimos foram os resíduos orgânicos que mostraram melhores resultados, possuindo altos teores de compostos fenólicos, que têm potencial antioxidante e anti-inflamatório. Os resultados foram animadores, uma vez que os resíduos agroindustriais podem representar até 30% do montante de uvas processadas, enquanto no açai, a semente representa, sozinha, cerca de 70% do volume do fruto. Além disso, os compostos fenólicos ainda conseguiram inibir, em ensaios conduzidos *in vitro*, espécies reativas que são prejudiciais ao organismo.

“Temos uma grande oferta de matéria-prima para a extração de compostos bioativos, que podem se tornar aditivos naturais a serem usados pelas indústrias de alimentos, cosmética e farmacêutica”, diz Priscilla.

No caso do açai, o uso da semente também agrega valor ao produto, podendo beneficiar comunidades que o cultivam e comercializam, gerando, por consequência, maior valorização da biodiversidade nacional.

A semente do açai foi um dos objetos de estudo da pesquisa de Priscilla que rendeu melhores resultados.

Industrialmente, antioxidantes sintéticos como o BHA, BHT e TBHQ são utilizados em produtos com alto teor de ácidos graxos insaturados, que são mais suscetíveis à oxidação. Aditivos sintéticos estão presentes em alimentos como maionese e margarina, por exemplo. Com o avanço de sua pesquisa, Priscilla acredita que a substituição de antioxidantes sintéticos por compostos naturais nesses produtos pode se tornar uma alternativa na indústria alimentícia. Outra possibilidade é, também, a criação de

alimentos funcionais, que podem trazer ainda mais benefícios à saúde – tudo a partir do aproveitamento de matérias-primas que, hoje, são descartadas.

Já na categoria conservação, o prêmio foi para Felipe Hernandes Coutinho, autor do artigo *Marine viruses discovered via metagenomics shed light on viral strategies throughout the oceans*. O pesquisador, que atualmente está realizando estudos na Universidad Miguel Hernández de Elche, na Espanha, iniciou o projeto em 2013 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), motivado pelo pouco conhecimento existente sobre a biodiversidade de vírus nos oceanos. “Algumas perguntas direcionaram o estudo: que organismos são infectados por esses vírus marinhos? Qual a extensão da diversidade genética deles? E como essa diversidade está relacionada a fatores ambientais?”, questiona Felipe. Analisando temperatura da água e disponibilidade de luz, seu estudo descobriu milhares de fragmentos de genomas de vírus marinhos e suas características. “Observando a evolução desses vírus, descobrimos que vários deles são espécies novas, nunca antes caracterizadas”, diz.

Felipe ressalta que a descoberta é importante porque a literatura ainda conhece pouco sobre vírus marinhos. Associando a existência deles com parâmetros ambientais, é possível elucidar como a diversidade desses seres está distribuída no ambiente. “Os vírus têm um papel central no funcionamento dos ecossistemas marinhos, principalmente mediando a ciclagem de nutrientes”, explica. “Mas sabemos pouco sobre como esse papel pode ser influenciado por luz e temperatura. O nosso trabalho ajuda a entender quais micro-organismos são alvo desses vírus, servindo como fontes de nutrientes no ambiente marinho.”

Entre as áreas pesquisadas por Felipe estão os recifes de coral de Abrolhos, um ecossistema brasileiro ameaçado por conta da ação humana.

A conclusão do trabalho naquela região trouxe esperança: os vírus presentes no oceano daquele ambiente são, além de uma descoberta, um relatório detalhado que aumenta o interesse da comunidade científica brasileira e estimula pesquisas multidisciplinares focadas em conservação como a do pesquisador. Sua análise, que englobou virologia, ecologia, biologia marinha e genética, é a prova da capacidade de conectividade da natureza.

A pesquisa de Felipe Hernandes Coutinho mostra os tipos de vírus marinhos encontrados nos oceanos em áreas com diferentes profundidades e temperaturas.

Para Priscilla, o reconhecimento também pode e deve chamar a atenção da indústria, para que a criação de novos produtos busque alternativas naturais com mais frequência. “No Brasil, de forma geral, a pesquisa científica enfrenta certa dificuldade para se aproximar da sociedade e da indústria. Iniciativas como o Prêmio **Capex** Natura Campus são de extrema importância, pois representam um elo que facilita essa comunicação”, diz.

A Natura acredita na ciência como forma de transformar o mundo em um lugar melhor. Em promover o bem-estar e o cuidado do planeta por meio de soluções tecnológicas com potencial de chegar às mãos de cada pessoa. Com isso, valoriza os pesquisadores brasileiros, que são extraordinariamente talentosos, e estabelece parcerias com entidades

promotoras do desenvolvimento científico como a **CAPES**. De forma pragmática, o prêmio permite à Natura mapear novas tendências e tecnologias emergentes que possam se somar aos seus esforços de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

De forma mais ampla, a realização do Prêmio é um sonho realizado e, mais do que isso, a certeza de que é um sonho que é só o início, de uma jornada positiva para toda a rede de relações da Natura e para a sociedade.

Em 2019 será lançada a III Edição do Prêmio **CAPES** – Natura Campus e mais ciência vem por aí! Fique ligado!

–

Essa matéria pode ser encontrada no portal Natura Campus. Confira o site para ficar por dentro do que acontece no mundo da inovação cosmética.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume o CNPq

João Luiz Filgueiras de Azevedo tem o desafio de de enfrentar a redução de recursos, o que ameaça o pagamento de bolsas a pesquisadores

O pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, João Luiz Filgueiras de Azevedo, assumiu nesta sexta-feira (22) a presidência do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com o desafio de enfrentar a redução de recursos — um orçamento de quase R\$ 300 milhões a menos na comparação com o disponível em 2018 —, que podem ameaçar inclusive o pagamento de bolsas a pesquisadores. Outro desafio é o de trabalhar com uma equipe que tem ficado mais enxuta ao longo dos anos.

“Vemos uma perda constante de pessoas, principalmente por aposentadorias. A cada dia temos que fazer mais com menos pessoas. As áreas técnicas e administrativas estão estressadas no limite e é urgente recompor o quadro de funcionários”, disse o pesquisador na cerimônia de posse em Brasília.

Azevedo já iniciou um levantamento dos custos de manutenção do CNPq. Segundo ele, o balanço será usado para um remanejamento de gastos para injetar o maior volume de dinheiro em pesquisas.

O novo presidente do CNPq destacou que o país precisa investir em pesquisa para atender à crescente demanda por inovação. “A pesquisa de base é fundamental. Não há inovação sem pesquisa prévia que gere o conhecimento necessário”, alertou.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, reiterou a importância das pesquisas e pediu esforço para que a motivação pela ciência comece desde o ensino fundamental nas escolas e a reformulação de currículos.

Para Pontes, se a instituição conseguir fazer o dever de casa, apresentando resultados em prol do desenvolvimento do país e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, será possível ampliar o debate com parlamentares, que definirão, no final do ano, o orçamento de 2020.

“Isso precisa ser revertido. Acredito que ano que vem a situação pode ser diferente.

Temos capacidade intelectual de sobra para chegar a esse objetivo”, disse o ministro.

Por ora, Pontes defendeu a busca de gastos mais eficientes e de novas fontes de financiamento para projetos da área.

Currículo

João Luiz Filgueiras de Azevedo é pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, a modalidade de mais alto nível da instituição. Além disso, atuou, por três vezes, como membro do Comitê de Assessoramento de Engenharias Mecânica, Naval e Oceânica e Aeroespacial do CNPq. Também é pesquisador titular do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira e professor colaborador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Graduou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1981, concluiu mestrado (1983) e doutorado (1988) em Engenharia Aeronáutica e Astronáutica, na Stanford University, nos Estados Unidos

ISTOÉ - SP - BRASIL

As bombas de Bebianno

ISTOÉ apurou o que o ressentido ex-ministro Gustavo Bebianno pode revelar — caso resolva explodir. A sorte do governo é que, por ora, a ideia dele é se fortalecer no PSL para lançar seu nome à Prefeitura do Rio no próximo ano

Até a semana passada, o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, era um pote até aqui de mágoas. Na segunda-feira 18, ele deixou o governo 45 dias depois da posse de Jair Bolsonaro tachado de mentiroso e traidor, principalmente pelo filho e vereador Carlos Bolsonaro, mas também pelo próprio presidente e seu entorno. Seu mundo caiu — jamais esperava. Sentiu-se escoraçado por alguém a qual dedicou os últimos dois anos de sua vida, ao custo de muitas noites mal dormidas e viagens desgastantes de Norte a Sul do País, e a quem carregou nas costas, para alçá-lo à Presidência da República. Não por acaso, quando ainda estava sendo frito em fogo escaldante na semana iniciada no dia 12 e já ciente de que seria a primeira vítima do capitão, Bebianno enfileirou uma série de ameaças.

Na sexta-feira 16, quando Bolsonaro convocou o agora ex-ministro ao Palácio do Planalto para um tête-à-tête, os dois quase se engalinharam. Na reunião em que também estavam presentes Onyx Lorenzoni e o vice-presidente Hamilton Mourão, Bebianno exibiu aos presentes os áudios vazados posteriormente (leia mais na página 28). Em seguida, disparou: “O senhor está me chamando de mentiroso. Mentiroso é o senhor. Olha aí o senhor não falando comigo”, disse Bebianno. “O senhor está usando seu filho Carlos para me desgastar. Não é assim que se faz. O senhor vai se arrepender muito disso”, prometeu. Ali mesmo Bebianno começou a desfiar seu rosário. Acusou Bolsonaro de ser alguém que não cumpre compromissos. Disse que o presidente havia prometido ao presidente do PRTB, Levy Fidelix, fiador de Mourão, pelo menos três ministérios e o comando de uma empresa pública. Afirmou que ele também prometera uma pasta para o ex-senador Magno Malta, do PR, um dos principais líderes da sua campanha, mas, ao fim e ao cabo, não havia honrado com a palavra. “O senhor não pode deixar seus companheiros feridos pelo caminho”, reclamou. À imprensa, durante o fim de semana, um Bebianno embebido em fúria pegou ainda mais pesado. Chamou o presidente de “fraco”, cogitou “pedir desculpas ao País” pela “vergonha de ter acreditado nele”, “uma pessoa louca, um perigo para o Brasil”.

Além da contabilidade da campanha, o ex-ministro e sua esposa Renata Bebianno conhecem os bastidores do processo no STF que livrou Bolsonaro da inelegibilidade

No auge de sua revolta, Bebianno fez confidências a um círculo muito restrito de amigos. Na quarta-feira 20, ISTOÉ conversou com dois desses interlocutores. A eles, Bebianno revelou ter armazenado ao menos quatro bombas capazes de produzir estragos no epicentro de um governo já desgastado e manquitolante. Quais sejam:

1 Sua mulher, a advogada Renata Bebianno foi a responsável por toda a prestação das contas da campanha enviadas à Justiça Eleitoral. Ela e Bebianno guardam em sua casa, no Rio de Janeiro, dentro de enormes caixas, todos os documentos. Têm em seu poder, cópias de todos os recibos, cheques, transferências bancárias. Guardaram recibo por recibo, que podem ser usados a qualquer tempo caso achem conveniente.

2 Bebianno mantém em sua residência uma lista com os nomes de todos os candidatos do PSL para os quais destinou os R\$ 9,2 milhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Além do presidente Jair Bolsonaro, o partido lançou 1.543 candidaturas a deputados estaduais, federais, senadores e governadores em todo o País. O ex-ministro foi o responsável por costurar os acordos regionais que deram sustentação à candidatura de Bolsonaro e de expoentes da legenda. “Ele conhece todos os segredos da campanha”, assegurou um de seus amigos mais próximos.

3 O ex-ministro conhece os bastidores do processo que garantiu a candidatura de Bolsonaro à Presidência. Bebianno foi quem contratou o advogado Antônio Pitombo para defender o presidente no episódio envolvendo a deputada Maria do Rosário (PT-RS), em que ele foi denunciado por “incitação ao estupro”. O caso foi parar no STF, porque os dois eram deputados e possuíam foro privilegiado, onde Bolsonaro respondeu a uma ação penal. Se fosse condenado, Bolsonaro teria se tornado inelegível, assim como aconteceu com Lula. Os dois advogados conseguiram que a Justiça Eleitoral não considerasse Bolsonaro ficha suja, como queriam os adversários. Bebianno ainda é advogado de Bolsonaro em todos os cinco processos (inclusive os criminais) que o presidente responde na Justiça.

4 O processo não contou só com a eficiência de Bebianno e Antônio Pitombo para evitar que o candidato do PSL ficasse fora da disputa. O papel da advogada Renata Bebianno, que já havia atuado no escritório de advocacia do jurista Sérgio Bermudes, no Rio, um dos maiores do País, foi fundamental. Aqui surge outro personagem. É que nesse escritório também trabalha como sócia a advogada Guiomar Feitosa de Albuquerque Lima Mendes, mulher do ministro do STF, Gilmar Mendes.

A dúvida, agora, é se ele pretende acionar esse arsenal potencialmente tóxico. Uma equipe de bombeiros trabalha para evitar que Bebianno conte o que ele sabe e que pode respingar em Bolsonaro. Onyx Lorenzoni é um deles. O problema é que o episódio deixou claras escaramuças dentro do governo. Disputas de pontos de vista que podem criar novas arestas e gerar mais desgastes. Uma delas diz respeito à forma como o governo deve tratar a imprensa e os meios de comunicação. Os diálogos vazados mostram a indignação de Bolsonaro com o fato de Bebianno procurar estabelecer contatos com a imprensa. Uma reunião marcada na agenda de Bebianno com um representante da TV Globo foi o estopim de uma das crises. Desconfianças de

vazamentos de informações para outros veículos seguiam na conversa. O presidente chegou a dizer que considerava Bebianno um “X9”, um “infiltrado” no governo para alimentar a imprensa. Deixou claro aí que seu pensamento não difere muito do de Carlos Bolsonaro, para quem o governo deveria cortar relações com a imprensa tradicional.

Passou do ponto

Aliados do presidente consideram que ele exagerou na dose. O próprio Bolsonaro se mostrou preocupado em diálogo com Onyx, conforme conversa telefônica vazada na quarta-feira 20 e cujo teor alcançou a imprensa em Brasília. Na gravação, o presidente demonstra apreensão com uma nota publicada na coluna da jornalista Mônica Bergamo, segundo a qual Bebianno estaria reunindo documentos de campanha. O áudio deixa claro que Onyx tratou de tranquilizar o presidente dizendo que Bebianno teria “dado a palavra” de que não emitiria mais declarações sobre a crise:

— A Folha deu uma nota e o Antagonista acabou de reproduzir. Ele (Bebianno) acabou de ligar e pediu para tirar, que é o seguinte... Que ele estava preparando documentos e não sei o quê para atacar. Ele disse ao Jorge (Jorge Oliveira, subchefe de Assuntos Jurídicos do Palácio do Planalto): o que eu tinha pra fazer, eu fiz ontem (na entrevista à Jovem Pan). Eu não dou mais nenhuma palavra, acabou tudo ontem. Eu estou te dando a minha palavra, ok?”. Então, agora, no fim da tarde, para tu saber, eu vou lá dar uma conversada com Bebianno — prometeu Onyx ao presidente.

O diálogo ainda revela outro temor de Bolsonaro: o destino das ações criminais nas quais é réu e que possuem Bebianno como advogado de defesa. — Você vai conversar com ele sobre as ações?”, pergunta Bolsonaro. Ao que Onyx confirma que sim. Então, o presidente acrescenta: — Se ele (Bebianno) me cobrar individualmente o mínimo (como advogado nas ações), eu tou f... Tem que vender uma casa minha para poder pagar” — desabafou Bolsonaro a Onyx.

Ouvido, Bebianno prometeu não cobrar nada de Bolsonaro. Disse ainda que “tudo o que ele fez foi por acreditar na causa (eleição do capitão)”. — Ele não deve nada pra mim e nem para os advogados que engajei — afirmou. Segundo apurou ISTOÉ, o ex-ministro deve anunciar oficialmente nos próximos dias sua desvinculação da defesa do presidente.

Bandeira branca

Amigos próximos garantem, no entanto, que a disposição, por ora, é de um cessar fogo por parte de Bebianno. A atitude guarda relação com o que o ex-ministro planeja para o seu futuro político. Os interlocutores de Gustavo Bebianno ouvidos por ISTOÉ asseguram que ele acalenta um desejo antigo: o de se lançar candidato à prefeitura do Rio no ano que vem. “Ele já está se articulando com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia”, contou um aliado de primeira hora de Bebianno. Não seria a primeira vez que os dois celebrariam uma aliança. Maia contou com a prestimosa ajuda de Bebianno para se reeleger deputado no Rio e também presidente da Câmara.

Enquanto não coloca de pé o projeto municipal, Bebianno se prepara para controlar o partido no plano nacional. O tema já se encontra na pauta de conversas com o deputado Luciano Bivar, hoje presidente do PSL. Está tão avançado que, por enquanto, sua intenção é mesmo deixar as munições guardadas. Ninguém garante, porém, que

Bebiano não possa mudar de ideia. O problema é que os esquemas produzidos na campanha podem virar um rastilho de pólvora que nem mesmo o próprio Bebianno possa mais tarde controlar. Novos casos vão se tornando conhecidos a partir de outras apurações e personagens. Caso da candidata em Minas Gerais, Cleuzenir Barbosa, que conta detalhes de como funcionou o esquema sob o comando do ministro do Turismo. Ou do que revela ISTOÉ nesta edição sobre os novos rolos do PSL do Rio de Janeiro.

Quem também abriu o verbo foi o deputado federal Bibó Nunes (PSL-RS). Segundo ele, o mesmo modus operandi se reproduziu no diretório gaúcho. Ele afirma que, por orientação de Bebianno, a candidata ao Senado, Carmem Flores, recebeu R\$ 200 mil do Fundo Partidário. Foram feitos, segundo ele, 76 depósitos na conta dela durante seis dias. Ela acabou não se elegendo. Ele afirma que houve desvio de recursos. Que a candidata teria entregue dinheiro para seus parentes e que até os móveis do Diretório Estadual do Rio Grande do Sul teriam sido comprados numa loja que pertence a ela. “O senhor Gustavo Bebianno quis me tirar da campanha quando eu comecei a denunciar o caso”, afirma.

Autor de um projeto que pede a extinção do Fundo Eleitoral e que obriga o uso exclusivo do Fundo Partidário em despesas do partido, Bibó ameaça denunciar Bebianno para o Ministério Público Federal. Bibó pode estar movido por outros ressentimentos. Ele é um dos deputados que participou da comitiva da polêmica viagem feita à China antes da posse. Um dos “jumentos”, portanto, na qualificação feita pelo guru do governo, Olavo de Carvalho. O grupo anda ressentido pelo fato de nem Bebianno nem Luciano Bivar os terem defendido publicamente. Assim, caso o ministro recém-demitido atire, há gente disposta a trocar chumbo. Entre mortos e feridos, não vão se salvar todos.



topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL 5,41 mi DE REAIS DO MEC PARA O CEARÁ

O MEC informou, ontem, que liberou R\$ 5,41 milhões às instituições federais de ensino do Ceará para manutenção, custeio e pagamento de assistência estudantil, entre outros. Do total, R\$ 1.880.973 à UFC, R\$ 1.194.204 à Unival, R\$ 377.276 à UFCA e outros R\$ 1.955.803 aos IFCE.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - INFORME AUMENTO SALARIAL

Câmara de Teresina aprovou, na quarta-feira, proposta encaminhada pelo prefeito Firmino

Filho (PSDB), que reajusta o salário dos professores da rede pública municipal em 4,17%, retroativo a dia 1º de janeiro deste ano. A proposta foi aprovada em duas votações e os professores já receberam o aumento no contracheque de fevereiro. O valor do reajuste é determinado pelo MEC e faz parte da política nacional do piso dos professores.

ANUAL

"Anualmente, o prefeito de Teresina recebe orientação do MEC (Ministério da Educação e Cultura) com percentual sugerido para reajuste para os professores. A prefeitura sempre segue essa orientação e encaminha para essa Casa no percentual

sugerido de 4,17%, o que é acima da inflação. O reajuste embora votado em fevereiro, vai incluir o retroativo também. Votado em fevereiro vai ser incluído já no contracheque com a diferença referente ao mês de janeiro", disse a líder do prefeito na Casa, vereadora Graça Amorim.

PRIORIDADE

Graça Amorim falou que o reajuste dos professores é prioridade. As outras categorias de servidores municipais terão que esperar até maio para um possível aumento. "O professor é prioridade porque é uma recomendação do MEC. Os professores são diferenciados. O reajuste deles é sempre dado em janeiro, mas como temos o recesso, é sempre dado em fevereiro", declarou Graça Amorim.

topo ↕

O DIA - PI - EM DIA

Bolsas auxiliam estudantes de outras cidades a permanecerem na universidade Édrian Santos, por exemplo, veio de São Luís e conseguiu uma vaga na residência universitária

Sair de casa para estudar nem sempre é uma tarefa fácil, principalmente para quem é de outra cidade ou até mesmo de outro estado. Deixar a família para trás em busca de conhecimento e melhores condições de vida é algo que muitos jovens aprendem assim que entram no Ensino Superior. Mas, quem decide se formar em uma universidade longe da sua família pode contar com bolsas e auxílios permanência que algumas instituições disponibilizam.

O estudante de Comunicação Social, Édrian Santos, de 23 anos, é natural de São Luís (MA) e decidiu vir para Teresina em 2015, exclusivamente para estudar. Ele conta que sempre quis cursar Jornalismo e colocou a opção de para Teresina por ser a cidade mais próxima de São Luís. Antes mesmo de se mudar para a capital piauiense, ele conta que chegou a pesquisar as bolsas e benefícios ofertados pela Universidade Federal do Piauí (Ufpi), vez que sua família não teria condições de arcar com os custos de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros.

"Sabendo que eu iria para outro estado, fui procurando por assistência estudantil, pois eu não sairia do meu estado sem saber como a instituição poderia me assistir de alguma forma. A Ufpi tem vários programas estudantis, como bolsas residência, restaurante universitário. Eu vim com o pressuposto de que teria poucos gastos vivendo em torno da universidade. Li editais, busquei documentações, pesquisei, mandei e-mail tirando dúvidas", conta Édrian Santos.

O estudante conseguiu uma vaga na residência universitária e relata que não foi difícil ser contemplado. Ele destaca que, apesar da burocracia e da grande quantidade de documentos solicitados, valeu à pena o esforço para conquistar os benefícios, principalmente por reduzir consideravelmente os custos.

"Não foi difícil conseguir a vaga, mas eles pedem muitos documentos para comprovar baixa renda e que você é de outro estado. Demorei para conseguir juntar tudo e justificar, mas depois que consegue, a aprovação é rápida e fácil. O número de vagas é preenchido, mas tem uma lista de espera e essas pessoas normalmente entram depois", explica.

Édrian Santos salienta que, na residência universitária, os estudantes que têm direito à

alimentação gratuita durante a semana e aos finais de semana, além de café da manhã com frios, frutas, café e leite. Ele pontua que este é o benefício mais completo disponibilizado pela Universidade Federal do Piauí.

Na residência universitária, os estudantes contam ainda com segurança 24 horas, internet, água e luz, tudo por conta da universidade. "O estudante tem tempo para se dedicar ao estudo e o rendimento de quem mora na residência universitária tende a ser muito bom. São estudantes que, quando saem, já estão encaminhados para o mercado de trabalho, mestrado ou concurso", frisa Édrian Santos.

topo ↕

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Professores de Língua Inglesa podem se inscrever em curso de aperfeiçoamento nos EUA

Estão abertas, até 17 de março, as inscrições para o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos. O curso é promovido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Comissão Fulbright. A formação intensiva ocorre durante todo o mês de julho deste ano, em universidade norte-americana.

A iniciativa visa promover o aperfeiçoamento de professores de língua inglesa por meio do fortalecimento do domínio das quatro habilidades linguísticas – compreender, falar, ler e escrever em inglês; da imersão no cotidiano de um país de língua inglesa; e do compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação que estimulem progressos no processo de ensino e aprendizagem.

Os cursistas selecionados receberão os seguintes benefícios do programa: passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação pré-partida; ajuda de custo; reembolso da taxa de solicitação de visto (MRV); seguro saúde; deslocamento nos EUA (aeroporto/universidade/aeroporto); alojamento em instalações do câmpus universitário onde o curso será realizado; alimentação; taxas escolares; além dos materiais didáticos a serem utilizados nos cursos.

Podem participar os professores de língua inglesa da educação básica em efetivo exercício na rede pública de ensino. As inscrições são gratuitas e efetuadas por meio do envio de documentos e preenchimento do formulário de inscrição on-line no site www.fulbright.org.br.

A listagem dos documentos, os pré-requisitos necessários e todas as informações estão disponíveis nos sites da Fulbright do **Capes**. O contato pode ser feito via e-mails: teacher@fulbright.org.br ou pdpi@capex.gov.br.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Começa curso do Projeto Escolas Ribeirinhas no Amazonas

A partir da próxima segunda-feira, 25, começa em Carauari, no oeste do Amazonas, a 800 km de Manaus, o curso do Projeto Escolas Ribeirinhas, programa que emergiu do Projeto Amazônia Conectada, dirigido pelo Ministério da Defesa. A iniciativa da **CAPES**, por meio da Universidade Aberta do Brasil, oferta formação pedagógica a 110 professores que já lecionam na área rural no município, abrangendo 60 comunidades no médio rio Juruá.

A formação será conduzida por técnicos da **CAPES**, que investe cerca de R\$ 340 mil no projeto, e docentes do Instituto Federal da Amazônia, Ministério do Meio ambiente e das Secretarias de Educação do Amazonas e de Carauari. Além dos seminários, serão realizados diagnósticos dos professores das escolas ribeirinhas, identificando as atividades desenvolvidas em sala de aula que levam em conta o tema da água.

“Esperamos que esse projeto piloto contribua para melhorar a qualidade da educação básica Carauari, além de demonstrar que esse tipo de formação de professores produz um impacto educacional e social que pode ser multiplicado pela **Capes** em outras comunidades remotas do Brasil”, destaca Carlos Estevam Marcolini Rezende, Coordenador de Programas, Cursos e Formação em Educação a Distância da **CAPES**.

A primeira etapa do Escolas Ribeirinhas vai até 27 de fevereiro. Em julho, acontecerá a segunda fase da formação, tratando a água no âmbito da bacia hidrográfica amazônica e no planeta. Em novembro, a capacitação se encerra com o Festival das Águas, que exibirá uma mostra dos trabalhos realizados pelas escolas ao longo do ano letivo, incluindo as atividades desenvolvidas nos interstícios entre os seminários.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 21.02.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Anderson Correia participa do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
O Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC – ES) faz nesta semana sua 183ª reunião. O encontro acontece entre os dias 20 e 22 e é o primeiro de 2019.

Anderson Correia, presidente da **CAPES**, participou da abertura da reunião, nesta quinta-feira, 21, e destacou a importância do CTC – ES, que é responsável pelas diretrizes científicas e acadêmicas da Educação Superior.

Em sua fala, Correia abordou os doutorados profissionais, ensino a distância e os recursos à presidência. “Pensamos em como a gente consegue cada vez mais melhorar a qualidade e alinhar o fomento que nós temos, a avaliação, e fazer um bom uso disso. Que seja aprovado o que temos capacidade de atender e que também não deixemos de atender a sociedade”.

Nesta reunião, o CTC – ES aborda questões da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), pedidos de reconsideração, além da elaboração de documentos. O conselho reúne os representantes da comunidade acadêmica dos três colégios: Colégio de Ciências da Vida, Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e Colégio de Humanidades.

Entre os papéis desempenhados pelo CTC - ES estão a deliberação, no âmbito da **CAPES**, sobre propostas de novos cursos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação, a colaboração na elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação, e a proposta de realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da **CAPES**, entre outros.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 21.02.2019

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume presidência do CNPq

O pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, João Luiz Filgueiras de Azevedo, assumiu hoje (22) a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o desafio de enfrentar a redução de recursos - um orçamento de quase R\$ 300 milhões a menos na comparação com o disponível em 2018 -, que podem ameaçar inclusive o pagamento de bolsas a pesquisadores. Outro desafio é o de trabalhar com uma equipe que tem ficado mais enxuta ao longo dos anos.

“Vemos uma perda constante de pessoas, principalmente por aposentadorias. A cada dia temos que fazer mais com menos pessoas. As áreas técnicas e administrativas estão estressadas no limite e é urgente recompor o quadro de funcionários”, disse o pesquisador na cerimônia de posse em Brasília.

Azevedo já iniciou um levantamento dos custos de manutenção do CNPq. Segundo ele, o balanço será usado para um remanejamento de gastos para injetar o maior volume de dinheiro em pesquisas.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, apresenta o novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo.

Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, empossa o novo presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo - Marcelo Camargo/Agência Brasil

O novo presidente do CNPq destacou que o país precisa investir em pesquisa para atender à crescente demanda por inovação. “A pesquisa de base é fundamental. Não há inovação sem pesquisa prévia que gere o conhecimento necessário”, alertou.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, reiterou a importância das pesquisas e pediu esforço para que a motivação pela ciência comece desde o ensino fundamental nas escolas e a reformulação de currículos.

Para Pontes, se a instituição conseguir fazer o dever de casa, apresentando resultados em prol do desenvolvimento do país e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, será possível ampliar o debate com parlamentares, que definirão, no final do ano, o orçamento de 2020.

“Isso precisa ser revertido. Acredito que ano que vem a situação pode ser diferente. Temos capacidade intelectual de sobra para chegar a esse objetivo”, disse o ministro.

Por ora, Pontes defendeu a busca de gastos mais eficientes e de novas fontes de financiamento para projetos da área.

Currículo

João Luiz Filgueiras de Azevedo é pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, a modalidade de mais alto nível da instituição. Além disso, atuou, por três vezes, como membro do Comitê de Assessoramento de Engenharias Mecânica, Naval e Oceânica e Aeroespacial do CNPq. Também é pesquisador titular do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira e

professor colaborador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Graduou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1981, concluiu mestrado (1983) e doutorado (1988) em Engenharia Aeronáutica e Astronáutica, na Stanford University, nos Estados Unidos

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Sem verbas públicas pesquisas sobre agrotóxicos seriam interrompidas Pesquisadores da Universidade Federal falam sobre importância de investimentos para evitar interrupção dos estudos

Você já imaginou ter em casa um reagente para descobrir se um alimento que você vai consumir contém agrotóxico? Pois esta é uma das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (UFPR). No Brasil, 80% das pesquisas em ciência e tecnologia estão ligadas a programas de universidades públicas. Porém, com o corte de recursos federais que acontece desde 2017, esta e outras pesquisas estão em risco.

De 2010 a 2018 o orçamento para Ciência e Tecnologia passou de 10 bilhões para 1,4 bilhão. Coordenadora de estudos voltados para diminuir o uso de agrotóxicos, a professora. Elisa Orth, do curso de Química, da UFPR, diz que “as pesquisas envolvem recursos públicos para alunos de iniciação científica à pós-graduação com bolsas para que possam se dedicar. Sem este tempo, sem autonomia dos pesquisadores, as descobertas não seriam possíveis.” Para ela, os cortes que vêm acontecendo trazem um quadro preocupante. “A atual realidade nos assusta muito. Estamos tentando nos preparar, mas podem destruir a ciência brasileira.”

Para Elisa, sua missão é contribuir com a vida do brasileiro. Uma de suas linhas atuais de estudo é voltada para estoques de agrotóxicos. “Por exemplo, anualmente agrotóxicos vêm sendo proibidos. E o que foi comprado e está em barris? Tem que destruir aquilo. Nós queremos ajudar com reagentes para que aquele barril que é tóxico possa ser neutralizado”, explica.

Sensores para detectar contaminações em alimentos

Já o professor Ivo Hummelgen, do curso de Física da UFPR, realiza e coordena pesquisas com sensores eletrônicos que podem ser utilizados para detectar agrotóxicos nos alimentos. “Fizemos trabalhos em parceria com o setor de Patologia Básica da UFPR, em que começamos a trabalhar com morangos e descobrimos que através de um arranjo de sensores e uma análise da resposta deles é muito fácil de descobrir se um morango está contaminado com o fungo específico ou não. O mesmo se um morango é orgânico ou tem agrotóxico”, explica.

Essa linha de pesquisa vem sendo desenvolvida há cinco, com financiamento público voltado para alunos, infraestrutura e parcerias com Universidades da África do Sul.

Incentivos no governo Lula

A professora Elisa Orth recebeu, em 2015, o Prêmio L’Oréal para mulheres em Ciência, que faz parceria com a Academia Brasileira de Ciência e a Unesco. São escolhidos oito cientistas destaques no Brasil. “Fui uma das escolhidas e atribuo este e outros prêmios que recebi a todo o investimento público que tive durante o governo Lula”, destaca Elisa.

“Tínhamos aumentos dos valores das bolsas, peguei essa época em que tudo deslanchou, pude viajar para outros laboratórios para poder terminar parte da minha pesquisa. Não tenho dúvida que sem esses investimentos não teria sido premiada internacionalmente.

Só universidades públicas fazem pesquisa
Segundo pesquisa divulgada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, produzida pela Clarivate Analytics – ligada à multinacional Thomson Reuters, praticamente só há produção de pesquisa científica em universidades públicas e, nas empresas, apenas Petrobras e indústrias farmacêuticas realizam investimento relevante nessa área.

Edição: Laís Melo

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Procuradoria da União investiga desvio de mais de R\$ 1,5 milhão destinado à educação em São Miguel do Guamá, no Pará

Creches e escolas de ensino básico deveriam ter sido construídas e entregues em 2016. Prefeitura aluga imóveis para improvisar espaços para atender a população.
Procuradoria da União está no município de São Miguel do Guamá, nordeste do Pará, fiscalizando três obras inacabadas que receberam recurso federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Duas creches e uma escola que deveriam ser entregues em 2016, estão com as obras paralisadas.

No bairro Vila França, a obra da creche e pré-escola está com a estrutura deteriorada e tomada pelo mato. A empresa responsável pela construção recebeu mais de R\$ 957 mil do FNDE, mas não entregou a unidade educacional pronta.

No bairro Umarizal, na periferia de São Miguel do Guamá, a Prefeitura pretendia inaugurar em 2016 duas unidades de educação básica, uma escola e uma creche. Mas a obra foi paralisada com 70% dela concluída. A empresa responsável recebeu mais de R\$ 1,3 milhão do FNDE.

O caso que chamou mais atenção foi a construção de uma no bairro São Miguel Arcanjo. No local da construção há apenas um muro que cerca o terreno tomado pelo mato. A empresa responsável pela obra chegou a receber mais de R\$ 86 mil, só que executou apenas 3% da obra.

De acordo com a procuradoria do município, todas as obras apresentam irregularidades de estrutura, documentação e prestação de contas, acumulando um desvio que ultrapassa R\$ 1,5 milhão.

"Nossa equipe técnica de engenharia constatou que algumas obras referentes à educação de convênios com a FNDE estavam com a execução aquém dos valores repassados para as empresas. Então isso trouxe prejuízo porque os valores que estavam em conta não davam para concluir as escolas e creches e isso acabou travando um pouco o andamento delas", disse o procurador Daniel Borges Pinto.

Enquanto isso, as crianças matriculadas na rede pública de ensino de São Miguel do

Guamá assistem aula em imóveis improvidos pela Prefeitura.

"Tem uma demanda muito grande de aluno e nós não temos como atender devido essas paralisações dessas obras dessas creches", relatou Soraia Duarte Damasceno, secretária Municipal de Educação.

A Procuradoria da União informou que se pronunciará logo que forem finalizadas as vistorias nas obras e a conclusão de um relatório sobre o caso.

topo ↕

MONEY TIMES - TEMPO REAL

Projetos legalizam a educação domiciliar

Estão em análise na Casa dois projetos do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) que tratam da educação domiciliar, o chamado homeschooling. Um deles é o PLS 28/2018, que deixa claro no Código Penal não ser crime de abandono intelectual ensinar as crianças em casa. O outro (PLS 490/2017) regulamenta a educação domiciliar para permitir às famílias adotarem essa modalidade de ensino.

Fernando Bezerra lembra que, apesar de crescente no Brasil, o ensino domiciliar ainda não é regulamentado e que a prática pode levar os pais ou responsáveis a responderem criminalmente. As propostas do senador partiram de uma demanda apresentada pelos pais de uma menina, então com 11 anos, que tiveram o pedido de educação em casa negado pela Secretaria de Educação do Município de Canela (RS). Como o mandado de segurança impetrado por eles também foi negado, tanto em primeira instância, quanto no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), a decisão final coube ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao julgar a causa, em setembro de 2018, os ministros do Supremo também rejeitaram o pedido, por não haver previsão legal e por considerarem que mudanças no modo de ensino brasileiro não devem ser feitas pelo Judiciário, mas pelo Legislativo. Fernando Bezerra Coelho considera, no entanto, que o assunto deve ser debatido e a educação domiciliar regulamentada no Brasil. Ele cita a experiência exitosa em países como Portugal, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca e Finlândia.

— Essa medida dá liberdade para quem tem disponibilidade para educar seus filhos em casa, inclusive provendo os critérios de avaliação para que as crianças não tenham nenhum prejuízo na sua fase de formação. No Senado, vamos debater essa ideia, que também tem o apoio do ministro da Educação [Ricardo Vélez Rodríguez].

Segundo o PLS 28/2018, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a educação domiciliar deixará de ser considerada crime. O texto altera o Código Penal para conferir amparo legal mínimo para que as famílias exerçam a liberdade de escolha sobre o modo de oferta da educação básica de seus filhos.

Fernando Bezerra ressalta que a Constituição Federal não cria nenhum obstáculo para o ensino em casa. E que a carta magna garante que o ensino deve ser ministrado “com base em princípios como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. O texto não resguarda eventuais simulações e fraudes relacionadas ao método de educação domiciliar. Somente os pais e responsáveis que proporcionarem a educação domiciliar estarão protegidos com a nova legislação.

Detalhamento

Já o PLS 490/2017 explicita, tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996), quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990), a possibilidade de oferta de educação domiciliar no âmbito da educação básica obrigatória. Para isso, os pais ou responsáveis devem se manifestar e buscar autorização e supervisão dos órgãos competentes.

Com esse detalhamento, Fernando Bezerra Coelho pretende evitar que o poder público se esquive do dever de oferecer educação escolar nos casos em que a educação domiciliar não for interesse das famílias e equilibrar esse método com o zelo das famílias pela proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo o acesso aos conhecimentos e conteúdos que constituem a base nacional comum curricular.

O projeto será inicialmente analisado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, em seguida, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo à última a decisão terminativa. Por meio de requerimento, Fernando Bezerra Coelho solicitou que o assunto seja discutido somente pela CE, devido à especificidade do tema.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Lava Jato da Educação assusta e empresas podem ser penalizadas na Bolsa Durante anos, as educacionais foram beneficiadas pelo Fies e em alguns casos, os usuários do programa respondiam por quase metade da base de alunos

São Paulo – Na última semana, as ações das educacionais desabaram na Bolsa com a declaração do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. O ministro afirmou que uma investigação feita pelo MEC dará início à Lava Jato da Educação. A iniciativa irá apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e de suas autarquias nas gestões anteriores.

Com o anúncio, a Ser Educacional caiu 10,3% na Bolsa, a Kroton 8,3%, a Estácio 6,5% e a Anima 6%. A notícia inicial sobre as investigações impactou todo o setor educacional de uma maneira geral, mas conforme os desdobramentos forem acontecendo é esperado que as ações das empresas que serão citadas na Lava Jato da Educação se desvalorizem ainda mais.

Durante anos, as educacionais foram beneficiadas pelo Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e em alguns casos, os usuários do programa respondiam por quase metade da base de alunos.

Mariana Ferraz, analista de Renda Variável da Eleven Research, explica que os alunos que ingressavam por meio do Fies pagavam mensalidades mais altas que aqueles que não eram beneficiados pelo programa. “Era uma forma de captação de alunos.”

Quem ingressa na graduação por meio do Fies pagava depois de formado. O problema, acrescenta a analista, é que o aluno percebia o valor total da dívida quando já tinha encerrado o curso.

“No final, a dívida era muito maior. O rombo do Fies vem daí. As universidades não faziam uma cobrança efetiva dos inadimplentes e o governo já tinha pago todo o valor.”

Para Carlos Daltozo, analista-chefe de renda variável na Eleven Financial, a forma como o programa de financiamento estudantil foi estruturado deixava brechas para possíveis fraudes. “O que sabemos até agora é que o passado será investigado. É possível que tenha empresa que se beneficiou em excesso do Fies.”

Com a mudança de legislação e o endurecimento das regras do Fies, as universidades mudaram de estratégia. Muitas passaram a oferecer financiamento próprio e até outros tipos de crédito em parceria com bancos e outras instituições financeiras.

Para os analistas, a decisão é um risco de longo prazo porque mesmo que as provisões estimadas pelas companhias sejam altas, a preocupação com o crescimento potencial da evasão advinda das disputas por preço pode afetar as companhias que assumirem papel de “cobrador” de dívida de seus alunos. “Isso pode arranhar a imagem das universidades.”

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume presidência do CNPq

O pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, João Luiz Filgueiras de Azevedo, assumiu hoje (22) a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o desafio de enfrentar a redução de recursos – um orçamento de quase R\$ 300 milhões a menos na comparação com o disponível em 2018 -, que podem ameaçar inclusive o pagamento de bolsas a pesquisadores. Outro desafio é o de trabalhar com uma equipe que tem ficado mais enxuta ao longo dos anos.

“Vemos uma perda constante de pessoas, principalmente por aposentadorias. A cada dia temos que fazer mais com menos pessoas. As áreas técnicas e administrativas estão estressadas no limite e é urgente recompor o quadro de funcionários”, disse o pesquisador na cerimônia de posse em Brasília.

Azevedo já iniciou um levantamento dos custos de manutenção do CNPq. Segundo ele, o balanço será usado para um remanejamento de gastos para injetar o maior volume de dinheiro em pesquisas.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, apresenta o novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo.

Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, empossa o novo presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo – Marcelo Camargo/Agência Brasil

O novo presidente do CNPq destacou que o país precisa investir em pesquisa para atender à crescente demanda por inovação. “A pesquisa de base é fundamental. Não há inovação sem pesquisa prévia que gere o conhecimento necessário”, alertou.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, reiterou a importância das pesquisas e pediu esforço para que a motivação pela ciência comece desde o ensino fundamental nas escolas e a reformulação de currículos.

Para Pontes, se a instituição conseguir fazer o dever de casa, apresentando resultados em prol do desenvolvimento do país e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, será possível ampliar o debate com parlamentares, que definirão, no final do ano, o orçamento de 2020.

“Isso precisa ser revertido. Acredito que ano que vem a situação pode ser diferente. Temos capacidade intelectual de sobra para chegar a esse objetivo”, disse o ministro.

Por ora, Pontes defendeu a busca de gastos mais eficientes e de novas fontes de financiamento para projetos da área.

Currículo

João Luiz Filgueiras de Azevedo é pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, a modalidade de mais alto nível da instituição. Além disso, atuou, por três vezes, como membro do Comitê de Assessoramento de Engenharias Mecânica, Naval e Oceânica e Aeroespacial do CNPq. Também é pesquisador titular do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira e professor colaborador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Graduou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1981, concluiu mestrado (1983) e doutorado (1988) em Engenharia Aeronáutica e Astronáutica, na Stanford University, nos Estados Unidos

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Novo presidente quer tornar FNDE referência em gestão financeira da educação brasileira

Com mais de 40 anos de expertise na área de finanças, administração e educação, o novo presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), professor Carlos Alberto Decotelli, destaca que vai priorizar a atuação da autarquia como um gestor estratégico de recursos para a educação no Brasil. Na nova gestão, Decotelli também reitera a importância do respeito ao uso dos recursos públicos com processos mais transparentes à sociedade brasileira.

A posse do novo presidente foi realizada na manhã desta quinta-feira, 21, na sede do Ministério da Educação. Durante a solenidade, o ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, destacou que o FNDE deve ter uma função pedagógica na gestão dos recursos e investimentos para a educação brasileira. “O Fundo não é somente um agente repassador, mas um instrumento cooperador estratégico para o financiamento e desenvolvimento da educação no país”, disse. “A gestão de Decotelli será uma gestão como professor, no sentido de ensinar a gerir melhor nossos recursos a serviço da sociedade.”

Vélez Rodríguez ressaltou, ainda, que a gestão do FNDE, bem como de todas as instituições governamentais, deve estar próxima às realidades locais de cada cidadão. “Devemos estar mais presentes onde o cidadão mora, nos municípios, para ensiná-los a saber pedir, gerir e acompanhar os recursos com total transparência”, concluiu.

O professor Carlos Alberto Decotelli detalhou o que pretende fazer à frente do FNDE. “A proposta é que o FNDE mude a sua atuação de agente repassador para cooperador na

formulação estratégica da gestão dos recursos públicos destinados à educação, maximizando potencialidades, adequações e responsabilidades na implementação dos programas já identificados pela sociedade brasileira como vitais ao crescimento humano, desenvolvimento intelectual e mobilidade entre escola e residência dos brasileiros.”

Para Decotelli, sua principal contribuição será na melhoria das políticas públicas em finanças com a aplicabilidade de tecnologias atualizadas. Segundo ele, a intenção é dar suporte financeiro à educação brasileira, no intuito de tornar o Brasil uma nação desenvolvida e cientificamente preparada.

Sobre as estratégias que pretende implementar na gestão financeira da educação do Brasil, o novo presidente ressalta a criação de três núcleos fundamentais para o primeiro ano. O primeiro deles vai validar os resultados alcançados pela instituição, por meio de metas quantitativas e qualitativas.

A segunda ação será investir na criação de um escritório de gestão de projetos, em que os programas do FNDE serão transformados em projetos educacionais para finanças, com escopo de riscos e custos definidos. “Seguiremos a trilha do que há de mais moderno internacionalmente, na estrutura operacional, para dar consequência e integridade a tudo que fizermos no FNDE”, destaca Decotelli.

Outro ponto primordial são os acordos de cooperação técnica. Segundo o novo presidente, a ideia é trazer ao FNDE uma identidade de referência e excelência aliada às práticas internacionais. “Não faremos nada sem que haja fidelização e validação de instituições como o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Decotelli pretende criar, ainda, uma certificação para todos os profissionais e colaboradores do FNDE. “Essa certificação vai balizar os conhecimentos dentro da instituição, como entender melhor o que fazem, para o que fazem, e como funciona. Isso auxilia numa melhor entrega dos resultados à educação do país e à sociedade”, explica o novo presidente.

Transparência – A redução do passivo de prestação de contas pendentes do Fundo, bem como a implementação de um sistema on-line para acompanhamento do uso dos recursos públicos, é uma das primeiras metas a serem seguidas pela nova gestão. Decotelli explica que a ação é primordial para o bom andamento das contas públicas, além de resgatar e fortalecer a relação de confiança e integridade com a sociedade brasileira no trabalho prestado pela instituição. “Temos como principal foco reduzir drasticamente os atrasos e acúmulos nas contas. A meta é, daqui até um ano, que tudo isso esteja em uma plataforma on-line para a sociedade brasileira ter acesso às contas em dia do FNDE”, complementa.

Em consonância com recente acordo firmado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça para apurar indícios de corrupção no âmbito do MEC e de suas autarquias nas gestões anteriores, o novo presidente ressalta que o FNDE dará todo o

suporte necessário para uma parceria contínua durante as investigações. Decotelli também destaca que o Fundo vai melhorar o diálogo com o Tribunal de Contas da União (TCU), com total segurança no cuidado com os recursos públicos.

Experiência – Financista, professor e coautor dos livros Administração Bancária, Gestão de Finanças Internacionais, Gestão de Riscos e Derivativos, e Matemática Financeira, Decotelli realizou pós-doutorado na Bergische Universität Wuppertal, na Alemanha; é doutor em administração financeira pela Universidade Nacional de Rosário, na Argentina; mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/EBAPE; MBA em administração pela FGV/EBAPE/EPGE e bacharel em ciências econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Com domínio sobre os temas relacionados a finanças, administração e educação, o novo presidente do FNDE também foi criador do curso Gestão Financeira Corporativa no New York Institute of Finance e coordenador de Finanças Corporativas Internacionais na FGV.

Ao longo de sua carreira acadêmica, Decotelli acompanhou de perto os desafios da educação, acumulando vasta experiência na área. Foi professor de Pós-Graduação em Finanças na Fundação Dom Cabral e na FGV; professor e membro da equipe de criação do curso de Pós-Graduação em Finanças na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), juntamente com os professores Sergio Moro, Edgar Abreu e equipe nacionalmente reconhecida. Foi pioneiro no Brasil na criação dos cursos MBA Finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), juntamente com os professores Paulo Guedes, Roberto Castello Branco e Antônio de Araujo Freitas Junior. Também lecionou a disciplina métodos quantitativos aplicados ao design na Universidade Federal do Paraná.

Após se graduar Oficial da Reserva da Marinha, o novo presidente do FNDE também atuou como professor e coordenador do Jogo de OMPS na Escola de Guerra Naval (EGN), no Centro de Jogos de Guerra, com apoio do Almirante Almir Garnier.

FNDE – Com orçamento previsto para 2019 de cerca de R\$ 55 bilhões, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, é responsável pela maioria das ações e programas da educação básica do país, além de atuar também na educação profissional, tecnológica e no ensino superior. Suas competências vão desde projetos de melhoria da infraestrutura das escolas à execução de políticas públicas.

Entre os principais programas estão: Alimentação Escolar (Pnae), Proinfância, Caminho da Escola, Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), Programa Banda Larga nas Escolas e Plano de Ações Articuladas (PAR). Além dos programas, o Fundo também é responsável por repassar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e Salário Educação a estados e municípios.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (21.02.2019)

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Proteção ambiental e profissões do futuro estão em reportagens

A transformação promovida pela escola e pelo aprendizado na vida das pessoas é o eixo central das reportagens do programa Rede Escola desta sexta, 22, às 19h, na TV Escola.

A começar pelo projeto Ilhas do Rio, tema de matéria da apresentadora e repórter Eliane Benício, que mostra exposição promovida no Museu Histórico do Exército sobre as Cagarras, conjunto de ilhas do litoral fluminense e primeira unidade de conservação marinha de proteção integral do Rio de Janeiro.

Também é tema de reportagem um projeto realizado em 10 municípios do estado do Rio de Janeiro para estimular o empreendedorismo entre jovens da rede pública de ensino. Uma parceria entre o poder público e empresas privadas de estudo empresarial leva a matéria para o currículo de 14 escolas pré-selecionadas. Uma ótima oportunidade para que os jovens conheçam o mercado e – quem sabe? – se descubram como empreendedores.

Em nova série de reportagens exclusivas, Rede Escola vai mergulhar nas profissões do futuro. Para abrir a série, a repórter Emy Lobo vai apresentar a profissão de desenvolvedor de matérias educativas on-line e arquitetura da aprendizagem, um novo segmento no mercado de trabalho.

O acordo ortográfico completou 10 anos, e a equipe do Rede Escola de Brasília foi saber como as mudanças propostas para a nova gramática foram recebidas e absorvidas. Também da capital federal, o programa traz uma reportagem sobre a produção de obras didáticas para deficientes visuais, impressas em braile e que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Na matéria, destaque para o processo de seleção das obras e a transformação da linguagem escrita em braile.

Rede Escola é apresentado às sextas, às 19h, na TV Escola. Reapresentações aos sábados, às 16h, aos domingos, às 12h, e às segundas, às 12h30. Na página da TV Escola na internet e nos perfis no Twitter, no Instagram, no Youtube e no Facebook estão disponíveis os programas anteriores.

Acesse a página da TV Escola

Assessoria de Comunicação Social - MEC (21.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

MEC realiza cursos de formação para professores da zona rural

Cerca de 1.800 professores de escolas do campo e de comunidades quilombolas das redes estaduais e municipais de educação básica vão concluir, no primeiro semestre deste ano, cursos de formação continuada pelo programa Escola da Terra, do Ministério da Educação. O objetivo é promover o aperfeiçoamento do ensino, com foco na realidade local, nas zonas rurais do país. Ceará, Alagoas, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul serão os próximos estados contemplados com a iniciativa até julho de 2019.

No Rio Grande do Norte, 188 professores finalizaram, nesta sexta-feira, 22, o curso de formação continuada, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC/RN). Para Josélia Cardoso, professora do município de Santa Cruz há 31 anos, o programa a ajudou no aprimoramento, bem como inovação da prática pedagógica, pois trabalha mais a realidade do aluno na região.

“O que mais me chamou a atenção foi o aprendizado sobre agroecologia. Isso será muito importante para nossa comunidade. Espero que outras edições aconteçam e que sejamos contemplados”, afirmou a professora. A iniciativa está em sua terceira edição no Rio Grande do Norte e já contemplou 638 professores de escolas do campo no estado.

À frente do programa, o secretário de Modalidades Especializadas de Educação, Bernardo Goytacazes de Araújo, destaca que o intuito do projeto é que os conhecimentos adquiridos possam ser aplicados em benefícios à comunidade local, na geração de emprego e renda, na manutenção das pessoas no campo e na melhora da qualidade de vida nessas regiões.

Goytacazes afirma também que já há uma parceria em andamento com a UFRN e a secretaria estadual para estender o curso de formação aos professores do ensino médio, além da construção de uma Escola da Terra com ensino técnico no estado.

“Buscamos identificar as necessidades de ensino nessas regiões, como quais cursos técnicos são mais adequados à demanda da comunidade rural. Focamos no fortalecimento de conhecimentos em empreendedorismo e tecnologias aplicadas para garantir o melhor aproveitamento das disciplinas e conhecimentos ministrados”, explica o secretário. O programa já contemplou 22 mil professores de escolas do campo e comunidades quilombolas de 23 estados do país.

Formação – A Escola da Terra é um programa do Ministério da Educação para a formação continuada de professores em serviço em escolas do campo. Todas as atividades formativas são realizadas por universidades públicas, mediante adesão. Em 2013, o MEC selecionou sete universidades federais para participar de um projeto-piloto da Escola da Terra, em quatro das cinco regiões do país, com 7,5 mil vagas: universidades federais do Amazonas (Ufam), da Bahia (UFBA), do Pará (UFPA), de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Minas Gerais (UFMG) e do Maranhão (UFMA).

Entre os principais objetivos do programa estão a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, por meio do apoio à formação de professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. A intenção é fortalecer a escola, compostas por estudantes de variadas idades, como espaço de vivência social e cultural.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (21.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Termina nesta sexta-feira, 22 de fevereiro, o prazo para interposição de recursos das solicitações de dispensa do Enade 2018

Estudantes e Coordenadores de Curso têm até esta sexta-feira, 22 de fevereiro, para apresentar interposição de recurso diante do indeferimento ou ausência de análise das solicitações de dispensa de prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2018. Conforme Edital do Enade, para todas as solicitações de dispensa indeferidas cabe interposição de recurso junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por iniciativa do estudante ou do Coordenador, exclusivamente pelo Sistema Enade.

O período para recursos foi aberto em 4 de fevereiro. O Inep enviou comunicações, via e-mail, para todos os estudantes que têm direito à interposição de recurso. Os Coordenadores de Curso também receberam comunicações personalizadas, solicitando que alertem os estudantes. Há três situações distintas para interposição de recursos. São elas:

- Solicitação de dispensa apresentada pelo estudante por motivos de ordem pessoal ou de compromissos profissionais indeferida pela IES

O estudante pode acessar o Sistema Enade, verificar a justificativa apresentada pelo Coordenador do Curso para indeferimento da solicitação e apresentar recurso com a inclusão de justificativas e documentações complementares, quando necessário.

- Solicitação de dispensa por motivos de ordem pessoal ou de compromissos profissionais não analisada pela IES

O estudante pode acessar o Sistema Enade e apresentar recurso com a inclusão de justificativas e documentações complementares, quando necessário.

- Solicitação de dispensa por motivos de compromissos acadêmicos vinculados ao curso avaliado no Enade ou por ato de responsabilidade da IES indeferida pelo Inep

O Coordenador do Curso pode acessar o Sistema Enade, verificar a justificativa apresentada pelo Inep para indeferimento da solicitação e apresentar recurso com a inclusão de justificativas e documentações complementares.

Dispensa – Os nomes dos estudantes em situação regular foram disponibilizados no Sistema Enade em 2 de janeiro, quando também foi aberto o período para solicitação de dispensa. De 2 a 31 de janeiro, tanto por iniciativa do estudante, quanto da Instituição de Educação Superior (IES), foi possível apresentar documentos que justificassem a ausência na prova. A Solicitação de Dispensa de Prova por iniciativa da IES era um direito dos estudantes que tiveram compromissos acadêmicos vinculados ao curso avaliado pelo Enade (mobilidade acadêmica) e para estudantes que não compareceram ao local de prova em decorrência de ato de responsabilidade da IES. Quando o motivo da ausência foi pessoal ou profissional, a solicitação de dispensa é responsabilidade do estudante. No mesmo período, os Coordenadores de Curso deveriam analisar e deliberar sobre as solicitações dos estudantes.

Regularização – Estudantes que permanecerem em situação irregular perante o Enade 2018 mesmo após o período de recursos, em decorrência do não cumprimento de um ou mais critérios para obtenção de regularidade (prova e Questionário do Estudante), poderão ser regularizados por ato do Inep no segundo semestre de 2019, após o encerramento das inscrições da próxima edição do Enade. A regularidade no Enade é pré-requisito para a colação de grau.

Assessoria de Comunicação Social - INEP (21.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Avaliadores do BASis especializados nos instrumentos anteriores a 2018 terão nova capacitação

Cerca de 600 integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) foram convocados para compor as novas salas de

capacitação montadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) na Plataforma Moodle. A capacitação tem início nesta quinta-feira, 21 de fevereiro. A Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) promoverá, inicialmente, cinco salas de capacitação direcionadas à primeira turma do BASis, que é composta por integrantes vinculados aos instrumentos de avaliação anteriores à 2018.

Os avaliadores não convocados para as cinco primeiras turmas devem aguardar as próximas salas de capacitação. Todos os integrantes do BASis passarão por uma capacitação específica, na modalidade de educação a distância (EAD), ainda no primeiro semestre de 2019. A capacitação foi elaborada pela equipe pedagógica da Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Educação Superior (CGACGIES).

As portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017, atualizaram os Instrumentos de Avaliação in loco da Educação Superior. Os avaliadores que já compunham o BASis antes das reformulações dos instrumentos tiveram a tarefa de prosseguir com as avaliações nos instrumentos anteriores. Agora, eles serão capacitados para atuar com os novos instrumentos.

Avaliação in loco – Prevista no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a Avaliação in loco tem como finalidade verificar a qualidade das condições de oferta de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação. A Avaliação in loco constitui um referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior brasileira.

Assessoria de Comunicação Social - INEP (21.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Inep lança conteúdo multimídia semanal em suas redes sociais

O Fala Inep é um novo produto de comunicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Toda semana, o Inep vai publicar vinhetas com conteúdo multimídia e animado em suas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter e YouTube). O objetivo é fazer com que as informações das avaliações, estatísticas e estudos educacionais do Inep cheguem à população brasileira de forma mais leve e objetiva.

O conteúdo do Fala Inep terá dois focos. Um deles se concentrará em disseminar os dados produzidos pela autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. O outro foco é mais institucional e mostrará à população as diversas iniciativas do Instituto que há 82 anos gera as evidências da educação brasileira. Assim, além de dar mais visibilidade aos dados da educação, a iniciativa também vai mostrar à sociedade todos os produtos e serviços do Inep.

O Fala Inep surgiu durante a divulgação do Censo Escolar 2018, no final de janeiro. Cinco pequenos vídeos foram produzidos para destacar alguns dados importantes do levantamento estatístico. Agora o Fala Inep ganhou nome, identidade visual e periodicidade. O primeiro vídeo nesse formato foi exibido nesta quinta-feira, 21 de fevereiro, e destaca a importância do Sistema de Avaliação da Educação Superior (Saeb). Todas as produções ficarão disponíveis na playlist Fala Inep no Canal do Inep

no Youtube.

Assessoria de Comunicação Social - INEP (21.02.2019)

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Pesquisador em Engenharia Aeroespacial assume presidência do CNPq

O pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, João Luiz Filgueiras de Azevedo, assumiu hoje (22) a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o desafio de enfrentar a redução de recursos - um orçamento de quase R\$ 300 milhões a menos na comparação com o disponível em 2018 -, que podem ameaçar inclusive o pagamento de bolsas a pesquisadores. Outro desafio é o de trabalhar com uma equipe que tem ficado mais enxuta ao longo dos anos.

"Vemos uma perda constante de pessoas, principalmente por aposentadorias. A cada dia temos que fazer mais com menos pessoas. As áreas técnicas e administrativas estão estressadas no limite e é urgente recompor o quadro de funcionários", disse o pesquisador na cerimônia de posse em Brasília.

Azevedo já iniciou um levantamento dos custos de manutenção do CNPq. Segundo ele, o balanço será usado para um remanejamento de gastos para injetar o maior volume de dinheiro em pesquisas.

Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, empossa o novo presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo - Marcelo Camargo/Agência Brasil

O novo presidente do CNPq destacou que o país precisa investir em pesquisa para atender à crescente demanda por inovação. "A pesquisa de base é fundamental. Não há inovação sem pesquisa prévia que gere o conhecimento necessário", alertou.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, reiterou a importância das pesquisas e pediu esforço para que a motivação pela ciência comece desde o ensino fundamental nas escolas e a reformulação de currículos.

Para Pontes, se a instituição conseguir fazer o dever de casa, apresentando resultados em prol do desenvolvimento do país e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, será possível ampliar o debate com parlamentares, que definirão, no final do ano, o orçamento de 2020.

"Isso precisa ser revertido. Acredito que ano que vem a situação pode ser diferente. Temos capacidade intelectual de sobra para chegar a esse objetivo", disse o ministro.

Por ora, Pontes defendeu a busca de gastos mais eficientes e de novas fontes de financiamento para projetos da área.

Currículo

João Luiz Filgueiras de Azevedo é pesquisador em Engenharia Aeroespacial e Aeronáutica, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, a modalidade de mais alto nível da instituição. Além disso, atuou, por três vezes, como membro do Comitê de Assessoramento de Engenharias Mecânica, Naval e Oceânica e Aeroespacial do CNPq. Também é pesquisador titular do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) do

CLIPPING



Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira e professor colaborador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Graduou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1981, concluiu mestrado (1983) e doutorado (1988) em Engenharia Aeronáutica e Astronáutica, na Stanford University, nos Estados Unidos

